



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**GEOGRAFIA ELEITORAL E O EMPREGO DE UMA
ANÁLISE SISTÊMICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O
PROCESSO POLÍTICO NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS**

RICARDO BORGES DA CUNHA

RIO GRANDE - RS

2014
RICARDO BORGES DA CUNHA

**GEOGRAFIA ELEITORAL E O EMPREGO DE UMA
ANÁLISE SISTÊMICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O
PROCESSO POLÍTICO NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE - FURG, NA LINHA DE PESQUISA
ANÁLISE URBANA - REGIONAL COMO PRÉ-
REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM GEOGRAFIA.

ORIENTADOR: PROF. DR. CÉSAR AUGUSTO ÁVILA MARTINS

RIO GRANDE

2014

**GEOGRAFIA ELEITORAL E O EMPREGO DE UMA
ANÁLISE SISTÊMICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O
PROCESSO POLÍTICO NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS**

Ricardo Borges da Cunha

Banca Examinadora:

Prof. Dr. César Augusto Ávila Martins (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande –FURG

Prof. Dr. Adriana Dorfman
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Anderson Orestes Cavalcante Lobato – FURG
Universidade Federal do Rio Grande –FURG

Prof. Dr^a. Susana Maria Veleda da Silva – FURG (Suplente)
Universidade Federal do Rio Grande –FURG

Agradecimentos

Gostaria de agradecer em primeiro lugar a minha família, que apesar de das vezes não terem a menor ideia de o que eu estava fazendo, sempre me deram o apoio necessário para superar todas as dificuldades. Em especial a minha namorada por além de ser um ombro amigo nos momentos difíceis, por compreender os momentos de solidão necessários para a realização do estudo e que além de companheira foi também uma excelente revisora de texto, tradutora, crítica construtiva do trabalho e dos meus atos.

Ao meu orientador, Professor Cesar pela compreensão, puxões de orelha, incentivo, disponibilidade, principalmente por permitir a construção de um trabalho de minha autoria e por acreditar em algo que muitas vezes eu mesmo acreditei que não daria certo. Agradeço pela paciência de retomar ensinamentos básicos mesmo nos últimos dias de orientação, aprendi não somente assuntos relacionados a dissertação, mas principalmente como tratar um aluno, um orientando e de como ser um bom professor.

Aos diferentes professores que auxiliaram na minha formação profissional, sendo que alguns ficaram marcados pelos seus pontos positivos e que pretendo seguir por toda a minha vida e outros pelos pontos negativos, os quais tiro como aprendizagem de como não fazer. Sem esquecer da FURG, do NAU (Núcleo de Análise Urbanas) e do PPGEU, pela disponibilidade de todo e qualquer material necessário para a realização da dissertação.

Sou obrigado a deixar um espaço especial para os amigos, da graduação, do mestrado e do NAU, cada um com sua particularidade e diferentes contribuições, entretanto todos auxiliaram na construção dessa dissertação. Mesmo um simples bate papo após o almoço ou mesmo os mais profundos debates geográficos durante as disciplinas ou em qualquer lugar com certeza serão sempre uma marca dessa etapa da minha vida.

Resumo

O estudo analisa uma metodologia geográfica para a compreensão das eleições como parte do processo político e com efeitos espaciais. Partindo de um levantamento bibliográfico do campo geográfico que estuda os pleitos foi possível observar uma lacuna nos procedimentos utilizados, que limitam-se em espacializar os resultados das urnas, sem aprofundar em possíveis consequências espaciais ou interligar as eleições a política. Assim, o modelo sistêmico para a Geografia Eleitoral surgiu como o melhor método para analisar as eleições e seus reflexos num dado recorte espacial. A aplicação do modelo integra os diferentes fatores que envolvem as eleições, a relação entre eleitores e candidatos, a representação consequente das urnas e as consequências das votações para o entrono dos eleitores. A utilização de um estudo de caso objetivou ratificar a metodologia escolhida, demonstrando as diferentes etapas e suas interligações (causas e efeitos), sendo que o município do Rio Grande no sul do Rio Grande do Sul durante os pleitos de 2004 e 2008 e os vereadores eleitos foram os objetos de análise. O emprego da análise sistêmica permitiu conhecer a ligação existente entre os eleitores e os políticos, destacando a significativa evidência do reflexo das ações políticas para as eleições seguintes, permitindo inserir os processos eleitorais dentro do dinâmico processo político de interesses entre eleitores e candidatos/políticos e as consequências espaciais dos resultados das urnas.

Palavras chave: geografia eleitoral; eleição; modelo sistêmico; política

ABSTRACT

The purpose of this study was to analyze a geographical methodology for understanding of elections as part of the political process and spatial effects. From a literature survey of the geographic scope that studies the elections was possible to observe a gap in the procedures used, limiting in spatialize the results of the polls without delving into possible spatial consequences or interconnect the elections the a policy. Thus, the systemic model for Electoral Geography emerged as the best method to analyze elections and their reflections in a given spatial area. The application of the model integrates various factors involving elections, the relationship between voters and candidates, the consequent representation of polls and the consequences of voting for the surroundings of the voters. The use of a case study aimed to ratify the chosen methodology, demonstrating the different steps and their interconnections (causes and effects), the city of Rio Grande in the southern Rio Grande do Sul during the elections of 2004 and 2008 and the elected councilors were the objects of analysis. The use of systemic analysis helped identify the link between voters and politicians, highlighting the significant evidence of reflection of political action for the next elections, allowing you to enter the electoral processes within the dynamic political process of interest between voters and candidates / politicians and the spatial consequences of the results of the polls.

Key Words: electoral geography; election, systemic model, policy

Lista de Tabelas

Tabela 1: Quantidade de Sessões realizadas na Câmara de Vereadores de Rio Grande.....	47
Tabela 2: Salário dos parlamentares federais e a realidade social de países escolhidos.....	76
Tabela 3: Número de Candidatos a vereador municípios do Rio Grande do Sul.....	90
Tabela 4: Composição partidária da Câmara de Vereadores do Rio Grande.....	93

Lista de Quadros

Quadro 1: Prefeitos e interventores do Rio Grande (RS) entre os anos de 1952 e 2012	82
Quadro 2: Legislativo municipal do Rio Grande eleito em 1963*	83
Quadro 3: Vereadores eleitos durante o Regime Militar de 1964 em Rio Grande	85
Quadro 4: Vereadores de Rio Grande eleitos em 1982	87
Quadro 5: Vereadores eleitos em Rio Grande 2004/2008*	92

Lista de Figuras

Figura 1: Modelo Sistêmico para Geografia Eleitoral inserido no recorte espacial.....	23
Figura 2: Mapa de localização do município do Rio Grande.....	35
Figura 3: Distribuição dos locais de votações do município do Rio Grande	39
Figura 4: Nome e localização dos bairros do Rio Grande.....	43
Figura 5: Modelo sistêmico para a Geografia Eleitoral	61
Figura 6: Mapas do vereador Sandro Oliveira (PMDB) 2004	99
Figura 7:Mapas do vereador Paulo Renato Gomes (PPS) 2004.....	101
Figura 8: Mapas do vereador Júlio Martins (PC do B) 2004	103
Figura 9: Mapas do vereador Jair Rizzo (PR) 2004.....	105
Figura 10: Mapas do vereador Delamar Corrêa Mirapalheta (PDT) 2004.....	107
Figura 11: Mapas do vereador Júlio Cesar da Silva (PMDB) 2004.....	109
Figura 12: Mapas do vereador Claudio Diaz (PSDB) 2004.....	111
Figura 13: Mapas do vereador Wilson Batista da Silva (PMDB) 2004	113
Figura 14: Mapas do vereador Jurandir Pereira (PTB) 2004	115
Figura 15: Mapas do vereador Claudio Costa (PT) 2004.....	117
Figura 16: Mapas do vereador Jose Claudino Saraiva (PMDB) 2004	119
Figura 17: Mapas da vereadora Surama Santos (PSDB) 2004.....	121
Figura 18: Mapas do vereador Carlos Fialho (PPS) 2004.....	123
Figura 19: Mapas do vereador Alexandre Lindenmeyer (PT) 2008	129
Figura 20: Mapas da votação da vereadora Luciane Compiani (PMDB) 2008	131
Figura 21: Mapas do vereador Giovane Moralles (PTB) 2008	133

Figura 22: Mapas do vereador Paulo Renato Gomes (PPS) 2008.....	135
Figura 23: Mapas do vereador Renato Albuquerque (PMDB) 2008.....	137
Figura 24: Mapas do vereador Claudio Costa (PT) 2008.....	139
Figura 25: Mapas do vereador Thiago Gonçalves (PMDB) 2008.....	141
Figura 26: Mapas do vereador Wilson Duarte Silva (PMDB) 2008	143
Figura 27: Mapas do vereador Júlio Martins (PC do B) 2008	145
Figura 28: Mapas do vereador Jose Antônio da Silva (PSDB) 2008	147
Figura 29: Mapas do vereador Luiz Francisco Spotorno (PT) 2008.....	149
Figura 30: Mapas do vereador Delamar Corrêa Mirapalheta (PDT) 2008.....	151
Figura 31: Mapas do vereador Carlos Fialho (PPS) 2008.....	153

Lista das siglas

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CF	Constituição Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

Sumário

Resumo	5
INTRODUÇÃO.....	14
1. OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	19
1.1. A opção metodológica.....	22
1.1.2. Etapas do modelo sistêmico para eleitoral.....	25
1.2. Justificativa e delimitações do estudo de caso.....	28
1.2.1. O município como escala de análise e Rio Grande como área de estudo	28
1.2.2. Delimitação temporal.....	36
1.2.3. Os dados eleitorais.....	37
1.2.4. A utilização do discurso como informação política	40
2. A GEOGRAFIA ELEITORAL	49
2.1. Alguns caminhos da Geografia Eleitoral.....	51
2.2. Caminhos da renovação da Geografia Eleitoral	64
3. A DELIMITAÇÃO DA POLÍTICA MODERNA E A FORMAÇÃO DAS LEIS ELEITORAIS BRASILEIRAS	66
3.1. Os direitos eleitorais ao longo da história do Brasil.....	72
3.2. Um breve histórico político do município do Rio Grande	80
4. APLICAÇÃO DO MODELO SISTÊMICO PARA GEOGRAFIA ELEITORAL DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.....	90

4.1. O legislativo municipal.....	90
4.2. O Estudo de Caso	94
4.2.1. A formatação e as expectativas do estudo do legislativo do Rio Grande.....	95
4.2.2. Distribuição espacial dos votos de 2004 e as Ações legislativas de 2005/2008.....	98
4.2.3. As consequências da legislatura 2005/2008: <i>Feedback</i>	124
4.2.4. Distribuição espacial e justificativa dos votos de 2008 e Ações legislativas de 2009/2012	128
4.2.5. As consequências eleitorais da legislatura 2008/2012: <i>Feedback</i>	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161

INTRODUÇÃO

A organização das relações humanas distingue-se da ordenação de espécies como abelhas, formigas e cupins por não serem instintivas, mas pensadas, orientadas e delimitadas com diferentes graus de incerteza nas diversas formações sociais ao longo do tempo. A incumbência da construção e operacionalização dos códigos de conduta dos indivíduos e das relações sociais foi e é de responsabilidade das instituições políticas.

A política não surge com os homens, mas a partir de suas relações e da necessidade de interdependência em um determinado recorte espacial. A família ou clã pode ser considerado a primeira experiência política, entretanto sua evolução ocorre a partir do contato de grupos sem parentesco sanguíneo direto. A organização política tem como objetivo a formulação de normas (leis) que permitam a interação social, pois o homem é um ser coletivo que ao viver isoladamente perde algumas de suas características fundamentais, como o trabalho, além disso, necessita de limites para estabelecer um convívio menos conflitivo com os demais.

No amplo campo de estudos da Geografia, ciência que busca interpretar as relações entre a sociedade e natureza e as próprias relações sociais e sua complexidade, encontra-se a necessidade de compreender as ações políticas e do Estado sobre determinado recorte espacial e suas consequências para os grupos envolvidos. A partir dessa dinâmica cabe a Geografia Política realizar tal tarefa, entendendo esse como um dos ramos geográficos e que busca interpretar as atuações dos agentes políticos e suas transformações no espaço e na sociedade.

A constituição da sociedade referente a sua organização por meio do Estado e sua estruturação política, permitem desvendar parte do comportamento de uma população. Assim, a Geografia Política busca compreender o papel das instituições políticas estabelecidas em determinada delimitação espacial e nas distintas esferas do Estado. Desde as primeiras formações sociais é evidenciada a necessidade de reduzir a distância entre aqueles que governam e os governados para que possam ser estabelecidas determinadas normatizações e relações entre as duas partes. Para suprir a dificuldades de governar grandes extensões territoriais foram criadas distintas organizações políticas.

Os diferentes formatos de governo implicam em diversas formas de estruturação do espaço e da sociedade, sendo que uma mesma formatação política pode gerar variados efeitos

em um mesmo período histórico. Atualmente, a democracia é o modelo político hegemônico, que tem como justificativa essa ser uma forma de organização política moldada e direcionada para que o povo escolha como deverá ocorrer as formações políticas a qual estará submetido. Apesar de sua longa existência a democracia, desde o seu surgimento na Grécia Antiga, sofre constantes alterações em seu formato, visando responder as necessidades de cada período. A formação democrática contemporânea ganhou força a partir da independência dos Estados Unidos da América (EUA) e da Revolução Francesa no século XVIII, processos históricos que iniciaram o modelo utilizado atualmente.

Dada a importância da política para a vida e a organização social é necessário compreender as maneiras que ocorrem a relação entre a forma de governo e os componentes espaciais. Dentro de um processo democrático, a eleição é um dos momentos de maior aproximação entre a sociedade e a política /Estado, por ser a etapa de escolha de propostas e nomes para gerenciar, organizar o espaço e as relações de diferentes dimensões entre esferas de governos.

A Geografia Eleitoral compreendida como uma subdivisão da Geografia Política, busca estudar as eleições em seus diferentes aspectos e componentes. Esse campo possui uma série de possibilidades metodológicas, que apesar de analisarem o mesmo objeto, as eleições, procuram compreender diferentes etapas ou momentos das mesmas. Um fato marcante, é que parte dessas abordagens possuem um ponto final após o resultado definitivo do processo, ou seja, não há seguimento ou ligação com a política praticada dentro das distintas instituições governamentais fora do período eleitoral dificultando com isso a inserção das eleições no sistema político e a compreensão dos efeitos espaciais decorrentes dos resultados das urnas.

Com este escopo, o objetivo principal da dissertação é o demonstrar a possibilidade de uma análise geográfica que permita inserir as eleições como parte da complexa relação entre a sociedade e as instituições políticas, superando o papel meramente ilustrativo nos debates políticos/eleitorais, como a elaboração de mapas, e passando a realizar a análise das interações entre as escolhas nas urnas e suas consequências para determinados recortes espaciais. Destacando com isso, o papel das análises geográficas para conhecer como ocorrem as repostas políticas dos governantes para os seus eleitores e de como as ações políticas interferem nas formações espaciais.

A análise dos geógrafos sobre as eleições concentra-se nas características sociais e espaciais que podem influenciar em um pleito e não têm como objetivo averiguar as etapas posteriores à decisão nas urnas e sim apenas o mapeamento de algumas variáveis, fato que dificulta o pleno desenvolvimento de um raciocínio geográfico sobre o assunto. A Geografia Eleitoral pode desvendar a influência dos processos eleitorais para a obtenção de determinados resultados e quais são as possíveis consequências para as futuras ações políticas no recorte espacial envolvido. Para responder a tal déficit a dissertação incorpora o modelo sistêmico para a Geografia Eleitoral, desenvolvido por Taylor em 1978. O modelo é pouco utilizado para a análise geográfica das eleições, entretanto mostra-se contundente na inserção do pleito no sistema político, ao interligar as distintas etapas de uma eleição e suas consequências espaciais. Assim, o modelo sistêmico permite desvendar o amplo e complexo papel na relação sociedade e Estado.

Na pesquisa buscou-se por meio de uma interpretação das diferentes etapas de um processo eleitoral encontrar as interações entre os agentes políticos, os eleitores e o recorte espacial que os envolve e os integra, inserindo o processo eleitoral como segmento da política e não como um apêndice momentâneo. Na dissertação foram analisados o comportamento dos políticos e o ato de votar dos eleitores, para encontrar uma relação entre os dois atos (votos e ações políticas), como forma de explicar a formação, a atuação política e suas consequências.

Para a confirmação do modelo sistêmico para a Geografia Eleitoral como a melhor ou mais completa forma de compreender a eleição pela Geografia foi necessário a sua aplicação. Assim, o estudo de caso, apresentado, tem como função demonstrar e ratificar os procedimentos metodológicos empregados bem como os dados utilizados. O estudo de caso teve como delimitação espacial o município do Rio Grande localizado no sul do estado do Rio Grande do Sul, o recorte temporal foram os processos eleitorais locais ocorridos nos anos de 2004 e 2008 e seus respectivos mandatos políticos, ocorridos entre os anos 2005/2008 e 2009/2012. Em tais eleições foram disputados os cargos para o executivo (prefeito) e legislativo (vereadores), sendo os 13 legisladores eleitos em cada pleito estudado o objeto de avaliação.

A análise dos momentos anteriores, durante e o após o processo eleitoral, visa entendê-lo não como um momento pontual da política, mas como uma construção ou

formação de um governo, por meio da escolha de um projeto e seus representantes dentro das instituições políticas e principalmente como a mais importante etapa de um regime democrático. Ao decifrar a relação entre o voto e o comportamento político e de como esses distintos momentos se entrelaçam e conseqüentemente interagem no complexo jogo político, foi possível perceber uma ação política contínua e com reflexos espaciais.

A dissertação foi dividida em quatro capítulos, inicialmente são apresentados os procedimentos que conduzem a pesquisa, como os objetivos geral e específicos. Ressaltando que enquanto o primeiro ligou-se a avaliação metodológica proposta para uma análise geográfica das eleições, os objetivos específicos voltaram-se para o recorte espacial e de análise do estudo de caso. Ainda no primeiro capítulo é detalhada a metodologia utilizada para a realização do estudo bem com os dados eleitorais e políticos utilizados. Incorporando nesta primeira parte a justificativa das escolhas dos dados, do recorte temporal e espacial, bem como um breve acompanhamento do crescimento da importância política da escala municipal como forma de destacar a importância da análise política dessa esfera de governo.

O segundo capítulo delimita e explica a Geografia Eleitoral por meio de um referencial teórico, apresentando os diferentes caminhos possíveis, demonstrando as possibilidades de sua utilização, suas vantagens e as limitações das abordagens desenvolvidas. Com base na amplitude do tema, discutiu-se o modelo escolhido como o melhor procedimento a ser utilizado dentro das distintas metodologias existentes e como os diferentes autores abordam esse importante porém pouco trabalhado campo geográfico.

No terceiro capítulo buscou-se um referencial da política proposta como ciência e prática social, pois os processos eleitorais estudados fazem parte de uma organização moderna e não das políticas/eleições praticadas, por exemplo, na antiga Grécia. Ainda no capítulo foi realizada uma breve revisão das legislações que envolvem a sociedade brasileira e os processos políticos eleitorais. No texto apresenta-se um recorte da história política do município do Rio Grande, como forma de compreender parte do contexto político que envolve a área de estudo. Ressaltando que as eleições estão inseridas em um processo contínuo e são impregnadas por características do espaço delimitado em que ocorrem. O movimento destaca que mesmo com estudo de caso direcionado para o legislativo é

necessário conhecer a formação do executivo para compreender a direta relação entre as duas esferas de poder político local, bem como os acontecimentos nas demais esferas de governo.

O último capítulo inicia-se com o contexto político atual do município do Rio Grande durante os dois processos eleitorais estudados para um entendimento dos agentes políticos locais envolvidos. Em seguida é apresentado o estudo dos vereadores eleitos, para as diferentes situações em cada etapa do modelo sistêmico. Em um primeiro momento, estudou-se como ocorreu a votação e qual a explicação da distribuição dos votos e em um segundo momento foi demonstrado como ocorreu a distribuição das ações dos vereadores durante os seus mandatos políticos. Ao final da observação sobre o comportamento eleitoral e político de cada vereador serão apresentadas as consequências em relação aos parlamentares ao final do seu período como legislador, com destaque para a continuidade na forma de uma nova eleição e a não reeleição como reprovação de suas ações.

Por fim são apresentadas algumas considerações sobre os resultados obtidos no estudo de caso, bem como de um possível debate sobre a ratificação do procedimento metodológico escolhido e a necessidade de uma continuação de suas práticas. Deixando aberta a possibilidade para uma ampliação do recorte espacial analisado bem como uma incorporação mais profundas do conhecimento geográfico para uma melhor compreensão dos processos eleitorais, nas diferentes esferas de governo.

1. OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O capítulo busca uma organização do percurso da dissertação como forma de marcar os processos e procedimentos utilizados para a sua realização. Encontrando-se neste primeiro momento a delimitação dos objetivos (gerais e específicos), juntamente da discussão metodológica e os caminhos adotados durante o estudo de caso.

A eleição deve ser compreendida como um importante momento social, que tem como função definir os representantes da população frente às instituições políticas do Estado, o qual é um dos agentes modeladores do espaço devido a sua capacidade de alterar as diferentes funções espaciais sejam essas sociais, estruturais e de uso (CAPEL, 1974). Tornando assim necessário a total compreensão dos processos eleitorais e seus reflexos para a sociedade e seus espaços, pois é esse o momento de escolha de quem governará o Estado ou uma de suas esferas. A interpretação das diferentes etapas e as consequências de um pleito é de fundamental interesse para a sociedade, pois não são apenas pessoas escolhidas, mas projetos econômicos, sociais e estruturais que serão aplicados pelos eleitos em um determinado recorte espacial.

Hegemonicamente a Geografia como ciência que estuda os diferentes processos sociais, suas influências e consequências espaciais, limita-se apenas a estudar os resultados eleitorais sem aprofundar suas investigações. Realizando principalmente a análise apenas das características sócio espaciais que podem influenciar em uma eleição¹. A compreensão de todo o processo eleitoral é uma prática de difícil execução, entretanto, metodologias geográficas, ainda pouco utilizadas, podem aprofundar o conhecimento dessa importante etapa do percurso político.

O objetivo da dissertação é apresentar uma abordagem geográfica para os estudos eleitorais que possibilite interpretar não somente a distribuição dos votos e de possíveis motivações, mas também investigar os diferentes momentos que atuam nos processos eleitorais, inserindo principalmente as consequências políticas dos resultados das urnas, ou seja, demonstrando a existência de uma relação entre localização dos votos e os destinos das ações dos agentes públicos eleitos. Com isso, procura-se não apenas conhecer todas as etapas envolvidas em uma eleição, mas também afirmar o papel da Geografia nos estudos eleitorais,

¹ Como exemplo o trabalho de Jacob et. al.(2011) A Geografia do voto nas eleições presidenciais do Brasil: 1989 – 2006.

que geralmente ficam restritos a elaboração de mapas. O estudo teve como meta principal promover a resolução de algumas lacunas desta ciência, com a retomada de um modelo metodológico esquecido pelos estudos geográficos.

Para tal tarefa foi escolhida um procedimento metodológico da Geografia Eleitoral, que permite demonstrar a relação entre o processo eleitoral, os agentes envolvidos (políticos/candidatos e eleitores) e as ações das instituições políticas eletivas após o pleito. Com base no referencial teórico, que será apresentado no capítulo seguinte, surgem distintas possibilidades para o estudo eleitoral pelos geógrafos, entretanto a Análise Sistêmica desenvolvida por Taylor em 1978 (TAYLOR e FLINT 2002) é o método que possibilita a mais completa resolução do objetivo proposto.

A abordagem busca demonstrar a continuidade do processo eleitoral em períodos entre os pleitos, destacando que a atuação política procura responder ao comportamento eleitoral, ou melhor, a atuação do político tende a ser direcionada para o seu eleitor ou para um espaço delimitado ocupado por seus votantes. Coloca-se a eleição como uma continuidade política, ou até mesmo, como a mais importante etapa da democracia em função de constituir um dos principais contatos entre sociedade e os seus governos/governantes.

A partir do objetivo geral, a dissertação desdobra-se em objetivos específicos relacionados com o estudo de caso, que serviram como forma de avaliar a metodologia utilizada. Eles estão diretamente associados às etapas do sistema escolhido para a interpretação da eleição. Assim, foi possível inserir os processos eleitorais como campo de análise da Geografia, não só dos resultados e suas justificativas, mas também a inserção desse momento democrático (eleição) no complexo jogo político. Os objetivos específicos do estudo de caso são:

- Mapear a distribuição dos votos dos vereadores eleitos, buscando encontrar os pontos de concentração das votações de cada candidato, além de espacializar suas ações políticas e seus locais de maior incidência²;

² Na dissertação serão consideradas ações políticas as reivindicações, solicitações, requerimentos ou projetos debatidos pelos vereadores no plenário da Câmara de Vereadores do Município do Rio Grande.

- Identificar as possíveis correlações entre a distribuição das votações e dos atos políticos dos vereadores estudados;
- Analisar o surgimento de ‘novos’ vereadores nas eleições de 2008 como uma forma de resposta dos eleitores/recortes espaciais não beneficiados com ações políticas durante o mandato 2005/2008;
- Identificar fora do âmbito político possíveis justificativas para a escolhas dos parlamentares nas urnas, como a profissão do candidato ou sua participação de associações/sindicatos.

Antes de começar a explicar a opção metodologia utilizada para a construção do trabalho é necessário destacar que não serão considerados elementos como gênero, classe social, cor da pele ou outros fatores que possam ter influência no momento da votação, por não ser o objetivo da dissertação investigar todas as possíveis variáveis que podem interferir na escolha eleitoral. Porém trabalhos como os de Warf e Leib (2011) reúnem uma série de estudos de caso os quais evidenciam condições que influenciam na determinação do voto, em que fica ressaltado que as minorias raciais, religiosas ou de gênero por possuírem baixa representatividade política buscam candidatos ou propostas que demonstrem uma proteção a sua causa ou visando o alcance de melhorias perante ações das instituições políticas. A não utilização de tais variáveis não respondem a uma das questões do trabalho que é de investigar as consequências espaciais das eleições.

1.1. A opção metodológica

A metodologia utilizada buscou responder as questões elaboradas sobre o processo eleitoral e a atuação política a partir de uma visão da Geografia Eleitoral buscando aprofundar o conhecimento desse campo geográfico. Demo (1995), ao expor as metodologias para as ciências sociais, definiu que “não há teoria final, prova cabal, prática intocável, dado evidente” (p.11). Assim, nenhuma técnica de trabalho possui a capacidade de completar todas as variáveis existentes em uma problemática e assim finalizar o seu entendimento.

Um dos pressupostos da pesquisa está em Arendt (2002) quando reconhece a formação política como fundamental para constituição da sociedade e suas relações. Sendo a democracia a principal forma de organização política moderna, na dissertação são utilizadas as ponderações realizadas por Houaiss e Villar (2001) para defini-la:

Governo do povo; governo em que o povo exerce a soberania. Sistema político cuja as ações atendem aos interesses populares. Governo no qual o povo toma as decisões importantes a respeito das políticas públicas, não de forma ocasional ou circunstancial, mas segundo princípio permanente de legalidade. Sistema político comprometido com a igualdade com a distribuição equitativa de poder entre todos os cidadãos. Governo que acata a maioria da população, embora respeitando o direito e a livre expressão das minorias... (p.935).

A delimitação dos processos a serem analisados, permite a definição do caminho necessário para atingir os objetivos do trabalho. Para a realização da pesquisa foram analisadas diferentes possibilidades metodológicas, empregadas em estudos da Geografia Eleitoral. Entre as referências utilizadas estão: Sánchez (1992), Trigal e Pozo (1999) e Taylor e Flint (2002). A Geografia Eleitoral compreende uma variedade de metodologias e métodos que buscam interpretar as diferentes etapas de uma eleição, permitindo uma série de estudos, a partir do emprego de cada uma das possibilidades, com diferentes resultados sobre um mesmo objeto. Porém, praticamente todas as alternativas estudam separadamente cada etapa eleitoral (campanha eleitoral, votação e representação política) e são esgotadas/finalizadas após o resultado final dos processos eleitorais.

O procedimento escolhido, para solucionar as questões levantadas no estudo, foi o emprego de um modelo sistêmico, baseado segundo Taylor e Flint (2002) na teoria geral sistêmica proposta por Easton (1965³). Para os autores o trabalho de Taylor de 1978 foi

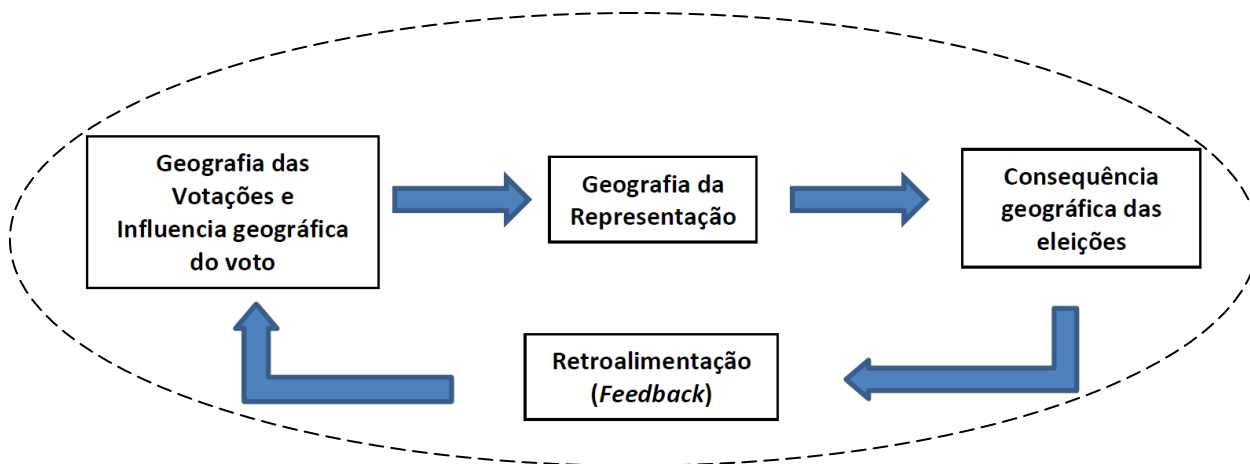
³ Easton, D. *A Systems Analysis of Political Life*, Nueva York, 1965.

responsável pela elaboração mais completa de um modelo sistêmico geográfico, para o estudo do processo eleitoral, o qual visava entender a eleição como um processo contínuo em que cada momento possui reflexos nos demais e assim sucessivamente.

A adoção de um modelo sistêmico para a Geografia Eleitoral possibilita uma abordagem composta por todos os momentos de uma eleição demonstrando uma correlação, ou melhor, uma unificação do processo eleitoral e a “vida” política, nos períodos anteriores e posteriores a um pleito. Deve-se destacar que o sistema proposto é aberto, possibilitando a inserção de novos atores e fatos nas diferentes etapas dos pleitos e suas particularidades, como por exemplo, novos acontecimentos econômicos ou sociais.

O modelo proposto para a análise da Geografia Eleitoral é composto por quatro etapas, os três primeiros são: (1º) estímulo; (2º) processo intermediário; e (3º) resultado (Figura 1). Cada uma das etapas é responsável por analisar um momento do processo eleitoral. O sistema mostra a continuidade dos processos eleitorais nos diferentes momentos da vida política, o qual não é interrompida durante os momentos distante do período eleitoral.

Figura 1: Modelo Sistêmico para Geografia Eleitoral inserido no recorte espacial



Fonte: Adaptação do modelo sistêmico apresentado por Taylor e Flint (2002); Organizado pelo Autor.

A quarta etapa do sistema, a retroalimentação, é responsável por fazer a ligação entre as consequências políticas de uma eleição e as decisões eleitorais do próximo pleito, permitindo estabelecer uma relação entre as ações políticas e as escolhas nas urnas. A ligação entre a primeira e a terceira etapa foi desenvolvida por Johnston em 1980 (TAYLOR e FLINT 2002) e demonstra como os resultados das ações dos escolhidos nas urnas pode influenciar nas escolhas do pleito seguinte.

A consequência geográfica das eleições e a retroalimentação são os grandes diferenciais desse método de análise. Ao contrário de outras abordagens que buscam justificativas para os resultados eleitorais nas características sociais da população envolvida, o modelo sistêmico demonstra um caráter ativo da população perante as atuações políticas, abordando como o comportamento político pode gerar reflexos no comportamento eleitoral do pleito seguinte.

O modelo sistêmico para a Geografia Eleitoral desenvolvido por Taylor (1978) segue as orientações do modelo elaborado por Easton (1965) para as análises políticas (TAYLOR e FLINT, 2002). Porém, Taylor não coloca o seu sistema inserido no espaço, contrariando os preceitos de Easton, que colocava o sistema rodeado por um entorno mutante o qual seria um dos responsáveis pela variabilidade dos resultados. Ao ser pensado um sistema de forma isolada pode-se imaginar uma constância de seu movimento e a assim uma definição previa de todas as suas etapas.

Espaço e sociedade interagem continuamente e constituem elementos dinâmicos da totalidade social. Decisões e ações por sua vez, engendram fatos políticos que mediatizam as relações humanas e a sua espacialização. Sociedade e espaço podem então ser interpretados como sujeitos e/ou objetos de relações políticas determinadas que se organizam e se desdobram no decorrer da interação social. (CASTRO, 1986, p.29).

Ao considerar o espaço no sistema eleitoral estamos contribuindo para o seu caráter aberto, em que possíveis alterações espaciais possam gerar perturbações ou alterações nos resultados do sistema de análise dos processos eleitorais. Tendo em vista que a Geografia Eleitoral tem como função analisar os aspectos espaciais nas distintas etapas dos processos eleitorais.

Un sistema comprende partes o elementos, la relación entre ellos, y el proceso de interacción sobre el que descansa esa relación. En el caso de los sistemas abiertos, el sistema está dentro de un medio ambiental que considera exterior a aquél y que incluye los elementos que reaccionan ocasionalmente, más que de una forma regular, con cualquier parte del sistema (MUIR, 1982, p.441).

A consideração do recorte espacial, da eleição, na análise geográfica demonstra que o sistema não ocorre de forma isolada, mas em uma delimitação prévia composta por distintos agentes sociais, econômicos e políticos. Porém, os fatores envolvidos no sistema eleitoral podem ser diretamente influenciados por objetos e ações que ocorrem em diferentes

momentos no espaço que está inserida a eleição, ou seja, um município sofre influência não apenas de fatores que estão dentro dos seus limites territoriais, mas também de outras escalas de governo, como o estado e até mesmo de situações ocorridos fora do Estado nacional envolvido.

Outro ponto importante é que acontecimentos ocorridos no recorte espacial podem surgir como relevantes para um processo eleitoral e não serem considerados nas eleições seguintes. Reivindicações sociais pontuais, desastres naturais e acontecimentos catastróficos são alguns dos exemplos que podem ser pautas de uma eleição e esquecidos nos processos posteriores. Além disso, tais eventos podem ser utilizados por políticos para popularizar suas ações, dentro das instituições políticas, como na defesa de acontecimentos marcantes para a população.

1.1.2. Etapas do modelo sistêmico para eleitoral

1º Estímulo – Geografia das votações e influência geográfica do voto: busca analisar os fatores geográficos que atuam na determinação da escolha dos votos, no sentido de identificar o que pode ser relevante para o eleitor escolher um candidato. As necessidades espaciais determinam a escolha de um projeto político que melhor responda os anseios de um grupo ou individual. O fato é destacado por Castro (2005b) que ressalta a importância das situações espaciais na escolha eleitoral, como vizinhança e conhecimento da pessoa do candidato, entre outros.

2º Processo Intermediário – Geografia da Representação: estuda a distribuição espacial dos votos e a representatividade formada a partir dos resultados das eleições. A pergunta chave é: os eleitores de determinados recortes espaciais conseguiram eleger o seu representante? Entendendo a representatividade política como alternativa para suprir as necessidades espacialmente localizadas (TRIGAL E POZO 1999).

É necessário destacar que no estudo de caso as duas primeiras etapas serão apresentadas em conjunto para que fique mais clara a relação entre votação e ligação com os recortes territoriais.

3º Resultado – Consequência Geográfica dos votos: é a resposta política dada pelo candidato eleito aos recortes espaciais, ou seja, as atuações possuem direcionamento para

pontos de concentração de seus votos. Como forma de representar os reflexos da política e consequentemente das eleições no espaço, o qual é o ponto crucial da análise geográfica das eleições (TAYLOR E FLINT, 2002).

4º. Retroalimentação: Essa é o diferencial desse sistema geográfico para a análise eleitoral, pois é ele permite a continuidade dos processos eleitorais. Demonstrando que as ações políticas fazem parte das observações para o resultado dos próximos pleitos.

O modelo metodológico escolhido ao fazer a integração dos diferentes momentos, eleitoral e político, contrapõem-se e ao mesmo tempo entrelaça as demais abordagens fragmentadoras, que possuem um caráter finito dos estudos ao término de uma eleição. O sistema eleitoral adotado procura responder as críticas sofridas pela Geografia Eleitoral, que segundo Taylor e Flint (2002) ocorriam pela não percepção deste campo de conhecimento geográfico como parte do corpo da Geografia Política, pois não inseria em seus estudos temas centrais como o Estado e ao Poder.

Com a aplicação do modelo metodológico é possível compreender a Geografia Eleitoral como parte da Geografia Política, por não limitar o conhecimento as eleições, a seus resultados finais e estendendo o seu campo de atuação para os momentos de ação do poder político. O resultado ou consequências geográficas do voto é a retroalimentação do sistema, e inserida por Johnston⁴ (1980 apud TAYLOR e FLINT, 2002). O processo leva em consideração o comportamento do representante político durante o seu mandato, buscando interpretar a atuação do mesmo para as áreas em que teve uma maior quantidade de votos e de como a sua ação política pode ser positiva ou negativa para futuros planos políticos, nas eleições seguintes ou na disputa de novos cargos em distintas escalas de governo.

O principal objetivo da adoção do modelo sistêmico, é o de compreender que a ação política, durante um mandato, possui um papel fundamental na eleição. O modelo demonstra a ciclicidade da vida política, o constante movimento do complexo sistema do processo eleitoral. A eleição é um processo contínuo e não temporário e os resultados das eleições não são determinados apenas pelo período de campanhas eleitorais e sim por uma série de etapas

⁴ Johnston, R. “*Electoral geography and political geography*”, *Australian Geographical Studies*,18, 1980, p. 37-50.

ou de estratégias no período que antecede um pleito e possuem continuidade com as ações políticas de um governo ou político.

O modelo de análise eleitoral foi utilizado para mostrar que as atitudes dos políticos eleitos, durante o seu mandato tem como objetivo conquistar ou manter os seus eleitores, visando com isso à reeleição no mesmo cargo ou a projeção para outros cargos eletivos, e até mesmo além dos poderes legislativos e executivos, como em órgãos estatais. A análise do conteúdo dos discursos dos vereadores foi utilizada como forma de encontrar um direcionamento de seus pronunciamentos/ações políticas, com a função de enraizar o seu eleitorado e de angariar novos votos.

Com a categorização dos pronunciamentos dos parlamentares é possível identificar uma espacialização dos atos políticos dos vereadores durante o seu mandato e conseqüentemente realizar a comparação entre a colocação de seus discursos no plenário da casa legislativa e a localização de seus eleitores. A partir da metodologia empregada e com os dados selecionados foi possível responder a questão principal desse trabalho, sobre a possibilidade de identificar um comportamento diretamente relacionado entre as escolhas nas urnas e a ação política e como ocorre a resposta dos eleitores após o mandato como vereador.

1.2. Justificativa e delimitações do estudo de caso

O subcapítulo terá como função definir os dados e os recortes temporal e espacial utilizados no estudo de caso, demonstrando a escolha de cada uma das variáveis selecionadas para a aplicação do modelo sistêmico para a Geografia Eleitoral. Além disso, será apresentada a forma de análise das informações utilizadas para a realização do estudo e as delimitações escolhidas para a realização do estudo de caso.

Os procedimentos utilizados serão detalhados com o objetivo de registrar tanto as técnicas utilizadas quando a fonte e a motivação da escolha dos dados. Em nenhum momento deverá ser definitivo, mas circunscreve o sistema de análise ou os dados utilizados, como a melhor escolha para a total compreensão das eleições, porém compreende-se como a forma que chega mais próximo a responder as questões elaboradas para a realização da dissertação.

1.2.1. O município como escala de análise e Rio Grande como área de estudo

Esta etapa do estudo tem como função destacar o papel da escala municipal, demonstrando a evolução dessa esfera política que em muitos casos é pouco considerada dentro dos estudos geográficos. Segundo Castro (2005a) a utilização da escala é tão antiga quanto à própria Geografia, e tem como objetivo apresentar a relação entre as medidas do real e aquelas da representação gráfica. Porém o conceito de escala não deve ser utilizado apenas para dimensionar os mapas, as cartas e as plantas, ele deve ser percebido como uma forma de delimitar os fenômenos e os seus diferentes recortes espaciais.

Assim, esse conceito geográfico é importante para todas as áreas da Geografia e não apenas para a cartografia. A análise geográfica dos fenômenos requer objetivar os espaços em que eles são percebidos. Pois o fenômeno observado, articulado a uma determinada escala, ganha um sentido particular e uma ordem de grandeza a partir do seu recorte espacial.

Pode-se definir a escala como “uma medida, mas não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo” (Castro, 2005a, p.127). Entretanto ao analisar um determinado fenômeno em diferentes escalas pode-se perceber que seu comportamento não obedecerá a um mesmo comportamento. Assim, para a análise da escala política é necessário destacar o pensamento de Cox (1998), de que a política produz suas próprias escalas territoriais, não sendo reprimidos por determinado recorte

territorial. A política mesmo sendo fragmentada em diferentes esferas, como no Brasil em federal, estadual e municipal, possui uma ligação direta.

Segundo Castro (2007a) os fenômenos políticos possuem diferentes dinâmicas, nas distintas escalas políticas, no caso brasileiro essa variação pode ser percebida pelo poder que cada escala possui. Dentro da Geografia a busca por respostas globais, que visassem responder questões mais gerais levou a uma estagnação das análises do local e seu poder político. Nos estudos eleitorais não são raras as situações que buscam no município uma delimitação da pesquisa, entretanto observam exclusivamente as consequências das esferas superiores de governo e não o poder local.

No Brasil é importante destacar o papel adquirido pelo município, enquanto escala política, nos últimos 30 anos, porém as demais esferas políticas (federal e estatal) continuam sendo centralizadores de recursos e decisões. A esfera de governo escolhida como recorte de estudo, constitui a unidade autônoma de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa nacional. Além disso, é sem dúvida a mais próxima do cidadão, pois as suas ações refletem diretamente no cotidiano de uma sociedade.

Nesta escala, a atuação do poder público é mais visível, tanto em relação à disponibilidade do aparato institucional para a oferta de políticas públicas direcionadas para a população residente como em relação aos seus resultados. Esta visibilidade ampliou-se a partir da Constituição de 1988, quando se iniciou um processo de descentralização federativa das competências de políticas econômicas e sociais. Como resulta, os encargos das Prefeituras foram ampliados, assim como sua autonomia na estrutura federativa, o que lhe permite legislar e ter receita própria, mediante atribuições específicas de alguns impostos (Castro, 2007b, p. 62).

Ao longo da história brasileira o município sempre foi presente na formação do país, mesmo que com nomenclaturas diferentes, como vilas e províncias, sendo as câmaras municipais a marca para a sua consolidação política. A origem constitucional dos municípios brasileiros está no artigo 167 da Carta Magna de 1824, mas apenas com a Constituição Federal de 1891, com a adoção do federalismo como forma de organização do estado, coloca a esfera local de poder como ente federado autônomo. Entretanto na prática tal reconhecimento não surtiu efeito, as constituições nacionais seguintes (1934, 1937, 1946 e 1967) não alteraram significativamente essa realidade. Porém em 1988 o município foi

elevado e reconhecido como ente federado propriamente e a partir de então ele passou a ter autonomia em sua organização econômica e administrativa (SANTIN E FLORES, 2006).

A vigorosa descentralização dos recursos tributários em favor dos municípios, consagrada na Constituição Federal de 1988 resultou em um aumento da importância deste nível de governo na administração pública nacional (AFONSO, 2000). Um ponto que possibilita reconhecer a evolução da escala local é o crescimento das receitas disponíveis entre as escalas de governo. Afonso e Araújo (2001) demonstram a evolução da arrecadação dos três níveis de governos entre os anos de 1988 e 2000, do total de valores arrecadados é o município o que mais evoluiu em sua receita própria, aumentando em 196,1% os valores contra 72,6% dos estados e 58,2% da união. O crescimento anual de cada uma das esferas de governo também mostra o mesmo ritmo de evolução com 9,5%, 4,7% e 3,9% respectivamente para cada ente federado dentro do período analisado.

Esse aumento na arrecadação municipal permitiu uma capacidade maior dos políticos locais em realizar suas “obrigações” sem depender das escalas maiores de governo. Os municípios ao ganharem a autonomia política administrativa passam por um processo de readaptação de sua nova forma organização, deixando de ser dependente das demais esferas de governo. O fim dessa subserviência veio acompanhado de desafios, pois junto com do aumento dos ganhos vieram novas obrigações, como uma maior responsabilidade em setores como saúde e educação, sendo o município responsável pela atuação em primeira instância nestas áreas⁵. Todavia é necessário lembrar-se das leis de responsabilidade fiscal que obrigam os gestores municipais a “gastar” os recursos com responsabilidade, sendo esses condenados criminalmente quando realizam algum tipo de má administração dos recursos.

⁵ O Sistema Único de Saúde (SUS) foi organizado a partir da Lei Orgânica da Saúde (LOS), a partir da Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabeleceu em seu art. 2º ser a saúde “um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu exercício”. Segundo o art. 30, inciso VII, da Constituição, e artigo 18 da Lei 8.080/90, é no Município que se devem organizar as ações e serviços de saúde, sendo responsabilidade deste a execução dessas ações e serviços públicos de saúde, com colaboração técnica e financeira da União e do respectivo Estado, cabendo a este promover a descentralização dos serviços para o Município (Lei 8.080/90, art. 17, inciso I). Os municípios são responsáveis pelo atendimento pelo atendimento primário de educação, sendo por meio de um processo a transposição de todos os níveis de educação ser gradualmente transferidos para esta escala de governo.

O entendimento do município como importante escala política foi um processo lento, porém contínuo, sendo necessário perceber que essa esfera possui um fundamental papel no desenvolvimento do país. Pois uma política desenvolvimentista em um país com dimensões continentais torna-se inviável ou temerário, tendo em vista a grande possibilidade de um beneficiamento de determinadas regiões frente a outras.

Segundo Neves (2000) o pequeno papel dado a política local é uma herança histórica, e que vem sendo repensado de forma lenta e contínua nos últimos anos, o autor destaca o papel da Constituição Federal de 1988. Ao atribuir explicitamente ao município condição de entidade estatal, político-administrativa, com personalidade jurídica, governo próprio e competência normativa, a última Carta Magna do país ampliou a autonomia local, que já vinha sendo protegida contra violações por cartas anteriores. Autonomia que atualmente se desdobra em: (1º) autonomia política (ou capacidade de autogoverno e de auto-organização), (2º) autonomia administrativa (ou capacidade de organizar suas atividades), (3º) autonomia financeira (ou capacidade para instituir e arrecadar seus próprios tributos), (4º) autonomia legislativa (baseada em duas frentes: capacidade para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber).

A Constituição Federal de 1988 destaca a evolução do nível municipal no Brasil, Azeredo e Lobo (2005) apresentam alguns pontos que merecem ser lembrados sobre essa escala de governo, destacados nesta carta magna:

- Os municípios foram reconhecidos, pela primeira vez explicitamente, como unidades de governo do Estado Nacional, com autonomia política, administrativa e financeira.
- A descentralização fiscal abriu espaço para o fortalecimento da capacidade de financiamento dos governos subnacionais, redistribuindo receitas.
- A descentralização de responsabilidades foi apenas esboçada e gerou ambiguidades e obstáculos a um processo ordenado (AZEREDO e LOBO, 2005, p. 07).

Mesmo com o fortalecimento do município, a Constituição Federal de 1988 manteve concentrado o poder no nível federal. No que se refere à competência do município, o texto constitucional em vigor, embora mais longo sobre o assunto que as constituições anteriores, continua não esclarecendo seus limites e extensões, deixando uma grande margem de ambiguidade. A falta de limite entre as esferas de poder no Brasil tem como justificativa, sua dimensão continental subdividida em 5.565 municípios (IBGE 2010), os quais possuem

características completamente diferenciados em relação ao tamanho populacional e territorial, além de condições econômicas com grande discrepância. Com isso, traz um reflexo na capacidade muito variada para arcar com encargos e responsabilidades, como em recursos para suportá-los (humanos, financeiros e materiais, por exemplo), tornando necessária a ação das esferas de governo ‘superiores’, de forma diferenciada em cada município. “Apesar dessa ambiguidade, há um largo campo de atuação potencial para o município”. (NEVES, 2000, p. 20)

Para Azeredo e Lobo (2005) “embora não seja peculiaridade brasileira, a heterogeneidade entre os municípios é grande no país.” (p.10) Essa diferenciação nas condições de sustentação acarreta em uma maior dependência dos municípios menores em relação às outras esferas de governo. Municípios de grande porte que possuem um maior índice de arrecadação acabam adquirindo maior independência. Enquanto os menores acabam dependentes da boa vontade política das demais esferas de governo, criando um clientelismo, processo político que tira proveito da fragilidade de alguns recortes para se promover. Deve-se lembrar que o município não é apenas uma escala de poder político é também um importante celeiro eleitoral para as demais esferas de governo (CASTRO, 2005b).

Um dispositivo desenvolvido após 1988 que se tornou de suma importância para os municípios são as leis orgânicas que podem ser definidas como Constituições Municipais, e tem por objetivo delimitar as suas áreas de atuação (conjunto de leis que regem a política municipal) com base na Constituição Federal e de seus respectivos estados, pois a ordem hierárquica dos níveis de governo não pode ser quebrada. Sendo que a competência do município é inferior à do estado e a dos estados abaixo do federal, assim estas leis inferiores não podem ser opostas a dos níveis seus superiores.

Para Iná de Castro (2005b) o município é um recorte político pouco estudado e que merece uma maior atenção, ela destaca três pontos que devem ser discutidos sobre tal escala política:

Em primeiro lugar, este é um recorte federativo, com importante grau de autonomia – o que significa atribuições e recursos próprios -; em segundo, trata-se de uma escala política por excelência, e constitui um distrito eleitoral formal para vereadores e prefeitos e informal para todas as outras eleições, com consequência importante para a sociedade local e para o território; em terceiro, é no município que todos habitamos e exercemos nossos direitos, e

deveres, da cidadania, onde buscamos os serviços a que temos direito como cidadão; onde votamos e candidatos são votados. Também é nele que são concretizadas as políticas públicas (CASTRO, 2005b, p. 135).

O poder político municipal acaba se tornando o de maior importância para a sociedade, assim como, as escolhas eleitorais durante um pleito municipal acabam como a mais relevante que as de âmbito estadual ou nacional. Já que as esferas federais e estaduais são pouco percebidas, devido suas ações estarem mais relacionadas a obras e atuações que não estão diretamente ligadas ao espaço vivenciado, como obra de rodovias intermunicipais ou voltadas para setores pouco perceptíveis no cotidiano de grande parte da população como: economia, relações internacionais e segurança nacional.

O processo de crescimento das cidades obrigou os governos locais a um novo comportamento político, a realidade coloca-as em uma constante transformação social e urbana. A demanda de novas oportunidades de emprego, saúde e educação estão na agenda de políticas locais a um longo período. Soma-se a essas a dinâmica de deslocamento, de habitação e de sustentabilidade ambiental fazem parte das ações sob responsabilidades dos governos municipais, independentemente do tamanho de sua população ou dimensão territorial e que foram incorporadas recentemente nos debates políticos.

Assim ao perceber a proximidade entre a escala de governo municipal e sua participação direta na vida do cidadão, pode-se definir que as eleições municipais possuem um maior impacto na realidade do indivíduo. A escolha dos representantes nesta esfera possui assim uma maior representatividade para os grupos sociais na busca de seus interesses diante desse poder político espacialmente limitado.

A geografia possui uma dificuldade de aproximar os seus estudos políticos da escala local, poucos são os estudos que utilizam a base municipal como área de estudo, principalmente quando trabalha-se com a Geografia Política. A negligência dos estudos neste campo de conhecimento pode ser respondida pela seguinte percepção:

É bem verdade que as dimensões escalares do espaço geográfico sofreram mudanças com as transformações econômicas, sociais e políticas impetradas pelo processo de globalização. Alguns chegam a afirmar que a falência de projetos de desenvolvimento regional tornou essa escala obsoleta. Outros, que a redefinição do significado do Estado-Nação coloca em questão a escala nacional. Apesar de não concordar com essas abordagens, indica-se que o local assume, nesse contexto, um papel importante, pois é nele que as

diferentes articulações, advindas desses processos, tornam-se mais visíveis. É o acontecimento configurando o que é local. É a realidade vivida e vivenciada, mas também a realidade vinculada a relações maiores, de contornos nacionais e globais (SILVA, 2008, p. 09).

É possível encontrar autores que ressaltam a necessidade de um maior interesse no governo local, com a justificativa da massificação de poderes. No momento de globalização a escala local acaba ganhando uma maior importância e maior força.

[...] a massificação tem, como contraponto, a necessidade de os indivíduos preservarem determinados laços afetivos, que reforçam o sentimento de pertencimento e identificação com grupos e espaços menores, reduzindo a sensação de anonimato. Isto acaba reforçando a importância do local [...] (NEVES E MARINHO, 1999, p.25 apud NEVES 2000, p.11).

No caso brasileiro o município merece um destaque enquanto escala política, pois como debatido anteriormente foi possível constatar um fortalecimento do município como ente federado. A partir de 1988 o avanço do poder local foi percebido principalmente nas áreas de educação, saúde e assistência social. Áreas de atuação que refletem diretamente no comportamento social, podendo ser estudado como esta evolução municipal ocasionou mudança tanto nos meios políticos e sociais.

Por todas as ponderações realizadas sobre o município e o seu papel político dentro da Brasil é de fortuito interesse o estudo de tal ente federado pela Geografia, como forma de compreender os processos políticos internos. Pois apresentam uma dinâmica diretamente ligada aos demais entes federados e ao mesmo tempo uma singularidade específica de cada recorte territorial e seu contexto.

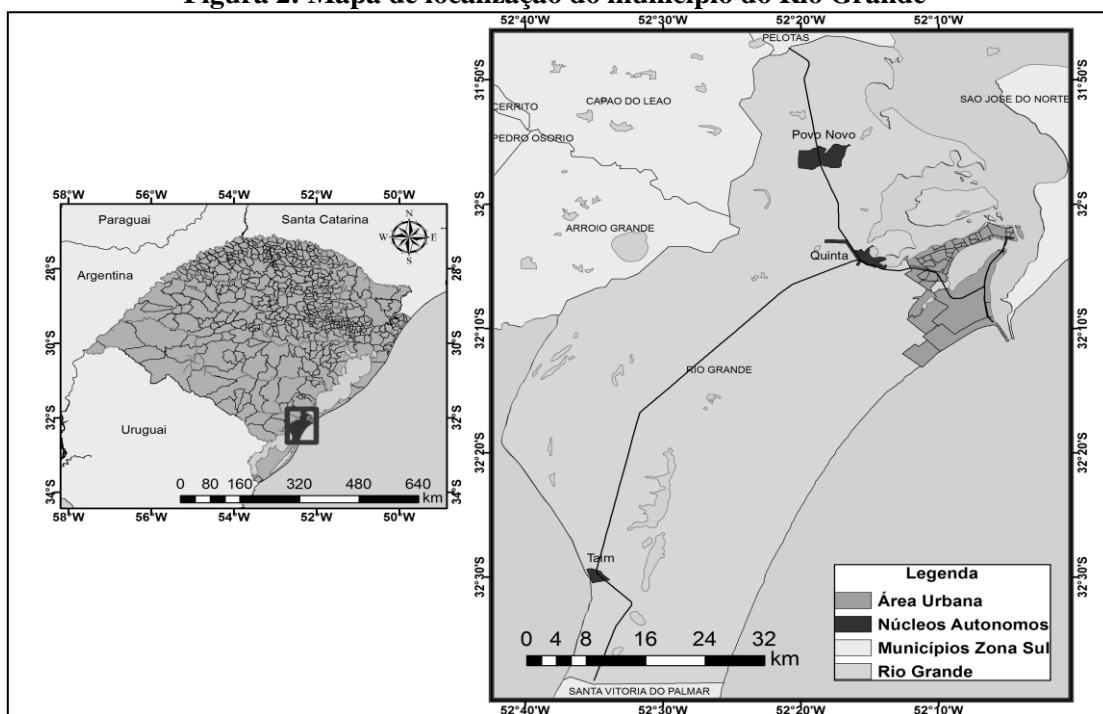
Além disso, dentro da metodologia de análise escolhida para a elaboração do trabalho o município apresenta-se como a melhor escala, por aproximar-se da realidade e permitir uma maior visibilidade entre os atos políticos e a vida dos eleitores. E a dimensão dos fenômenos políticos ocorridos dentro do município pode permitir a parcial compreensão do importante papel da política tanto para o território quando para a população que ali habita.

O município do Rio Grande foi escolhido como área de estudo por nele encontrar-se a Câmara de Vereadores mais antiga do Rio Grande do Sul, criada em 1751 e assim a representação política legislativa de maior experiência no estado. Localizado no sul do Rio Grande do Sul, o município teve a posse formal consolidada pelos portugueses em 1737 e

após enfrentamento com os espanhóis ainda no século XVIII foi desenvolvendo-se, com base em uma estrutura portuária de significativa expressão para o estado, como porta de acesso a importação e exportação para todo o mundo.

A Figura 2 apresenta a localização do município, a área urbana e as localidades autônomas sede dos distritos. Apesar do município possuir uma área de 2.709,522 km², a maioria da população concentra-se na área urbana, segundo o censo do IBGE de 2010 dos 197.228 moradores de Rio Grande, 189.429 pessoas moravam no perímetro urbano enquanto 7.799 residiam na área rural⁶.

Figura 2: Mapa de localização do município do Rio Grande



Fonte: IBGE (2012); Organizado pelo Autor.

Ao longo da história local, um conjunto de investimentos estatais e privados, direcionados ao desenvolvimento portuário do Rio Grande, deram um caráter estratégico ao município, em relação a interesses econômicos, políticos e militares. Entre as consequências

⁶ As informações sobre a população foram retiradas do Censo do IBGE 2010.

está a constituição de um polo de desenvolvimento econômico em diferentes períodos, com destaque econômico do município no estado⁷.

Assim, os períodos de crescimento de Rio Grande e os momentos de estagnação fazem com que ocorram a construção de políticas e políticos que administraram um município em constante oscilação econômica e com novas necessidades sociais a cada ciclo industrial. As instituições públicas necessitam, com isso, assumir um papel na administração local, visando suprir eventuais necessidades e a casa legislativa e seus componentes tem o papel de representar a população, na busca de melhores condições de vida e de um maior controle sobre os investimentos públicos e em sua relação com a iniciativa privada.

1.2.2. Delimitação temporal

O recorte temporal foi escolhido, dentro do amplo período de existência da Câmara de Vereadores do Rio Grande e das eleições ocorridas no território nacional, em virtude de um momento importante vividos nos legislativos municipais brasileiros. Entre os anos de 2005 e 2012, ocorreu uma redução do número de vereadores, mediante a Resolução nº 21.702/2004 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁸. A resolução impôs um novo cálculo de representatividade para as câmaras legislativas municipais de todo o país. Segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) houve à redução de 8.936 vereadores nos legislativos municipais brasileiros em 2005. No caso das eleições locais de Rio Grande ocorridas nos anos de 2004 e 2008 foram disputas 13 vagas para vereadores e não mais 21 cadeiras para o legislativo local, como nas eleições de 2000.

O objetivo da resolução nº 21.702/2004 foi de corrigir uma eventual super-representação ocorrida em muitos municípios do Brasil. Enquanto a Constituição Federal de 1988 estabelecia três níveis de representantes populacionais (número de vereadores por habitantes do município), para determinar o contingente de vereadores, a resolução do TSE fragmentou em 36 níveis para enquadrar a proporcionalidade dentro dos legislativos municipais brasileiros.

⁷ Para maiores informações consultar: MARTINS, Solismar Fraga. Cidade do Rio Grande: industrialização urbanidade (1873 – 1990). Rio Grande: Editora da FURG, 2006

⁸ Resolução nº 21.702/2004: <http://www.tre-sc.jus.br/site/legislacao/resolucoes/tse/2004/resolucao-tse-n-217022004/index.html>

A resolução foi válida apenas para as eleições de 2004 e 2008, ficando ao cargo dos legisladores municipais a decisão sobre o contingente de vereadores a partir das eleições de 2012. No processo eleitoral de 2012, o país teve um acréscimo ou retorno de 7.700 vereadores, consequência da Emenda Constitucional 58/2008, que reduziu para 24 os níveis de representação de vereadores. No caso do legislativo do Rio Grande, houve a retomada das oito cadeiras reduzidas nas eleições estudadas.

O tema representatividade não será aprofundado na pesquisa, porém cabe uma reflexão sobre essa etapa da política nacional, tomando como referência a Câmara Municipal de Vereadores de Rio Grande. Com uma redução do número de vereadores em 2004, houve uma economia aos cofres públicos, segundo informação divulgada pela mídia local, na Câmara de Vereadores, no 1º semestre de 2012, de R\$1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais)⁹.

Com o acréscimo do número de vereadores houve aumento com os gastos no legislativo municipal. Em 2013 houve um aumento de 64 assessores parlamentares, resultando em um acréscimo de R\$1.660.000,00 (um milhão e seiscentos e sessenta mil) em relação ao ano anterior com gastos com Cargos de Comissão (CC)¹⁰. No aumento não estão relacionados os gastos adicionais com salários e demais despesas dos oito novos vereadores, ficando assim uma reflexão sobre quais os verdadeiros beneficiados com a maior representatividade política na Câmara de Vereadores do Rio Grande.

1.2.3. Os dados eleitorais

A eleição faz parte de um processo democrático, fato que segundo Trigal e Pozo (1999), não é uma realidade em todas as partes do mundo.

En las dictaduras el poder político no está en juego y las elecciones sirven o pueden utilizarse para crear legitimidad en el interior del país y en las relaciones internacionales, ofrecer una imagen de normalidad, promover la adhesión al régimen autoritario y desprestigiar o neutralizar a la oposición democrática (TRIGAL E POZO, 1999, p.185).

⁹ Informação sobre devolução de verba da câmara de vereadores - Jornal Agora 06/06/2012 disponível em: <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=29296>

¹⁰ Informação sobre o aumento com gastos com Cargos de Confiança (CCs) da câmara de vereadores – Jornal Agora (09/01/2013) disponível em: <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=38265>

Entretanto, independentemente da situação a eleição visa permitir a participação de todos os cidadãos, desde que cumpram regras preestabelecidas, na vida política de um Estado. Devido à amplitude do processo surgem novos elementos a cada novo período eleitoral e que são incorporados ao sistema político. Justificando-se a relevância de se analisar mais de uma eleição bem como mais de um período de mandato político, para que uma causalidade não se torne regra, situação evidenciada por Sanguin (1981) para os estudos da Geografia Eleitoral.

Para a pesquisa, os resultados eleitorais, a distribuição e quantidade dos votos de cada vereador eleito nos pleitos estudados, foram obtidos no endereço eletrônico do Tribunal Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul (TRE-RS), que disponibiliza um acervo a partir das eleições de 1959¹¹. Os dados foram agrupados por local de votação, e separados para cada vereador eleitos nos pleitos de 2004 e 2008. Por ser a eleição um processo sigiloso, no caso brasileiro, torna-se impossível identificar o eleitor em cada local de votação e assim o seu endereço de moradia e o direcionamento de seu voto.

Os votos foram organizados em tabelas e posteriormente construídos mapas temáticos, que permitiram a distribuição espacial dos votos de cada vereador. A técnica cartográfica para as análises eleitorais, destacadas em trabalhos como os de Terron (2012), e Soares e Terron (2008), Jacob et al. (2000 e 2011), Marchal et al., (1992), e Barros et al. (2013), auxilia na compreensão dos processos espaciais das eleições. O método foi o precursor dos trabalhos em Geografia Eleitoral, marcado pela obra de Sigfried (1913) e uma característica da escola francesa de estudos eleitorais.

Na perspectiva desta dissertação o mapeamento dos dados respeitará algumas delimitações, como na proposição de Waniez (2002):

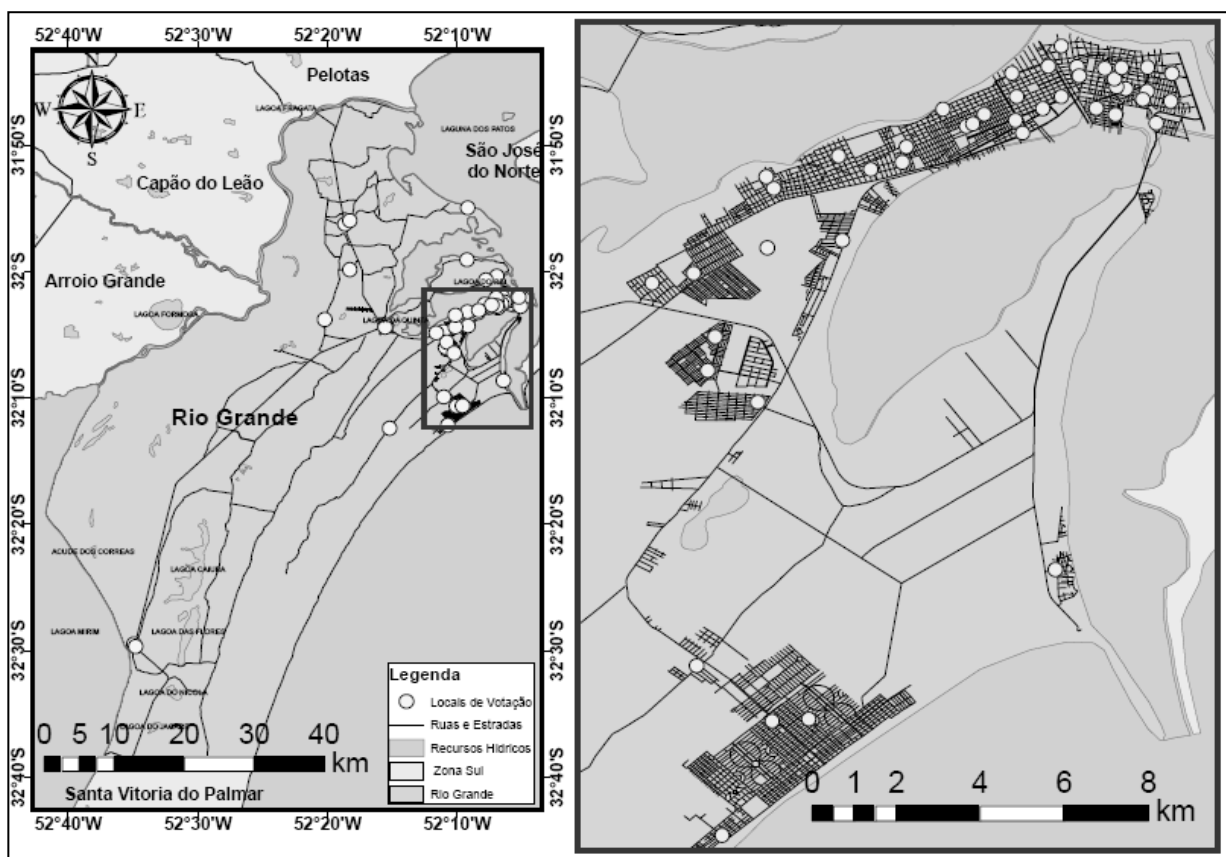
O mapeamento dos dados eleitorais, além de seu aspecto mais imediato, o da comunicação cartográfica dos resultados ao final da apuração, apresenta-se como um instrumento excelente para revelar as estruturas e dinâmicas econômicas. Nesta perspectiva a cartografia adquire grande importância, pois ela permite revelar as configurações espaciais e seu significado sociopolítico e, assim reformular hipóteses que conduzem, num procedimento dialético, a elaboração de novos mapas que possibilitam fazer avançar o conhecimento (p15).

¹¹ <http://www.tre-rs.gov.br/index.php?nodo=278>

Entretanto ao contrário de Waniez (2002), a cartografia não foi utilizada como forma de analisar as dinâmicas econômicas, mas sim demonstrar as similaridades e discontinuidades entre a distribuição dos votos e das ações políticas. Para observar sobre a relação entre as etapas do processo político ou eleitoral.

A localização dos pontos de votação do município é a base para a distribuição dos eleitores e os possíveis locais de concentração dos votos dos vereadores eleitos (Figura 3).

Figura 3: Distribuição dos locais de votações do município do Rio Grande



Fonte: IBGE (2012); Organizado pelo Autor.

Na figura acima encontra-se a distribuição dos 60 locais de votação do município Rio Grande nas eleições de 2004 e 2008. Cabe neste momento realizar algumas ponderações sobre os pontos de votação. Os mesmos não são distribuídos de forma homogênea no município, mas acompanham a concentração de habitantes no perímetro urbano. Da mesma forma a divisão dos eleitores não ocorre de forma igualitária, por exemplo: um local de votação possui 6.601 eleitores cadastrados, em contrapartida outro ponto possui apenas 199 eleitores aptos a votar. O primeiro ponto está localizado no centro do município e o segundo situa-se na zona

rural, segundo informações do TRE-RS (2012). Além disso, alguns dos maiores locais de votação estão localizados no centro do município que junto somam 28.656 votantes (nove pontos de votação, com 19,45% dos eleitores), de um total de 147.322 eleitores aptos a votar no município do Rio Grande em 2012. A justificativa para que os locais de votação do centro da cidade tenham mais eleitores é devido esses serem os primeiros pontos eleitorais do município, e assim concentram pessoas que moram em bairros e em localidades distantes de seu colégio de votação. A política atual do TRE é de estabelecer os eleitores em colégios eleitorais próximo de sua residência, medida que visa facilitar para os eleitores o acesso ao seu ponto de votação.

A configuração da distribuição dos eleitores mostrou uma elevada densidade dos eleitores em determinadas áreas e um baixo número de eleitores em outras, tendo como consequência uma maior representação de alguns recortes espaciais do município. Autores como Sanguin (1981) e Trigal e Pozo (1999) defenderam que a eliminação dessas situações é um dos papéis da Geografia Eleitoral.

1.2.4. A utilização do discurso como informação política

Para compreender a atuação dos vereadores, durante seus mandatos políticos, ocorridos nos entre os anos de 2005 a 2008 e de 2009 a 2012, foram utilizadas as atas dos pronunciamentos parlamentares realizados em sessões da Câmara Legislativa do Rio Grande. O procedimento é similar ao desenvolvido por Castro (1992a), para compreender as ações/discursos dos Deputados Federais dos estados da região Nordeste, em relação à consolidação de um pensamento sobre as necessidades e da dependência desta região do país. A autora identificou que o discurso com tons trágicos está ligado a uma forma da elite política regional angariar mais verbas do governo federal, buscando uma maneira de compensar as “adversidades” climáticas que atingem o Nordeste brasileiro.

Para a análise dos pronunciamentos dos vereadores foi empregada à técnica de análise do conteúdo, que segundo Moraes (1999) é, “... uma técnica para ler e interpretar toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis” (p.8). No emprego da análise do conteúdo pode conter inúmeros significados e para a sua total compreensão é

necessário levar em consideração o contexto inserido, que no caso estudado é a realidade política local.

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrição sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES,1999, p.6).

O procedimento permite a análise de uma variedade de materiais, oriundos de comunicações verbais e não verbais, como cartazes, revistas, informes e livros, que encontrados em estado bruto necessitam ser processados para permitir uma total compreensão de seu intuito, mesmo que esse não fique explícito diretamente. Entre os procedimentos empregados na análise de conteúdo estão a criação de categorias, as quais permitem serem classificadas nos discursos. Para a realização do procedimento de análise os nomes dos bairros ou ruas, foram empregados como categorias de análise dos pronunciamentos dos vereadores do município do Rio Grande. Os nomes dos bairros foram escolhidos por permitirem uma espacialização da atuação dos vereadores e assim possibilitarem a percepção de um direcionamento dos seus atos para determinados recortes espaciais.

As categorias foram escolhidas não pelo sentido semântico de sua utilização, mas pela utilização empregada pelos parlamentares, ou seja, o sentido figurado. Ao empregar em seu pronunciamento os agentes/vereadores não utilizam o seu significado literal, eles os empregam de forma a representar parte da população ou de determinados grupos. É necessário destacar que o simples pronunciamento do nome de um bairro não foi considerado como uma ação direcionada. Para serem considerados como direcionamento os pronunciamentos devem visar um benefício para o recorte espacial, seja este por meio de um projeto, requerimento¹², indicação¹³, reivindicação de melhorias para o referido local ou mesmo ações dos vereadores em prol do benefício de um determinado recorte espacial.

¹² Requerimentos: são proposições apresentadas pelos vereadores solicitando informações ao executivo;

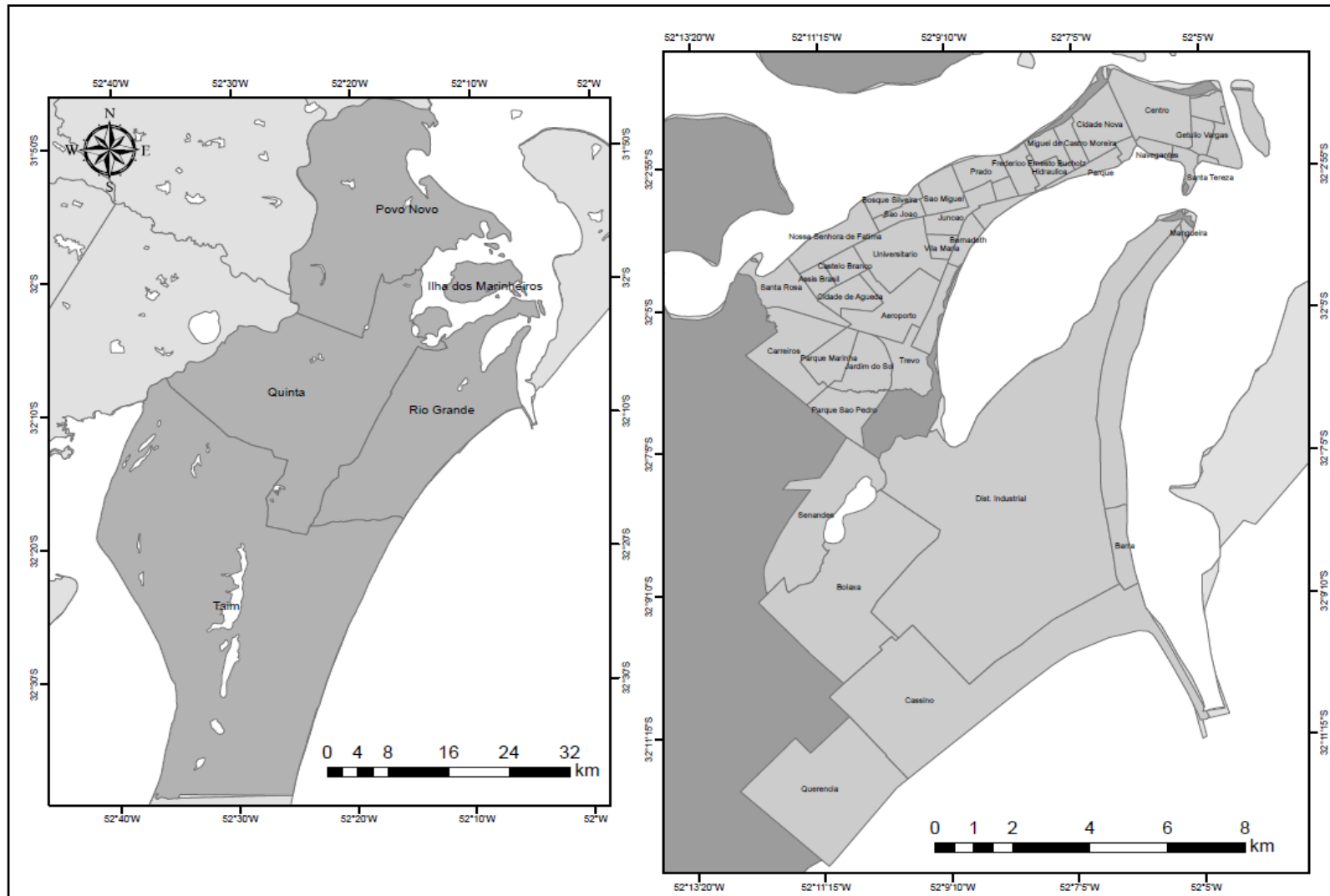
¹³ Indicações: os vereadores fazem o encaminhamento formal de suas solicitações ao executivo, justificados como medidas de interesse pública como: a solicitação de braços de luz em vias públicas, calçamentos de ruas, construção de creches, escolas, quadras poliesportivas, instalação de telefones públicos, redutores de velocidade e abrigos de ônibus, entre outras coisas (Lopez, 2004);

Deve-se esclarecer que nem todas as indicações e requerimentos foram contabilizados: 1º) Foram descartados os atos que visassem uma ação direcionada para o município como um todo ou categoria profissional (como funcionários públicos), sem identificar o direcionamento para um recorte espacial delimitada; 2º) Algumas das ações dos vereadores não são detalhadas no plenário são apenas referenciadas e votadas pelos legisladores, sendo impossível a sua análise apenas pelo acesso as atas; e 3º) devido o não cumprimento do mandato de alguns vereadores os suplentes assumiram suas vagas, porém as ações destes não foram utilizadas como fonte de análise.

É necessário fazer uma ponderação sobre as categorias utilizadas referentes aos nomes dos bairros, que não possuem uma definição institucionalizada das áreas abrangentes do município do Rio Grande. Os mesmos foram selecionados a partir dos pronunciamentos dos parlamentares locais e suas delimitações foi realizada pelos dados da Prefeitura Municipal do Rio Grande a qual não os reconhece institucionalmente apenas utiliza para facilitar à distribuição de suas ações no território municipal¹⁴. As localizações dos Bairros encontram-se na Figura 4.

¹⁴ O modelo de divisão dos bairros urbanos é o da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento (S.M.C.P.) de 18/09/2000. As zonas rurais foram agrupadas pelos distritos e pelas localidades que compõem cada distrito.

Figura 4: Nome e localização dos bairros do Rio Grande



Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande 2010; Organizado pelo Autor.

Castro (1992a) argumenta que “(...) o conteúdo expresso na retórica política, seja ele sincero ou estratégico, tem por objetivo alcançar um fim previamente estabelecido” (p.122). Para a realização do trabalho não serão analisados a linguagem ou a semiótica dos discursos, mas o seu direcionamento na tentativa de beneficiar determinados recortes do município.

A escolha do discurso ocorreu em função da sua relevância, desde o surgimento das primeiras formações sociais como uma importante ‘arma’. Pois este ganhou com o tempo a função de ferramenta para regular as relações sociais, impedindo a guerra e suas trágicas consequências, e deixando para as arenas políticas/públicas o combate com palavras. Arendt (2011) destaca o caráter assumido pelo discurso a partir da formação da *pólis*.

Na experiência da *pólis*, que sido considerada, não sem razão, o mais loquaz dos corpos políticos, e mais ainda na filosofia política que dela surgiu, a ação e o discurso separaram-se e tornaram-se atividades independentes. A ênfase passou da ação para o discurso, e para o discurso como meio de persuasão e não como forma especificamente humana de responder, replicar e estar à altura do que aconteceu ou do que foi feito. Ser político, viver em uma *pólis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência (Arendt, 2011, p. 31).

A importância de um bom orador na política é destacada por Wolff (2003), que utiliza como exemplo as tribos indígenas brasileiras, em que o chefe possui um poder político sobre o seu grupo sem ter um poder de coerção, salva algumas exceções, mantendo a relação entre os membros do grupo por meio de suas palavras. “O dever do chefe não é comandar, mas falar. Ele não possui nenhum domínio direto das coisas ou dos homens, mas somente das palavras” (p.32), ou seja, o chefe tem autoridade e não tem poder ressaltando os tempos de guerra. “Em tempo de paz, a coletividade é a fonte de poder, e o chefe lhe é subordinado, tendo uma função mediadora; em tempo de guerra, o chefe é a fonte de todo poder, exerce uma função de comando, e os membros da coletividade lhe são subordinados” (WOLFF, 2003, p.32).

Para Castro (2005b) os discursos políticos e as instituições políticas têm como função amenizar os conflitos de interesse entre as partes da sociedade, com a utilização inclusive de um vocabulário rebuscado, e em muitos casos irônico, como uma forma de atenuar eventuais divergências entre os grupos representados.

[...] cada vez mais, a compreensão do contexto evidencia-se como indispensável para entender o texto. A mensagem da comunicação é simbólica. Para entender os significados de um texto, é preciso levar o contexto em consideração. É preciso considerar, além do conteúdo explícito, o autor, o destinatário e as formas de codificações e transmissão da mensagem (MORAES, 1999, p. 8).

Os discursos realizados no plenário da casa legislativa do município do Rio Grande foram utilizados por ser o momento de exposição da atuação política, direcionado para o conjunto dos parlamentares, os presentes no plenário e no limite para toda a sociedade. Os pronunciamentos e debates realizados na Câmara de Vereadores são transmitidos ao vivo pela TV e internet, tornando-se um importante momento e instrumento de demonstrar a sua ação e justificar os seus votos¹⁵.

As atas utilizadas para elaboração da pesquisa compreendem os pronunciamentos realizados durante os mandatos políticos de 2005/2008 e 2009/2012. As atas foram analisadas com o objetivo de encontrar alguma direção da atuação políticas dos parlamentares, para determinados recortes espacial como distritos, bairros ou ruas.

As indicações e requerimento realizados pelos vereadores durante os seus mandatos, são importantes ferramentas de atuação dos legisladores municipais e não serão completamente analisadas, devido a sua indisponibilidade, sendo considerados apenas os que foram pronunciados no plenário. Em contrapartida, as atas utilizadas encontram-se disponíveis no site da Câmara de Vereadores, possuindo acesso livre e garantido a qualquer cidadão¹⁶.

Considera-se possível inserir a Geografia nos estudos eleitorais como forma de compreender o comportamento eleitoral, no sentido formulado por Castro (2005b):

Estas respostas do eleitor constituem um amplo campo de análise na sociologia, na ciência política, na antropologia e na geografia eleitoral. Em todos estes campos, a explicação dos resultados eleitorais como consequência da racionalidade do eleitor, do sistema eleitoral em vigor e das suas condições de vida é o objetivo principal (CASTRO, 2005b p. 159).

¹⁵ A TV Câmara é transmitida pelos canais 04 da Viacabo TV e 16 da NET e na internet no endereço eletrônico: <http://www.camarariogrande.rs.gov.br/tvcamara/>

¹⁶ http://www.camarariogrande.rs.gov.br/index.php?n_sistema=3115

A partir da análise bibliográfica sobre o comportamento do eleitorado brasileiro, como nos trabalhos de Carreirão (2000), Radmann (2001), Borba (2005) e Pinto (2009) que estudam de forma quantitativa e qualitativa a conduta nas urnas dos eleitores. É possível compreender um pouco do importante momento social, constatando nas referências um mesmo padrão de ação dos votantes, entre eles os do município do Rio Grande.

Almeida (2007) destaca que o comportamento do brasileiro é diferenciado, estando incorporado o “jeitinho brasileiro”, que na política pode ser compreendido como uma forma de tirar proveito de situações, mesmo que não seja correto. Carreirão (2000) elenca alguns critérios que o eleitor leva em consideração para a escolha do candidato, como a imagem política do candidato e de seu partido. Para o autor a avaliação do governo anterior e as características pessoais dos candidatos são as mais importantes na escolha do voto. Nas pesquisas de Radmann (2001) e Pinto (2009), foi constatado que os eleitores do município do Rio Grande direcionam o seu voto para os candidatos que mais se identificam, ou seja, “o eleitor vota em quem conhece em quem confia” (Radmann, 2001, p.06) e entendem as suas realidades e necessidades socioespaciais, como falta de iluminação pública, limpeza nas ruas, calçamento, ou até mesmo um emprego.

Borba (2005) concluiu o eleitor brasileiro da seguinte forma: “um eleitor de tipo personalista, o qual decide seu voto, principalmente, a partir dos atributos individuais, de competência e honestidade dos candidatos.” (p.03). A partir de sua compreensão realiza uma crítica ao comportamento do eleitorado brasileiro ao não ser partidário, mas sim ser formado pela imagem e conhecimento ao candidato.

É unânime nos trabalhos analisados que o comportamento na escolha do voto, que os eleitores tomam a decisão a partir do seu conhecimento sobre o candidato. A relação existente entre o candidato e o entorno dos eleitores é destacado como de significativa importância em todas as pesquisas.

Com a constatação de que o eleitor direciona o seu voto para candidatos que possuem alguma característica conhecida, torna-se relevante à consideração de que há busca de um representante político que venha suprir suas necessidades sociais ou espaciais. A eleição de um vizinho, amigo ou conhecido permite uma possível obtenção de vantagens, de forma direta ou indireta, para si ou para o seu entorno, mostrando o caráter ativo do eleitor. “... los

votantes están influidos por las percepciones generales que tienen de la actuación relativa de sus partidos y por sus propios y mayores intereses, tal como los interpretan.” (MUIR, 1982, p. 369-370).

O autor prossegue o se pensamento salientando que:

En geografía electoral es muy difícil desarrollar estudios que tengan carácter de universalidad, y para un gran número de estados las estadísticas electorales tienen poco valor práctico, si es que sirven para algo.” Estes últimos referindo-se a Estados uni partidários ou ditatoriais, e também a disputas eleitorais que compreendem apenas uma parcela da população. “También se manifiestan otras dificultades, debido al hecho de que cada estado ha tendido a desarrollar partidos, instituciones y sistemas electorales claramente diferenciados (MUIR, 1982, p.371).

Um ponto que deve ser destacado no estudo das eleições, não só pela Geografia, mas para todas as ciências que estudam esse momento político é a diferenciação que o processo eleitoral assume, conforme a delimitação espacial e as instituições que estão envolvidas. Tornando-se impossível realizar um padrão comportamental tantos dos envolvidos quantos dos processos que ocorrem durante uma eleição. “se estima que hay, por lo menos, catorce formas distintas de elegir los representantes, y varias permutaciones de ellas” (MUIR, 1982, p.372).

A tabela 1 demonstrar o total de sessões ocorridas na Câmara Municipal de Vereadores de Rio Grande, sendo que para o estudo foram descartadas as sessões solenes, por tratarem de momentos na Câmara de Vereadores que são utilizadas para marcar a passagem de datas comemorativas ou para homenagens a instituições ou pessoas representativas para o município.

Tabela 1: Quantidade de Sessões realizadas na Câmara de Vereadores de Rio Grande

Sessões	2005/2008	2009/2012	Total
Ordinárias	474	488	962
Extraordinárias ¹⁷	71	60	131

Fonte: Câmara Municipal de Vereadores do Rio Grande; Organizado pelo Autor.

¹⁷ São convocadas pelo Presidente da Câmara de Vereadores em caso de necessidade.

Muitos discursos dos vereadores não visam à proposição de uma lei ou fiscalização do executivo riograndino, mas sim o debate de assuntos que não são diretamente de interesse ou relacionado com o município, como exemplo os casos de corrupção e compra de votos no Congresso Nacional, que foram desconsiderados na elaboração da pesquisa. Os pontos utilizados para marcar as áreas beneficiadas não compreendem um perímetro exato, mas procuram demonstrar no mapa a localização aproximada dos atos dos vereadores, apresentando a concentração ou não de seus discursos em prol de determinados recortes espaciais.

As informações referentes ao passado e aos atos dos vereadores, mesmo que antes de eleitos foram obtidos junto ao site da Câmara de Vereadores, onde cada vereador possui uma área para divulgação de seus perfis e atividades. Outras informações sobre os vereadores foram retiradas de *sites* (pessoais ou informativos) e de seus perfis sociais

2. A GEOGRAFIA ELEITORAL

O capítulo busca organizar um referencial teórico sobre a Geografia Eleitoral, demonstrando o percurso e as diferentes metodologias elaboradas e debatidas por diferentes autores para os estudos desse ramo geográfico. A bibliografia utilizada buscou percorrer as diferentes interpretações geográficas sobre as eleições e destacar os novos rumos a serem seguidos nas análises eleitorais.

A Geografia Humana, considerada como uma das subdivisões da Geografia (MATTHEWES E HERBERT, 2008), tem como um dos seus objetivos entender as diferentes formações das distintas organizações sociais, analisando as relações, os comportamentos, as generalizações e suas especificidades. Com esta compreensão, os estudos humanos da Geografia estabelecem diálogos com análises históricas, econômicas, antropológicas, sociológicas e políticas na busca de compreender as formas, as ações e as estruturas sociais e espaciais. Em sua trajetória acadêmica e política, a Geografia Humana construiu e delimitou campos e limiares que em suas interpenetrações e recortes são reconhecidos como a Geografia Urbana, a Geografia Rural, a Geografia Econômica e a Geografia Política.

A Geografia Política tem como marco o trabalho de Friederich Ratzel (1844- 1904) *Politische Geographie* de 1897 (VESENTINI, 2010). O significado da proposição de F. Ratzel está em sua ligação e da superação da “*Völkerkunde y haber llegado a la Antropogeographie*”, mas como uma “*acabada expresión (...)de conceptos biológicos y ecológicos para la interpretación de hechos de geografía política*” (CAPEL, 2012, p. 259 e 268). Para Vensentini (2010) a Geografia Política definida por Ratzel teria como principal atribuição o estudo dos fatores relacionados ao Estado, compreendendo suas múltiplas escalas, as influencias internas e externas na formação do território, bem como na vida da sociedade que nele vive.

Dentre os diferentes temas estudados por este campo geográfico encontram-se as fronteiras, os novos territórios dentro dos limites do Estado e entre Estados e as relações entre os mesmos. Os processos de escolhas de governos, dentro de sistemas democráticos, são estudados pela Geografia Eleitoral e inclui os processos eleitorais em diferentes escalas, sua importância está em analisar como os fatores espaciais interverem e/ou são afetados por tais resultados.

Entre as áreas de conhecimento que estudam as eleições estão a Sociologia, as Ciências Políticas, a Psicologia e o Direito. A Geografia em seus estudos eleitorais considera o espaço como um fator atuante na escolha eleitoral e nas ações dos governos. A Geografia Eleitoral em seu percurso passa/ou por momentos de ascensão e decadência desde o seu surgimento, buscando em suas diferentes abordagens organizar possibilidades que melhor respondam as inquietações dos que nela se aventuram para compreender os processos eleitorais e suas complexidades.

A Geografia Eleitoral, assim como as outras áreas da Geografia e demais ciências, possui diferentes metodologias e abordagens que ora se combinam e se complementam ora se distinguem. Nesse capítulo são apresentadas algumas possibilidades metodológicas e os recortes de interesse desenvolvidos nos estudos geográficos das eleições, utilizando a exposição de algumas proposições apresentadas em uma literatura selecionada sobre o tema. Sendo o objetivo desta parte destacar e justificar a metodologia selecionada para a proposta de pesquisa dentro da variedade de opções existentes para a realização do estudo. Ao discutir as formas de analisar as eleições por um olhar geográfico foi abordado um percurso possível com a apresentação de algumas semelhanças e divergências entre as metodologias analisadas e de como a integração dessas permite uma melhor compreensão do processo estudado.

Nos limites do trabalho serão utilizadas as obras dos seguintes autores: Sanguin (1981), Sendra (1981 e 1982), Sánchez (1992), Medus (1997 e 2005), Trigal e Pozo (1999), Taylor e Flint (2002) e Castro (2005b). Tais autores não são os únicos que trabalham com o tema, porém foram escolhidos por abordarem as diferentes possibilidades de estudos para a Geografia Eleitoral.

É necessária ressaltar que não serão abordados, neste momento, os distintos sistemas políticos e as variações entre eleições majoritárias e proporcionais, por compreender-se que as metodologias de estudo desenvolvidas abarcam todas as formas de organização eleitorais. Além disso, esse é um longo debate dentro da Geografia e demais ciências que estudam tais formações e suas análises requerem extremo cuidado, pois assim como as diferentes formas podem alterar os resultados eleitorais uma incompleta compreensão dos distintos sistemas possibilita a conclusões distorcidas da realidade.

2.1. Alguns caminhos da Geografia Eleitoral

Um caminho para iniciar o estudo de um problema ou situação identificada é a busca de parte do acúmulo produzido nos vários campos do conhecimento, sobre o assunto. Entre as possibilidades está à procura de definições e conceitos em dicionários das línguas formalizadas e em dicionários temáticos. Com isso, uma primeira delimitação de Geografia Eleitoral está em Small e Witherick (1992) intitulam a Geografia Eleitoral como “estudo dos aspectos espaciais da organização e dos resultados de uma eleição” (p. 185). Trazendo uma separação, em suas definições, do conhecimento geográfico, o primeiro no que refere-se a uma delimitação do eleitorado e uma mutação constante de tal formação visando novas situações. O segundo ponto considera as variações geográficas existentes no espaço e na população que possuem influência, buscando padrões da conversão de votos em mandatos.

O “*Diccionario Akal de Geografía Humana*” define como: “os estudos dos aspectos geográficos da organização, realização e resultados das eleições” (JOHNSTON et al, 2000, p. 268). Definição semelhante é encontrada no “*The Dictionary of Human Geography*” (GREGORY, *et.al.*, 2009, p. 187-188), que acrescenta que as primeiras publicações são do início do século XX, mas com as principais obras da década de 1960.

Uma alternativa complementar para delimitar um conceito é utilizar as obras de Geografia Política que abordam o tema, como no trabalho de Trigal e Pozo (1999) em que a Geografia Eleitoral é delimitada como a análise das relações entre o espaço e os resultados das consultas populares destacando que este tipo de estudo é um ramo específica da Geografia, incluída no corpo da Geografia Política ou como um elemento da Geografia Humana.

Antes de apresentar a contribuição dos autores selecionados é necessário retomar as primeiras obras sobre o assunto, posto que desde o seu surgimento, a Geografia Eleitoral possui diferentes metodologias de estudo sobre o seu objeto: as eleições e suas relações com o espaço. Na dissertação as eleições serão consideradas a partir das definições de Houassis e Villar (2001) como “ato de eleger, escolher, por sufrágio, para ocupar um cargo, posto ou desempenhar determinada função” (p.1108), e de Terezo (2007) o qual qualifica que em tais processos os membros de uma sociedade apontam aquele que deverá exercer determinada função (p.64).

Adota-se a compreensão de Taylor e Flint (2002) de que as obras de Sigfried (1913) e Carl Sauer (1918) são as pioneiras nos estudos da Geografia Eleitoral. O trabalho do geógrafo francês André Sigfried (1875-1959) publicado em 1913 no *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la IIIe République* é considerado como a primeira obra de Geografia Eleitoral. Na obra o autor buscou uma correlação do resultado dos votos com fatores espaciais e culturais. O autor comparou os mapas dos resultados das eleições (a localização dos votos) com mapas temáticos desenvolvidos com as variáveis do modo de povoamento (rural ou urbano) e a religião de cada recorte espacial, visando uma diagnosticar uma ligação desses fatores que permitisse explicar a distribuição dos votos.

Em 1918, o geógrafo estadunidense Carl Sauer (1889-1975) fez um estudo da formação dos distritos eleitorais para as eleições do congresso dos Estados Unidos da América (EUA), apresentando como a organização desses poderia ser elaborada para existir uma melhor representação do eleitorado dentro das instituições política, sem que ocorra o beneficiamento de nenhum recorte territorial por meio de uma má distribuição de seus limites. As obras de Sauer (1918) e Siegfried (1913) demonstram uma dupla possibilidade de estudo para esse campo geográfico, (1) a comparação entre localização dos votos e fatores socioeconômicos; (2) o estudo das formações dos distritos eleitorais; tais abordagens continuam sendo utilizadas, juntamente com novas propostas, para o trabalho geográfico sobre as eleições. Apesar da validação das abordagens citadas, por um longo período os estudos das eleições pela Geografia foram pouco relevantes, sendo estes esquecidos ou relegados.

Para Valcárcel (2000), a Geografia Eleitoral torna-se um centro de interesse dentro da Geografia Política, após a recuperação do campo político da Geografia, entre das décadas de sessenta e setenta. “*Son propuestas que surgen de una recuperación política de la geografía y de la geografía política como una herramienta para el análisis del poder y de las relaciones de poder de todas las escalas*” (p.432). Para o autor a Geografia Política, neste período, deixa de ter o Estado como centro das atenções e passa a ter nele um marco institucional para as relações sociais nas diferentes escalas.

Para iniciar a análise sobre as diferentes proposições sobre Geografia Eleitoral utilizou-se Sanguin (1981), o qual entende o voto como a resposta do cidadão para as políticas públicas nos diferentes níveis territoriais a partir dos estímulos e processos do seu entorno.

Considerando assim, que o eleitor constrói uma imagem daquilo que está ao seu redor (espaço vivido) e assim responde aos atos políticos.

Para o autor a Sociologia e a Psicologia foram as principais realizadoras de estudos eleitorais. A primeira fazendo análises dos mecanismos eleitorais do indivíduo e a segunda do comportamento eleitoral de grupos. Porém, a falta de profundidade da compreensão dos sistemas espaciais e suas influências nas eleições, permitiu a inserção da Geografia no estudo dos processos eleitorais. Com o desenvolvimento de metodologias baseadas em métodos quantitativos, como técnicas de regressão múltipla, análise fatorial, de correlação possibilitou-se uma melhor análise eleitoral. A interpretação das características sociais e espaciais como demografia, religião e a economia foram considerados como elementos que afetam o voto, possibilitaram compreensões mais profundas das eleições e seus fatores envolvidos:

Un primer tema de interés consiste en el estudio de las razones espaciales que inducen a tal o cual gobierno a escoger determinado método de voto y a trazar los límites de las circunscripciones electorales. El segundo punto consiste en descubrir cuáles son los factores que han contribuido al resultado final. Finalmente, la respuesta de los gobiernos a los resultados electorales permite calibrar el eventual impacto sobre el entorno de tal cual decisión postelectoral (SANGUIN, 1981, p. 110).

Os estudos das circunscrições eleitorais, segundo Sanguin (1981), teriam como objetivo a busca de uma forma de tornar os recortes espaciais mais igualitários, visando alcançar o voto com valor único entre todos os envolvidos no pleito independente de sua posição espacial ou social. Segundo o autor para produzir circunscrições eleitorais menos desiguais devem ser considerados quatro critérios: (1) o número de eleitores deve ser igual nas diferentes circunscrições; (2) os recortes devem ser contínuos; (3) e homogêneos buscando responder aos diferentes interesses localizados; (4) “*finalmente, adquiriendo una forma compacta concretarán todavía más los tres criterios precedentes*” (p.116).

O autor admite as proposições de Busteed¹⁸, sobre três enfoques possíveis para a Geografia Eleitoral: enfoque estrutural, enfoque ecológico e enfoque behaviorista. O primeiro examina os marcos espaciais e a estrutura das votações, mas ignora os aspectos sociais e culturais envolvidos nas disputas eleitorais. A perspectiva é considerada superficial e estática,

¹⁸ BUSTEED, M. A. *Geography and Voting Behaviour*. Londres. Oxford University Press, 1975.

com grande destaque a descrição sem levar em conta os processos externos envolvidos nos pleitos.

Para Sanguin (181) o enfoque ecológico busca fazer uma relação entre os resultados eleitorais e as características socioeconômicas e demográficas dos recortes espaciais, consideradas como circunscrições tradicionais na Geografia Eleitoral. A sobreposição de mapas, de votação e de dados pertinentes, possibilita conclusões a respeito de um comportamento constante na distribuição dos votos. Uma das ressalvas ao enfoque ecológico é a desconsideração da diferença do comportamento de grupos dentro de um recorte espacial, buscando com isso uma homogeneização espacial e social.

Ambas as metodologias possuem uma forte base em técnicas quantitativas. O enfoque behaviorista é uma reação, para compreender como as informações que cada eleitor possui e é submetido auxilia a construção da imagem do partido ou candidato/político em cada eleição. O centro de interesse da abordagem é o eleitor. As respostas eleitorais dos grupos seriam explicadas pelo fluxo de informação que os indivíduos dentro de um mesmo grupo estariam submetidos, permitindo explicar determinadas concentrações de votos.

Por fim o autor conclui:

(...) la distribución espacial del voto puede expresarse por un modelo teórico donde aparecen sucesivamente los efectos de barrera, las resistencias, las estimulaciones, los flujos de información respecto al elector, etc. Todo enfoque que ponga de relieve la relación espacio-elección-elector, no solamente suministra a la geografía electoral un marco de estudio totalmente diferente de la ciencia política, sino que sitúa además el tema electoral en la corriente de la metodología de la ciencia geográfica (SANGUIN, 1981, p. 121)

Bosque Sendra (1981) apresentou o desenvolvimento da área, com destaque para a renovação sofrida pela Geografia Eleitoral a partir do desenvolvimento da Geografia quantitativa: “... es a partir de mediados de los años 60 cuando, como en muchos otros temas geográficos, la Geografía electoral ha sufrido una total renovación metodológica y técnica, ...” (SENDRA, 1981, p. 285). Destacando os avanços dos estudos eleitorais na Geografia a partir dos países anglo-saxões, permitindo assim o reconhecimento das demais ciências sobre a contribuição geográfica para a compreensão dos processos eleitorais. Porém, mesmo com a renovação, o conhecimento da área ficou limitado pelo positivismo, ou seja, pela busca de

uma correlação direta dos fatores espaciais e o voto sem levar em consideração as contradições e as diferenciações espaciais.

Sendra (1981) abordou a teoria behaviorista da Geografia Eleitoral, como uma renovação teórica, com o objetivo de superar as abordagens mais elementares, superficiais e positivistas da Geografia Quantitativa. A teoria behaviorista é uma “corrente da psicologia contemporânea que tende a restringir a Psicologia ao estudo do comportamento, eliminando qualquer referência à “consciência”, ao “espírito” e, em geral, ao que não pode ser observado e descrito em termos objetivos” (ABBAGNANO, 1998, p.68). Na Geografia Eleitoral, o behaviorismo busca uma aproximação do comportamento eleitoral tentando explicar os fatores que influenciam na decisão do voto de cada eleitor, criando a partir de um balanço de informações de cada indivíduo com uma rede de fluxos de informação das mais diferentes fontes.

Na formulação o papel da Geografia seria o de determinar os fatores espaciais que influenciariam na carga de informação de cada indivíduo. Sendra (181) destaca o trabalho de Cox que apresenta alguns componentes encontrados no espaço que teriam participação nesta rede de informações: (1) a influência da estrutura social (efeito de grupo religioso, associações); (2) da maioria social (“*efecto vecindario*”¹⁹); (3) efeito de amigos e vizinhos; (4) o efeito do deslocamento de imigrantes; (5º) proteção local²⁰.

Em uma segunda obra, Bosque Sendra (1982), abordou a utilização da análise ecológica para a Geografia Eleitoral, como um método que busca a correlação direta entre o comportamento eleitoral e os dados socioeconômicos. A metodologia apresentou algumas evidências da ligação entre as variáveis correlacionadas, mas recebeu críticas devido à generalização dos votantes, sem ser levado em conta à individualidade dos eleitores.

Na obra do geógrafo espanhol Joan-Eugeni Sánchez (1992), é destacada a procura constante da sociedade por formas de legitimar o poder político para essencialmente regular

¹⁹ **Efecto vecindario**: proceso de influencia local, mediante el cual se cree que las características de los medios sociales locales influyen en la manera de pensar y de actuar de la gente. Los vecinos representan a individuos bajo MODELOS de actitudes y pautas de comportamiento, que (1) puedes ajustarse a las suyas, y así reforzar auto-identidad, pero por otra parte (2) pueden contradecirlas y este modo influir a algunos, aunque no necesariamente a todos, para modificar sus propias actitudes y comportamientos para ser consecuentes con los de sus grupos locales de iguales. (JOHNSTON, 2000 p. 177)

²⁰ COX, Kevin. *The spatial structuring of information flow and partisan attitudes in: Dogan, M. y e Rokkan S.E. et.al. (edit.), Quantitative ecological analysis in Social Science, Cambridge, MA: MIT Press, 1969. p. 343-370.*

as relações sociais. Destacando os processos de transição do poder político como um momento em que o sistema eleitoral assume um papel fundamental como forma de participação social. As propostas eleitas recebem o direito do controle político por determinado período, os quais são delimitados por diferentes mecanismos que envolvem as organizações partidárias e do Estado com a utilização de coeficientes eleitorais presentes na legislação eleitoral.

Em sua perspectiva, Sánchez (1992), considera o processo eleitoral em dois momentos: antes do ato de votar, com importância direcionada para as campanhas eleitorais, surgindo assim uma especialização nos assuntos pré-eleitorais de intenção de voto. E após o voto, desenvolvendo-se os estudos sobre as interpretações dos resultados das urnas bem como da valorização dos mesmos.

O segundo momento, era majoritariamente estudado por sociólogos e cientistas políticos e com a inserção dos geógrafos sugerem a inserção dos estudos da influência dos fatores espaciais:

En general se le da a la geografía electoral un enfoque estructural, poniendo el énfasis en los procesos que inciden sobre los individuos. La decisión Del voto es el punto final de un proceso, resultado de las múltiples influencias que cada individuo recibe. Interpretar La capacidad de influencia de los factores externos socio-ambientales sobre cada individuo, llevará a cuestionar cuál es la frontera entre el sociólogo y el geógrafo. Temas como la pertenencia de clase, la influencia de las religiones, lo rural y lo urbano, el efecto vecindario o el desempleo, serán centros de interés en este aspecto, abriéndose un frente de competencia con la geografía social (SÁNCHEZ, 1992, p. 157).

Ainda para Sánchez (1992), a Geografia Eleitoral possui duas possibilidades de estudo: a primeira a partir de uma análise das influências dos fatores externos, na escolha de cada indivíduo durante o processo eleitoral. Avaliando a participação de fatores como a localização da população (rural ou urbano), a religião, a renda e o desemprego como diretamente ligados ao comportamento eleitoral. A segunda é o estudo dos distritos eleitorais e as tendências políticas que dão uma personalidade social à circunscrição eleitoral. Também aborda o peso diferenciado do voto, devido às variações do número de votos exigidos para eleição ao mesmo cargo dentro de cada recorte espacial. Para exemplificar Sánchez, apresenta o caso das eleições espanholas para o Congresso dos Deputados no ano de 1987 em que a província de Sória, no norte da Espanha, elegeu um deputado para cada 34.071 habitantes e na província de

Madri, localizada no centro do país, um por cada 148.249 habitantes²¹. Para o autor, o voto apesar de ter um valor unitário quando observada tal situação ocorre um valor diferenciado para cada província da Espanha.

A geógrafa Norma Beatriz Medus (1997), estipula cinco aéreas para os estudos de Geografia Eleitoral:

- a) la organización espacial de las elecciones, con especial referencia a la definición de circunscripciones;*
- b) las variaciones espaciales en las pautas de voto, más las relaciones entre éstas y otras características poblacionales, en concreto la clase social;*
- c) la influencia de los factores ambientales y espaciales en las decisiones sobre el voto;*
- d) las estructuras espaciales de representación producidas al traducirse los votos en escaños en un parlamento u organismo similar;*
- e) las variaciones en el espacio del reparto de poder y de la implementación de las políticas que reflejan las pautas de representación (MEDUS, 1997, p. 19).*

Para a autora, a maioria dos estudos da área dedica-se a descrição do comportamento eleitoral e na análise dos modelos de formação dos distritos eleitorais, ignorando nexos com outros campos de interpretação. Destaca que tradicionalmente os trabalhos de Geografia Eleitoral estavam centrados nos estudos dos eleitores, porém ocorreram mudanças que direcionaram as pesquisas para as diferentes formas de eleições e as diversas Geografias de apoio econômico, do poder dos partidos políticos e de determinados atores que podem influenciar ou mesmo manipular o eleitorado.

Em outro trabalho Medus (2005) discute o percurso da Geografia Eleitoral, destacando que os geógrafos políticos dedicaram-se, quase que exclusivamente, aos processos externos do Estado deixando de estudar os processos internos, como as eleições. As metodologias desenvolvidas com métodos quantitativos para a Geografia foram responsáveis por esta análise interna e seu desenvolvimento. O caráter crítico da Geografia desenvolvido posteriormente permitiu um novo avanço nesta área de estudo.

Destacan así, aspectos que no pueden ser resueltos desde el Paradigma Cuántico y que sí se tratan desde el Paradigma Crítico: pobreza, desempleo, prostitución, tráfico de armas, drogas, conformando las múltiples

²¹ Segundo dados do Censo de 1991 do Instituto Nacional da Estadística da Espanha a província de Sória possuía uma população de 94.537, sendo a menos populosa da Espanha. Já Madri tinha, em 1991, uma população total de 38.872.268 pessoas. (IES, 2014).

dimensiones del espacio, las desigualdades sociales que los geógrafos abordan en este fin de siglo (Geografía de las Desigualdades) y que se contraponen a la propuesta del espacio absoluto. Estas vertientes en Geografía, no pueden ser ignoradas en Geografía Electoral. Conforman un ingrediente insoslayable para la comprensión de la especialización del voto (MEDUS, 2005, p. 21).

A autora compreende que a Geografia Eleitoral passa por um grande enriquecimento metodológico desde seu nascimento, vindo a chamar de “coerente evolução”. Destaca os seguintes enfoques responsáveis por esta evolução:

El enfoque corológico implica cartografiar los resultados electorales para cada unidad electoral (distrito, circunscripción, circuito). El enfoque ecológico, propio de mediados del siglo XX, utiliza conceptos biológicos para comprender los datos cuantitativos, intentando obtener una relación cuantitativa entre los resultados electorales y otros hechos sociales de tipo económico y político. El enfoque sociológico es concretado por sociólogos que trabajan únicamente con datos individuales procedentes de encuestas de intención de voto. Finalmente, el enfoque de la Geografía del Comportamiento se diferencia del resto al ser aplicado a la Geografía Electoral. Aparece como una reacción a los otros enfoques, intentando explicar las causas de la variación espacial del comportamiento electoral, buscando lo que se llama causas profundas (MEDUS, 2005, p. 24-25 Grifo do autor).

Por fim, Medus (2005), ressalta a necessidade da busca de um método quali-quantitativo, tendo em vista que as demais metodologias utilizadas não respondem por completo o entendimento do comportamento eleitoral e os fatores atuantes e determinantes na sua formação²². Urge considerar e construir metodologias que organizem quantitativamente as séries de dados obtidos durante as eleições, mas que também possam responder as questões dos processos eleitorais de forma qualitativa.

Os geógrafos espanhóis Trigal e Pozo (1999) afirmam que:

El interés de la Geografía por los estudios del comportamiento humano, y en particular el comportamiento político, electoral, de los individuos cuando intervienen con su voto en el sistema político, enlaza con el desarrollo de la Geografía de la percepción y más extensamente de la geografía humanística, que coloca al individuo en el primer plano de observación y el análisis (TRIGAL E POZO, 1999, p.180).

²² Adota-se que método quali-quantitativo é a utilização de métodos qualitativos e quantitativos buscando uma complementação para a compreensão do objeto de estudo. Ao reunir procedimentos metodológicos complementares é possível minimizar a subjetividade e conferir maior confiabilidade aos dados trabalhados (HAYATI, 2006).

O destaque dos autores é a importância dos eleitores no processo eleitoral, propondo uma Geografia Eleitoral que busque estudar o comportamento dos eleitores e a relações dos fatores espaciais com o voto. No processo político, o cidadão desempenha um papel fundamental, não apenas o ato de votar, mas como o maior meio de participar no sistema político.

Os autores inserem os fatores espaciais como preponderantes no comportamento eleitoral, propondo quatro efeitos estruturais que podem interferir na escolha do voto: (1) os efeitos de amigos e vizinhos, onde um candidato obtém mais votos em zonas em nasceu ou reside; (2) o efeito de proteção local, em que um determinado tema em uma eleição é mais importante para uma área do que para as demais; (3) efeito da campanha eleitoral, o qual reflete as ligações entre a direção da campanha e o resultado obtido em diferentes zonas; e (4) efeito de vizinhança, que busca uma explicar os motivos pelos quais determinados partidos obtém melhores resultados em certas áreas.

O espaço surge novamente como significativo no momento de determinação dos distritos eleitorais, onde a manipulação dos mesmos pode gerar uma determinada configuração na formação dos assentos políticos. A formação de um distrito eleitoral pode trazer benefícios ou prejuízos para determinados partidos, candidatos ou coligações. Trigal e Pozo (1999) argumentam que apesar do surgimento da Geografia Eleitoral ter ocorrido com as obras de Siegfried (1913) e Sauer (1918) foi apenas nos anos sessenta que houve uma continuidade, devido a uma ligação direta com o pensamento quantitativo da Geografia, o qual foi alimentada por correntes de pensamentos neopositivistas que preconizam o uso de linguagens matemática e o emprego de técnicas estatísticas.

A eleição como fonte de interesse de uma nova roupagem para a Geografia Política com a inserção das teorias quantitativas ocorre com a disseminação de recursos informacionais e a disponibilização de séries de dados eleitorais em diferentes países a partir da década de 1960. Para os autores, a Geografia Eleitoral dentro das teorias quantitativas pode estudar as eleições a partir das seguintes linhas de trabalho:

a) La explicación de mapas que estudian las tendencias de voto en áreas concretas, lo que se denomina geografía del voto y que en la actualidad se centra, sobre todo, en el análisis estadístico comparada. La crítica a estos trabajos insiste en que el análisis del voto por áreas no tiene demasiada

relación con el espacio y, por extensión, resultan prácticamente ajenos a la Geografía.

b) El papel de los factores espaciales en el comportamiento electoral. Los análisis estadísticos de los resultados electorales se sustituyen aquí por modelos de localización que hacen hincapié en el contexto espacial en el que se produce la votación, prestando atención a los procesos que pueden influir en el voto (el efecto de vecindario, el efecto de amigos e vecinos, etc.)

c) La delimitación de los distritos o circunscripciones electorales, que da origen a una geografía de la representación con resultados notables en los países que utilizan un sistema electoral mayoritario de mayoría simple como estados Unidos o el Reino Unido. (TRIGAL E POZO, 1999, pg.197).

Os autores destacam que devido à fragmentação das metodologias, a Geografia Eleitoral sofreu uma série de críticas em relação a sua colocação dentro da Geografia Política, levando com isso a necessidade da construção de novas abordagens. Trigal e Pozo (1999) apresentam também as ideias de Busteded (1975), o qual destaca três enfoques a serem dados para os fatos eleitorais: a análise estrutural, o ecológico e o behaviorista, apresentados na obra de Sanguin (1981).

Os geógrafos Taylor e Flint (2002) fazem uma análise sobre o papel da Geografia Eleitoral, apresentando as divergências de entendimento com duas vertentes: uma que a compreendia como o núcleo autêntico da Geografia Política e uma segunda vertente que não a percebe como parte da Geografia Política, devido ao afastamento do Estado e do poder como temas centrais. Para os autores ocorreu um crescimento e o ápice da produção de estudos eleitorais com a revolução quantitativa na Geografia, porém, consideram que os trabalhos apresentavam problemas metodológicos e de capacidade interpretativa.

... pero en general La cantidad ha aventajado a la calidad, y muy pocos autores calificarían a la geografía electoral de “historia de un éxito”. Esto no es aceptable en un momento en que la extensión de las prácticas democráticas por todo el mundo ofrece alguna esperanza de humanizar la globalización (TAYLOR E FLINT, 2002, p.261).

Assim, durante a revolução quantitativa muitos temas da Geografia Política foram deixados de lado, como à discussão sobre a formação das fronteiras entre os Estados. Enquanto isso, Geografia Eleitoral ampliou a possibilidade para a produção científica com o surgimento de inúmeras séries de dados eleitorais em todo o mundo.

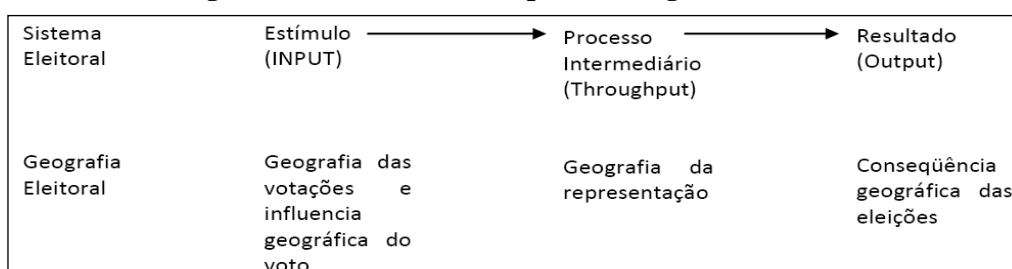
Quanto às metodologias os autores consideram: (1) a Geografia das votações; (2) as influências geográficas sobre o comportamento do voto; (3) as análises geográficas sobre as

circunscrições eleitorais. As três possibilidades apresentadas também foram criticadas por não estarem relacionadas à Geografia Política, pois elas possuem um fim em si mesmo, sem a possibilidade de continuidades ou ligações com outros eixos.

Taylor e Flint (2002) defendem que a Geografia Eleitoral havia assumido um papel vazio e desconexo da Geografia Política. Consideram necessária uma nova abordagem para a sua renovação, com um novo marco teórico, o qual seria uma análise geral sistêmica, que segundo os autores estava rondando a Geografia Política. Dentro deste pensamento é apresentada a teoria geral dos sistemas, proposta por Taylor em 1978²³, como alternativa para a solução do problema. A teoria compreende que cada forma de estudo das eleições faz parte de um único sistema (Figura 5):

La geografía del voto y las influencias geográficas en el voto se convierten en el input o estímulo Del sistema; la geografía de la representación se convierte en el throughput o proceso intermedio; quedando los efectos geográficos de cuerpo legislativo o Del ejecutivo resultante como el output o resultado del sistema (TAYLOR E FLINT, 2002, p. 269).

Figura 5: Modelo sistêmico para a Geografia Eleitoral



Fonte: Taylor e Flint, 2002, p.269.

A proposição para a Geografia Eleitoral inclui a retroalimentação (*feedback*), desenvolvida por Johnston (1980 apud TAYLOR e FLINT, 2002), que seria a consideração dos atos políticos (projetos, leis e ações políticas), durante uma legislação, como fator importante para os próximos processos eleitorais. Com o *feedback*, a Geografia Eleitoral não teria um esgotamento após o resultado final de uma eleição. A partir do final de uma eleição, o processo teria um novo começo, pois a influência sobre voto estaria presente na atuação dos políticos eleitos e dos futuros candidatos durante todo o período que se apresenta novamente como eleitoral.

²³ Taylor, P.J. *Progress report: political geography*, *Progress in Human Geography*, 1978, p.62-153.

A utilização de uma teoria sistêmica para a Geografia Eleitoral busca não ter como única finalidade o estudo da localização espacial dos votos, o simples mapeamento dos votos dentro de determinados recortes espaciais, mas a procura das respostas dadas nas urnas através de uma análise espacial. Ou seja, de como é a materialização da ação política e de como os votos dados aos candidatos ocasionam consequências espaciais para os eleitores com as ações e limitações do governo, dos parlamentos e dos complexos jogos das forças políticas dos diferentes grupos.

Segundo Taylor e Flint (2002) “*Al abordar las elecciones como un fin en sí misma, se había olvidado casi por completo el verdadero objetivo de las elecciones: la formación de cuerpos legislativos o gobierno.*” (p. 269). A nova abordagem sistêmica das eleições possibilitou três novas consequências. Em primeiro lugar, a Geografia Eleitoral superou o limite do momento das eleições, incorporando as etapas pós-processo eleitoral em seus estudos. Uma segunda consequência seria a atenção que se dava a uma parte do sistema (*input*). A influência espacial sobre a escolha do voto parecia exagerada em relação às outras, com atenção a todos os momentos envolvidos no processo eleitoral e por último, conectou-se a Geografia Política, por meio de uma análise dos processos políticos (*output*) e sua significação para a escolha do voto.

No Brasil, a geógrafa Iná Elias de Castro (2005b) apresenta uma descrição dos diferentes sistemas representativos utilizados nas democracias contemporâneas e como cada forma busca representar da melhor maneira toda a sociedade. Outro ponto importante da proposição da autora é em relação às possibilidades para a construção de uma análise geográfica do comportamento eleitoral.

Castro (2005b) define as instituições políticas como responsáveis pelo controle dos conflitos de interesses sociais. Assim é possível compreender o papel da eleição como momento de escolher o representante que lutará por determinados interesses sociais. Segundo a autora: “a partir da sua visão de mundo, da imagem do seu entorno e do seu cotidiano que o cidadão -tornado eleitor- dá respostas, através do voto, às decisões e ações políticas” (p. 159).

Para a autora esse seria o campo de análise para a Geografia Eleitoral e demais ciências que estudam o comportamento eleitoral e para haver a compreensão da atitude é necessária analisar os diferentes fatores que afetam o processo. Entre os fatores estão: a estrutura

socioespacial da população, o ambiente cultural e religioso, as tradições políticas, a escolaridade, a faixa etária, o gênero, a etnia e a legislação eleitoral. A perspectiva da Geografia Eleitoral colabora com análise dos marcos espaciais que influenciam no ato de votar e no resultado eleitoral.

Neste sentido, tanto os sistemas eleitorais como os resultados das eleições podem ser analisados através do que apontamos como razões espaciais, ou seja, as muitas condições que no território cercam a existência humana, como a localização, a vizinhança, a densidade demográfica, as instituições, os equipamentos à disposição dos cidadãos, etc. (CASTRO, 2005b, p. 159).

Entre as possibilidades da Geografia Eleitoral, a autora coloca a criação dos limites territoriais dos distritos eleitorais como uma prática utilizada para o favorecimento de determinados partidos. A Geografia Eleitoral explicaria alguns processos que atuam diretamente nos processos eleitorais e especialmente no momento da eleição.

Para a autora, são quatro os efeitos espaciais que devem ser considerados como participante na formação do comportamento eleitoral, em proposição similar as de Sendra (1981), Trigal e Pozo (1999) e Taylor e Flint (2002):

- o efeito dos amigos e vizinhos, que faz com que o candidato obtenha mais votos no lugar de nascimento ou de residência;

- o efeito de proteção local quando há um tema na eleição que é mais sensível a uma determinada área ou região do que em outras;

- os efeitos da campanha eleitoral, que podem ser mais sensíveis em uma área do que em outras;

- o efeito de vizinhança que explica por que os partidos obtêm melhores resultados nas zonas em que são fortes em seus bastiões.

Por fim, Castro (2005b), destaca o importante papel da cartografia para os estudos eleitorais ao permitir o mapeamento tanto dos resultados eleitorais como dos fatores que interveem no ato eleitoral como uma ferramenta que possibilita uma distribuição e uma sobreposição dos mesmos.

2.2. Caminhos da renovação da Geografia Eleitoral

Com base nas sínteses das metodologias e possibilidades desenvolvidas pelos diferentes autores para os estudos da Geografia Eleitoral, é possível perceber semelhanças e diferenças entre as proposições. No geral, os trabalhos analisados mostram uma repetição das metodologias. Fato que pode ser explicada pelas formas eleitorais, os cargos políticos em disputa e o comportamento dos recortes espaciais dos resultados eleitorais serem similares nas diferentes democracias distribuídas pelo mundo.

O estudo das circunscrições eleitorais faz parte dos estudos da Geografia Eleitoral a partir de Carl Sauer (1918) sendo recorrente nas proposições de todo os autores, que ressaltam que entre as funções da Geografia Eleitoral estaria à compreensão e a formação de recortes espaciais que melhor representam-se a sociedade de forma a não diferenciar o peso do voto entre eleitores de diferentes territórios eleitorais. A maioria das análises dedica-se a formação das circunscrições eleitorais, centrando-se na manipulação dos recortes espaciais para a obtenção de vantagens de partidos ou candidatos (gerrymander), no sentido de manipular os limites das circunscrições eleitorais com fins partidaristas, ou seja, o beneficiamento de um partido ou candidato por meio da criação de um distrito eleitoral com recortes que busque compreender áreas em que ocorra uma maior concentração de seus eleitores (SANGUIN, 1981, p.113).

Os diferentes autores apresentados no capítulo sistematizaram algumas possibilidades da Geografia Eleitoral, convergindo sobre a importância das eleições para a formação de governos que atuam como eixos centrais do Estado, em que a participação da sociedade na escolha de determinados representantes é um dos momentos fundamentais da afirmação de uma democracia.

A Geografia Eleitoral em seu início possuía um interesse centrado nas eleições sem realizar ligações com o Estado e o poder, minimizando a principal função das eleições que é a de formar governos, os quais teriam o poder de controlar o Estado em suas diferentes esferas administrativas por determinado período e entendido como um resultado e resultante de múltiplas determinações das disputas entre as classes sociais, suas frações e diferentes composições de interesses conjunturais ou estruturais.

A proposição de uma análise sistêmica das eleições, apresentado no trabalho de Taylor e Flint (2002), surge como uma alternativa para incorporar na composição de perguntas e a formulação de respostas sobre os resultados eleitorais. A metodologia permite estudar as eleições como um processo que inclui o período pré-eleitoral, as escolhas dos eleitores, o resultado do sufrágio e seus desdobramentos. Compreender a atuação do espaço no processo eleitoral é um dos objetivos da Geografia Eleitoral. Entretanto a complexidade de uma eleição inviabiliza um completo entendimento desse momento político, surgindo a união de diferentes abordagens como alternativa para compreender como o espaço contribui para a construção do comportamento eleitoral.

A abordagem sistêmica para a Geografia Eleitoral foi escolhida para a realização da pesquisa por ser compreendida a mais completa para a análise geográfica das eleições, devido ao seu caráter de integrador do jogo político. Ao colocar todos os atores (políticos e eleitores) dentro do sistema é possível interpretar as suas relações. A eger como atores centrais os eleitores, os candidatos e os eleitos dentro do sistema é possível interpretar as suas relações.

3. A DELIMITAÇÃO DA POLÍTICA MODERNA E A FORMAÇÃO DAS LEIS ELEITORAIS BRASILEIRAS

No capítulo são traçados alguns dos conceitos norteadores dessa dissertação, buscando não somente relatar os mesmos, mas sim delimitá-los e relacioná-los com a Geografia. Além disso, demonstrar um breve percurso do histórico eleitoral Brasileira e da política do município do Rio Grande, área que delimita o estudo de caso.

A palavra política deriva do latim *Pólis*, que significa cidade, a qual na antiga Grécia possuía como marca a organização social, composta por cidadão livres e com uma intensa vida política e outros com diretos cerceados. Essa primeira experiência política, não primitiva, possibilita o nascimento dos primeiros pensadores políticos entre os gregos. Porém como ressalta Wolf (2003) “... entre inventar palavras ou conceitos e inventar a coisa, a política e a mesma, há um abismo” (p.25), ou seja, atribuir a criação da política aos gregos é ao mesmo tempo perigoso e falso, pois “todos os povos vivem politicamente. A partir do momento em que houve humanidade em alguma parte da terra, houve política” (p.26). Coube aos gregos o papel de institucionalização e teorização da política e não propriamente a criação da mesma.

O estudo não tem o objetivo de descobrir o nascimento da política, entretanto definir uma conceituação mínima dessa palavra polissêmica permite a formação de um pensamento contínuo durante o percurso a ser trilhado. A política que será estudada é a construída com o intuito de regularizar/normalizar as relações sociais e seus conflitos dentro de um recorte espacial delimitado e institucionalizado.

O papel da política para a sociedade é o de organizar suas relações, o homem não é um animal político, ele é apolítico, pois não faz parte da natureza humana. “A política surge no entre-os-homens; portanto, totalmente fora dos homens” (Arendt, 2002, p. 23). Wolf (2003) aprofunda tal pensamento ao dizer “que o homem vive politicamente é dizer que, de fato, vive e que, de direito, ele não poderia, indubitavelmente, viver fora dos laços que unem a essa comunidade relativamente estável que transcende as relações biológicas” (p. 27). Torna-se necessário assim, não apenas uma relação entre homens, mas sim uma relação de poder, mesmo que esse seja concedido para uma determinada pessoa ou grupo pelos demais componentes do grupo.

O poder não deve ser interpretado no sentido de força ou coerção e sim como autoridade de decisão sobre diferentes assuntos incluindo a utilização de métodos repressivos para o controle e a manutenção da ordem social. Assim, ao contrário do poder exercido pelo Estado moderno por meio da força, as sociedades primitivas concentram o poder em si mesmo. Na sociedade indígena não é necessário um livro ou uma fé (leis) para garantir o poder do chefe, pois este se confunde com a existência do grupo (WOLF, 2003).

Apesar da necessidade da política para a vida humana, ela não poder ser confundida com a necessidade em relação ao ar para a sua sobrevivência. Diferente da respiração que é um ato involuntário, as práticas políticas são “voluntarias” e forçadas, podendo ter uma consequência se não cumprimentas.

Os homens...

... vivem todos e sempre de modo político, mais isso não quer dizer que tal aconteça sem esforço nem coerção. Eis o paradoxo: eles vivem necessariamente em comunidades políticas, mas não podem fazê-lo sem coerção, isto é, sem política, justamente. E viver politicamente é isso. É como se a natureza os obrigasse a viver contra a sua natureza. E essa dupla natureza é o político (WOLF, 2003, p.28).

A política analisada não será a construída a partir das primeiras relações sociais, mas sim a política desenvolvida a partir da criação dos Estados Modernos ao redor do século XV. Junto da criação da importante forma moderna de organização social, a democracia moderna, momento em que a posse de poder é percebida como indispensável, porém sua validade ocorre mediante a aceitação da população para sua consolidação. Assim, diferente do poder despótico, o poder político não é imposto e sim conquistado, perante a maioria da sociedade.

No processo político, desenvolvido a partir do século XV, o poder deve ser outorgado pelo povo, e somente esse poderia escolher a quem deseja estar ‘submetido’. Rompendo assim as formações despóticas anteriores, onde o poder era fundamentado em direitos divinos e hereditário e os soberanos possuíam a prerrogativa de se manterem mesmo sem a aprovação popular (MARÉS, 2003).

O contrato social inserido na relação entre o Estado e a população reforça a ideia de soberania popular. A partir do contrato formado entre a sociedade, que compõe um mesmo recorte territorial, a soberania pertenceria ao povo e seria passada para o Estado mediante a

sua escolha, assim o poder sobre um determinado território e seus habitantes estaria submetido a um governo escolhido pela maioria. Marés (2003) destaca o pensamento de Rousseau em que a soberania (poder) pertence ao povo que a empresta para o Estado e pode retirar mediante a desaprovação de suas ações²⁴.

“A política define-se, portanto, por dois traços essenciais. É preciso uma comunidade e é necessário que, no próprio ceio dessa comunidade e não fora dela, exista uma instância de poder” (Wolf, 2003, p.29). A política requer assim dois polos opostos: um que mande ou oriente e outro que obedeça ou submeta-se, mesmo que esse último tenha poder de escolha em que determinará as regras é necessária uma distinção entre os diferentes. O sistema político mais utilizado no mundo é a política representativa, a democracia é sem dúvida o modelo mais próximo do ideal para essa relação, ao permitir que o povo participe diretamente da escolha de seus governantes.

Segundo Brum (1988) democracia vem do grego “*demos*” (povo) mais “*krato*” (poder, governo) podendo assim ser designada como poder do povo, porém é mais conhecida como governo do povo. A definição mínima de democracia é a de um regime de governo de uma sociedade capaz de evitar a tirania da maioria e o poder de veto da minoria (SANTOS, 2007), ou seja, nesta delimitação do conceito fica evidente que todos possuem o direito a participar das escolhas sem privilegiar um grupo no momento de sua escolha.

Ampliando a conceituação de democracia podemos delimitar que:

... é o governo que realiza a vontade do povo na estrutura e funcionamento da sociedade. É um ideal de governo da sociedade voltada para a realização do bem comum, do bem de todos, com justiça e liberdade. Implica na participação efetiva do povo – livre e soberano – nas diversas fases do processo governamental: na definição e condução dos rumos da sociedade; nas escolhas dos seus governantes e representantes para diversos cargos e encargos do governo; no controle do modo como os eleitos exercem o poder, debatendo as decisões e exercendo a fiscalização vigilante em relação à sua atuação e desempenho. (BRUM, 1988, p.13)

A democracia não é algo pronto acabado ela é desenvolvida, construída, formada a partir de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS 2006), inseridos em um recorte

²⁴ Para Rousseau (1762) o homem abriu mão de sua condição natural de liberdade, de luta pela sobrevivência, para estar submetido a uma ordem superior regulada pelo Estado. Ele deixa de ser homem animal para ser homem social (GRUPPI, 1988).

espacial e temporal. A democracia possui características ou adequações a cada realidade em que está inserida, mesmo que o seu objetivo seja o mesmo em todas as situações, de buscar uma sociedade mais justa e igualitária, a sua formação não será idêntica, mas sim similar.

Segundo Brum (1998) Abraham Lincoln (1809-1865) definiu “democracia como o governo do povo, pelo povo, para o povo”, porém o autor acrescenta o termo “com o povo”, como complemento da frase de Lincoln para a definição de democracia, pois os governantes não podem aproximar-se da população no momento eleitoral, mas devem manter uma relação durante o “mandato, tanto pela dedicação, zelo, competência e tirocínio” (p.12). A democracia não possui uma fórmula ou uma construção pré-estabelecida, ela é formada a partir das especificidades de cada recorte espaciais e sua sociedade.

Se partirmos do suposto de que a democracia é uma forma de governo, este necessariamente implica considerar a sociedade e o território e, conseqüentemente, questões como: extensão, distância, acessibilidade, escala, população, densidade, infraestrutura, urbanização, estrutura social etc. (CASTRO, 2011, p.292).

Para Sader (2003) a democracia é o resultado da elevação dos indivíduos à sua condição de cidadãos (p.311). Ao colocar toda a sociedade em um patamar de igualdade de direitos, tornando todos membros igualitários e que não podem ser distintos perante os tratamentos políticos dado as diferentes pessoas que fazem parte de um espaço pré-estabelecido.

O autor destaca que a forma democrática de governo foi a principal marca do século XX, devido a sua disseminação por todos os continentes. Porém, a mesma foi vítima de uma extrema e sistemática erosão de suas bases sociais e passou por generalização de políticas de ajuste fiscal (SADER, 2003, p.312). As relações comerciais superaram as relações políticas e conseqüentemente as sociais, após a procura de estabilidades entre guerras, os Estados assumiram a busca por segurança econômica, impulsionada pela força do capitalismo, como o seu principal objetivo, deixando em segundo plano as necessidades sociais.

Entretanto, mesmo com toda a mudança na função do Estado democrático, o voto dentro do sistema de governo é o momento de maior participação popular no processo político, demonstrando a igualdade, mesmo que aparente, do formato de organização. A

importância do voto existe, pois o mesmo apesar de ser uma ação individual possui consequências coletivas e territorializadas.

Cada elector y electora construye su voto de manera personal e individual. De este proceso forma parte, no solamente la ideología política del ciudadano, sino también la carga subjetiva de sus rasgos intelectuales, culturales, religiosos, socioeconómicos, compromiso con su espacio vital (barrio, escuela, gobierno, iglesia). Todos estos elementos de su vida diaria, el elector lo focaliza en expectativas e intereses propios que intenta visualizar en las propuestas de los candidatos a votar. En es también entra en acción en qué medida el elector conoce la trayectoria política y personal del candidato, haciendo en su análisis un balance lo realizado por ese candidato o partido político y forjándose expectativas hacia delante (MONZÓN, 2009, p.2).

Assim a escolha individual ganha um grande peso social, ao definir quem será merecedor de um voto. O eleitor está dando condições para surgir um representante que atuará em uma instituição responsável pelos recortes espaciais em que ocorrem as relações sociais. Com isso, o conhecimento de um candidato ou partido é importante na escolha eleitoral e eleger alguém próximo a sua realidade permitirá a resposta mais adequada às suas necessidades.

O pequeno percurso tortuoso traçado até aqui sobre política e democracia servirá como referência para continuidade do trabalho, e não como base conceitual para um debate aprofundado. Salientar que a política e conseqüentemente a democracia não são temas exclusivos da Geografia, mas possuem um amplo e complexo campo de atuação para essa ciência e que por um longo período não é incorporado em seus estudos.

O forte apelo espacial que possuem ambos os conceitos evidenciam o importante papel que cabe a Geografia em seus estudos. A política por ser responsável pelas regulamentações dos grupos que compartilham um mesmo espaço e a democracia por ser uma das formas de escolha dos representantes políticos de um recorte espacial. Tendo como ponto em comum o do espaço e da sociedade, os mesmos que estão entre os principais objetos das análises geográficas.

Castro (2011) salienta que por muito tempo os estudos geográficos afastaram-se do debate político deixando para as demais ciências as considerações sobre esses assuntos.

Segundo a autora a visão econômica inserida como resposta para todos os problemas sociais e espaciais relegou os estudos da geografia ao conhecimento de novos caminhos.

... crença difusa de que os conflitos de interesses nas sociedades e no território se resolvem na solução dos conflitos produtivos, ou seja, daqueles conflitos que emergem do confronto das forças que se organizam, comandada pela lógica da produção e da acumulação. Esta perspectiva, que reduz toda a ordem social ao econômico, esgotou-se frente às questões que se impõem à disciplina sobre a necessidade de compreender os conflitos distributivos, que surgem na sociedade e no território a partir de valores inerentes à lógica da cidadania, da justiça e do direito que só se resolvem no campo da política e de suas instituições, ambas emergindo e se legitimando na arena dos conflitos de interesses que se organizam nos espaços da sociedade (CASTRO, 2005b, p. 11).

O tratamento econômico dado aos estudos políticos fez com que a Geografia afasta-se do debate e não buscasse uma compreensão das reais consequências dos movimentos para a sociedade e seus espaços. Michel Bussi (2001) elenca seis possíveis explicações sobre o afastamento entre Geografia e Democracia: 1º) consequência do distanciamento imposto entre Geografia e política; 2º) a barreira imposta pela Geografia ao tema poder, ou *Politique*, em que se preocupa mais com o Estado; 3º) o posicionamento da democracia entre a política e a sociologia e assim possuindo amplo debates dentro de tais conhecimentos; 4º) o caráter inovador da democracia, a qual foi consolidada no mundo pós Segunda Guerra; 5º) a dificuldade da Geografia em abordar um tema ascendente, em que o poder vem da população e não sobre a mesma; e 6º) pelo distanciamento existente entre Geografia e democracia, principalmente pelo afastamento da Geografia em compreender os processos democráticos.

Entretanto o Bussi (2001) coloca cinco pontos que permitem um encontro entre democracia e Geografia: 1º) a democracia é anisotrópica, ou seja, é um ideal que nunca se repete nem no tempo e no espaço, assim as questões geográficas são importante para o seu estudo e compreensão; 2º) qualquer democracia representativa envolve divisão do espaço; 3º) a democracia está baseada em um contexto individual que só faz sentido em um contexto coletivo, que é o território; 4º) a democracia pressupõe a igualdade de condições entre os cidadãos de um mesmo recorte espacial; e 5º) o cidadão deve ter informação para participar da democracia e a Geografia teria o papel de fornecer parte dessa informação.

O afastamento de temas políticos do campo de análise geográfico não possui uma compreensão lógica, mas sim uma ruptura abrupta de ciência geográfica e um campo de

análise de profunda relação com conceitos centrais desse campo de conhecimento. Entretanto, o gradual afastamento da Geografia a assuntos relacionados ao Estado pode ser a principal justificativa para tal trajetória.

Os diferentes momentos econômicos e sociais vão alterar a forma e até mesmo as funções do Estado. O governo que em princípio tinha a função de segurança interna e externa vai aos poucos incorporando novas atribuições chegando ao ponto da administração pública ganhar um papel fundamental para a existência da sociedade moderna. Apesar de haver uma distinção entre instituições políticas e instituições públicas, a administração de ambas passa pelo processo democrático de eleição. Mesmo que a maioria dos cargos públicos não sejam eletivos o processo eleitoral possui influência direta dentro da administração pública, devido às estratégias e planos adotados pelos governos/representantes eleitos.

A manutenção ou não de políticos ou de partidos pode alterar as atividades das repartições públicas, novos agentes políticos terão diferentes posturas para administração dos recursos econômicos, materiais e de funcionários. Com a evolução e maior dependência das relações econômicas as políticas e os governos assumem novos papéis para a regulação das relações sociais que cada vez mais estão mercantilizadas.

As organizações políticas que consideradas no processo de construção da dissertação são as que possuem influência na vida das pessoas e ao mesmo tempo que as pessoas podem interferir, mesmo que seja em um momento pontual no caso a eleição. Pois um dos objetivos desse trabalho é, além de descobrir a possibilidade da utilização da metodologia sistêmica para a Geografia Eleitoral, para perceber as consequências das escolhas sociais dentro das instituições políticas.

3.1. Os direitos eleitorais ao longo da história do Brasil

Devido as diferentes necessidades e anseios sociais as instituições políticas surgem como arena de conflito dos distintos grupos. A partir, da particularidade de cada pessoa ou grupo é possível identificar uma serie de interesses, sobre os bens e serviços públicos os quais não podem ser debatidos, dentro das arenas políticas, por todos os interessados, surgindo à necessidade de representantes para esse embate.

Atualmente, o Estado Moderno é o responsável pela organização social e pela delimitação dos representantes. Em um pensamento político democrático, a soberania pertence ao povo que concede ao Estado a tarefa de gerenciar a vida dentro de um recorte espacial, a concessão de poder, não é eterna e muito menos isenta de questionamento e cobrança, pois assim como ela foi repassada, temporariamente, ela pode ser retirada ou não renovada pelo povo.

Da mesma forma que o direito à propriedade privada foi um dos grandes marcos do Estado moderno, a soberania também passou por uma grande mudança, ao longo dos períodos históricos, como nas formações absolutistas: “O sentido da soberania do Estado contemporâneo está ligado à ideia de democracia ou de participação popular.” (MARÉS, 2003, p.239). Porém na concepção do autor o comportamento do Estado e dos políticos eleitos, é de negligência/esquecimento do o povo:

Assim se constituíram os Estados nacionais contemporâneos, distanciando-se dos povos e criando um governo teoricamente independente, tendo a Constituição acima de tudo e a lei por argumento de legitimidade. Os governos mudam, são bons ou maus, o povo, por seus representantes, expressa sua vontade constituinte, faz leis que os órgãos do estado cumprem e os governantes obedecem e o Estado sobrevive a estas idiosincrasias humanas. (MARÉS, 2003, p.239).

A separação entre o povo e os controladores do poder político (eleitos) ocorre após as escolhas eleitorais, momento em que os políticos deixam de possuir interesse na população e passam a realizar o seu trabalho. Fato que só é retomado em período eleitoral, momento em que surge uma aproximação entre candidatos e eleitores. Ao ponto de ser necessário destacar o papel do *marketing* político dentro das campanhas eleitorais, como forma de promover um candidato para o grupo de eleitores envolvidos.

Assim o direito a soberania popular, principal marco do Estado moderno, é esquecido frente ao tratamento político particularizado, não pensando no povo, mas em uma parcela da população privilegiada com as ações políticas. A formação política, baseada em um discurso igualitário, mostra-se como uma forma de consolidação de uma dominação ou subordinação consensual, em que o povo deve optar por um candidato ou partido e sujeitar-se a suas escolhas, mesmo que elas não correspondam às expectativas pré-eleitorais dos eleitores.

Os representantes dos cargos legislativos que teriam a função de representar os diferentes grupos da sociedade, dentro das instituições políticas, acabam esquecendo seu papel e relegam aos seus representados agindo prioritariamente em benefício de empresas privadas e não das pessoas físicas, na realização de suas ações. Entretanto, os políticos lembram-se do povo em períodos eleitorais, momento em que a população de um determinado espaço define os seus representantes, tornando o processo de escolha um importante momento democrático e de aproximação entre eleitores e candidatos/políticos.

A forma de representação política é particular de cada organização recorte espacial, e na democracia moderna pode ser definida como:

... mecanismos essenciais, progressivamente elaborados na democracia moderna, tendo como fundamento a participação popular, que atinge seu ápice no sufrágio universal, ou seja, no direito ao voto de todos os cidadãos legalmente responsáveis em todo o território nacional (CASTRO, 2005b, p.140-141).

Para Castro (2005b) os sistemas eleitorais e os votos não podem ser separados em sua análise, pois a partir da forma escolhida é que cada voto poderá ter uma consequência distinta. Assim como a alteração das circunscrições eleitorais, as quais afetam o resultado das eleições e a decisão do modo de representação “podem favorecer ou dificultar o alcance do objetivo final do sistema (democrático), que é a participação política para defesa de interesses legítimos” (p.141).

Os sistemas eleitorais, que consistem nas formas e procedimentos de transformação dos votos em cadeiras parlamentares ou cargos no executivo, ou seja, são responsáveis por traduzir os votos em mandatos políticos. Existe uma série de sistemas eleitorais espalhados pelo mundo, cada um com uma particularidade ou diferenciação, no entanto, é possível delimitar dois principais grupos: os majoritários e os proporcionais. Ficando a cargo de cada país adotar, a partir de suas leis eleitorais e características como tamanho da população e dimensão, o melhor sistema de escolha política. Há também a criação de sistemas mistos, composta por elementos dos dois formatos de organização de eleições, para haver uma melhor representação da sociedade nas instituições políticas.

Nos sistemas de representação política, e o brasileiro não é diferente, a disputa política revela os interesses que enraizados nos territórios onde os atores sociais habitam, trabalham, produzem riquezas e lutam para se

apropriar de parte dela. Neste sentido, os sistemas eleitorais mesmo se genericamente agregados em duas grandes famílias: proporcionais e majoritários, uma dividida em subtipos, dificilmente se assemelham. (CASTRO, 2011, p.11)

No Brasil, os cargos do legislativo são ocupados por meio de sistemas proporcionais, com exceção do Senado que assim como os cargos para o executivo, em todas as escalas de governo, adotam o sistema majoritário. Assim, a partir do formato eleitoral e dos cargos em disputa é necessário traçar uma estratégia para a disputa de votos.

A maior responsabilidade dos sistemas eleitorais é a de buscar uma fórmula que permita uma representação política mais igualitária possível. No caso brasileiro, uma das tarefas das ciências que possui como objeto a eleição como a Geografia Eleitoral é encontrar uma representação territorial, em que não se tornem hegemônicos os interesses econômicos de regiões mais ricas (CASTRO, 2011).

Em uma sociedade com diferentes grupos e formas sociais, muitos acabam não sendo completamente representados nas organizações políticas. É necessário destacar que não estamos falando apenas de grupos especializados, como associações de bairros, mas também de minorias e parcelas da população historicamente excluída dos debates políticos, como as mulheres.

A representação é necessária porque a rede da vida social moderna frequentemente vincula a ação de pessoas e instituições num determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições. Nenhuma pessoa pode estar presente em todos os organismos deliberativos cujas decisões afetam sua vida, pois eles são numerosos e muito dispersos. Ainda que as expectativas de um cidadão sejam frequentemente desapontadas, ele espera que outros pensem em situações como a dele e as representem nos respectivos fóruns de discussão. (YOUNG, 2006, p.144)

O processo eleitoral traz um debate importante sobre a representação e o papel do eleitor, para evitar que “depois de eleger seus representantes, os cidadãos não são mais necessários” (YOUNG, 2006, p.145). Na perspectiva da democracia moderna o político seria uma pessoa da sociedade que representaria os demais componentes iguais a eles, porém uma marca dos políticos brasileiros é a disparidade entre estes e seus eleitores, principalmente em relação à renda.

No Brasil os cargos políticos são tratados como empregos, tanto que são inúmeras as famílias que se dedicam a função política como profissão, fato que pode estar relacionado aos salários recebidos nos cargos eletivos. A tabela 2 demonstra a desigualdade existente entre o salário dos políticos e as condições econômicas e sociais da população, para uma melhor explicação foi comparada a realidade brasileira com a de alguns países, permitindo observar que no país ser político permite uma melhor condição de vida e remuneração em relação ao restante da população.

Tabela 2: Salário dos parlamentares federais e a realidade social de países escolhidos

Países	Custo anual por parlamentar federal	Índice de GINI*	IDH**	PIB per capita
Alemanha	R\$ 3.427.515,02	0,283	0,920	R\$ 76.202
Argentina	R\$ 1.299.911,85	0,511	0,811	R\$ 34.300
Brasil	R\$ 10.215.609,73	0,574	0,730	R\$ 22.743
Canadá	R\$ 248.000	0,326	0,911	R\$ 79.032
Espanha	R\$ 850.268,42	0,347	0,885	R\$ 59.898
EUA	R\$ 15.279.065,42	0,408	0,937	R\$ 94.013
Itália	R\$ 3.985.932,07	0,36	0,881	R\$ 59.898
México	R\$ 1.890.193,58	0,519	0,775	R\$ 28.270

Fonte: PNUD 2012 e Transparência Brasil 2011; organizado pelo autor.

* Medida do grau de concentração de renda, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima) (IBGE, 2014).

** Índice de Desenvolvimento Humano, uma medida importante concebida pela ONU (Organização das Nações Unidas) para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população. O IDH varia entre 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (desenvolvimento humano total), revelando que quanto maior a proximidade de 1, mais desenvolvido é o país (IBGE, 2014).

Na tabela acima é possível perceber que o Brasil é o segundo em gasto com parlamentares por ano, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América (EUA), entre os países analisados. Entretanto possui as piores colocações nos índices sociais analisados na comparação.

A disparidade econômica e social, entre eleitos e eleitores, não é algo novo, mas está enraizada nas regras, desenvolvidas ao longo da história política do país, utilizadas para definir quem poderia ser eleito e quem possui o direito votar, que atualmente tornou-se o dever de votar. Em um breve histórico sobre a participação na política Brasileira é possível perceber a sua dinâmica, além de demonstrar o aumento da participação social no regime democrático do país.

No Brasil tanto o sistema eleitoral quanto o voto passaram por inúmeras mudanças desde a primeira eleição administrativa realizada no Brasil em 1532, ocorrida na Vila de São

Vicente para a escolha do conselho administrativa. Entretanto a desigualdade existente no direito de votar e ser votada excluiu as pessoas do ato democrático, devido a fatores como raça, o poder econômico ou até mesmo pelo gênero (FERREIRA, 2005).

Um importante ponto sobre a política nacional é em relação ao comportamento político, o qual está diretamente entranhado de um pensamento autoritário e de superioridade. Ação comportamental ligada ao histórico da formação política do país, com suas origens diretamente ligadas a corte portuguesa, os políticos brasileiros possuem uma atuação em seus atos similar aos de uma realeza. Isso, não ocorre apenas por parte dos políticos, mas também da população em geral, ao colocar a classe política acima de todos e dos próprios que se sentem superiores a população e até mesmo as leis. Raymundo Faoro (1998) coloca que a política Brasileira é reflexo de um comportamento centralizador típico do período feudal.

Durante o Brasil Imperial (1822-1889) para ter o direito a participar das eleições, deveria-se “cumprir” os seguintes critérios: ser do sexo masculino com mais de 25 anos e com renda líquida com mais de 100 mil réis, para os eleitores; os candidatos a algum cargo público deveriam além dos requisitos citados acima, deveriam possuir renda de 200 mil réis. O regramento excluía da vida política nacional quem estivesse abaixo da idade limite, as mulheres, os assalariados em geral, os soldados, os índios e – evidentemente – os escravos. Na República Velha (1889-1930) aboliu-se a renda como critério para o voto, porém os analfabetos perderam o direito a voto, a idade foi reduzida para 21 anos, porém mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos, indígenas e integrantes do clero estavam impedidos de votar. Ao não permitir o voto dos analfabetos grande parte da população era excluída das escolhas eleitorais, pois segundos os censos realizados as taxas eram de 82,6% em 1890 e 71,2% em 1920 (FERRARO, 2004).

Em 1930, ocorreram alterações no direito ao voto com a criação do código eleitoral de 1932 e a constituição de 1934, com os estabelecimentos da Justiça Eleitoral que passou a regular as eleições no país. Com isto ocorre a mudança na condição eleitoral: as mulheres que tinham emprego ganharam o direito a voto e a idade passou para 18 anos. O fim do controle dos próprios órgãos políticos pela a eleição e a fiscalização realizada pela justiça eleitoral foi o grande avanço eleitoral do período e que são utilizados até hoje (FERREIRA, 2005).

No Estado Novo (1937-1945) ocorreu o fim do voto popular, sendo a falta de maturidade política do povo a justificativa para esse fim e apenas o governo poderia tomar a decisão de quem governar. No período “os cargos eletivos foram eliminados, a escolha dos governadores e prefeitos passou a ser comandada pelo governo central, e o Poder Legislativo, em todas as esferas, foi fechado” (CHAIA, 2010).

Após 1945, foram restaurados os direitos políticos, com o processo de retomada da democracia no país, porém o direito a voto teve poucas alterações. Apenas os mendigos ganharam o direito a voto. Ocorreram alterações na forma de cadastramento dos eleitores, para evitar fraudes, e principalmente a exclusividade dos partidos políticos na apresentação dos candidatos, assim chegando ao fim às candidaturas avulsas. Em relação aos partidos políticos deve ser realizada uma ressalva, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve os seus direitos cassados entre 1946 e 1947.

Com o golpe militar civil de 1964 foi novamente restrito o direito a voto. Os prefeitos das capitais, áreas de segurança nacional e estâncias hidrominerais eram nomeados pelo governador, que por sua vez, era eleito indiretamente pelas respectivas Assembleias Legislativas Estaduais. O presidente também deixou de ser eleito diretamente pelo povo, atribuição que passou para o Colégio Eleitoral, formado pelo Congresso Nacional, que escolhia o presidente por via indireta.

O processo eleitoral foi praticamente extinto, pois entre 1966 e 1982, o direito da escolha de governadores, prefeitos das capitais, dos municípios declarados de interesse da segurança nacional e daqueles situados na faixa de fronteira, foi negado a população. Os cargos do legislativo continuaram sendo eleitos por voto popular, porém as eleições tinham uma grande influência do regime, tendo em vista que os direitos de liberdade de expressão eram limitados e foram instaurados instrumentos repressivos, para as mais diferentes formas de manifestação e organização.

Outro grande impacto político foi percebido nos partidos políticos, sendo no governo de Castello Branco (1964 – 1967) instituído o bipartidarismo, autorizado o funcionamento de dois partidos, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Enquanto o primeiro era de oposição, de certa forma controlada, o segundo representava o bloco que dava apoio aos militares e civis golpistas de 1964.

O golpe de 1964 provocou uma profunda reversão no processo político em curso. Ao longo das duas décadas que lhe sucederam, uma série de medidas foram tomadas com o objetivo de encurtar ou suprimir o espaço para a participação política. Sucessivos atos institucionais complementares, emendas constitucionais, até uma Constituição, a de 1967, e decretos-leis foram emitidos para viabilizar esse desiderato, introduzindo modificações constantes nas regras do jogo com finalidades imediatas e específicas (os chamados casuísmos), além das inelegibilidade e cassação de políticos opositoristas. (PESSANHA, p. 12, 1996)

A esfera municipal foi atingida, por ser a base da política, com limitações e intervenções que geraram uma maior dependência da União. Ao contabilizar o número de pessoas atingidas pela restrição a escolha dos cargos executivos, é possível contabilizar segundo Pessanha (1996) que um quarto da população em 5% dos municípios brasileiros, foi impossibilitada de participar da escolha de que iria controlar o poder executivo local.

Para Charles Pessanha (1996) a maioria das regiões de interesse nacional, que tiveram cerceados os direitos ao voto para o executivo, eram opositoristas, chegando-se a marca de 80% do eleitorado. Situação que pode ser comprovado por meio de uma observação do legislativo municipal do município do Rio Grande, o qual no período militar teve um número maior de vereadores eleitos da oposição, em praticamente todas as eleições.

A participação popular foi restabelecida tendencialmente em 1982, nas eleições para governador. A constituição de 1988 estabeleceu o alistamento eleitoral obrigatório, para os maiores de 18 anos e facultativo para os analfabetos, maiores de 70 anos e para quem tem 16 ou 17 anos, ficando proibido de votar os estrangeiros e jovens que prestam serviço militar obrigatório (conscritos).

O processo histórico do voto no Brasil permite entender que todas as etapas foram importantes para a formação de uma sociedade com a possibilidade de votar, ou seja, que possui o direito e o dever de escolher sobre o seu futuro. As dificuldades encontradas durante os processos eleitorais no país, na busca de igualdade jurídica e eleitoral, devem ser percebidas como barreiras na busca de um país mais justo e preocupado com o seu povo no momento da escolha política.

Entretanto a história eleitoral brasileira não é somente marcada por ter ou não o direito ao voto ou ser eleito, ela passa por complexos momentos políticos, principalmente com o

cerceamento dos direitos eleitorais nos períodos: do governa Vargas entre 1930 e 1945 e na ditadura civil militar estabelecida entre os anos de 1964 e 1985. Mesmo quando não interrompidos totalmente os direitos políticos nesses períodos foram diretamente influenciados pelo regime vigente (SANTOS 2006).

A experiência eleitoral vivenciada no Brasil, mesmo que de forma conturbada e não muito democráticas em alguns períodos, segundo Santos (2006), é rara dentre os países da América Latina, e permitiu ao país a construção de sua democracia, mesmo com todos os empecilhos desse percurso. O direito de votar e ser votado, a maior representatividade de grupos excluídos e o alcance de todas as políticas e aos processos eleitorais são os grandes marcos da evolução da democracia eleitoral nacional, mesmo com problemas como corrupção e compra de votos.

3.2. Um breve histórico político do município do Rio Grande

O histórico do direito ao voto e a candidatura a cargos eletivos do município é similar ao processo ocorrido em praticamente em todo o Brasil, com destaque para o período militar (1964-1985) em que o município foi estabelecido como área de segurança nacional e teve suas instituições políticas parcialmente controladas por esferas superiores. Rio Grande salienta-se no estado pelo pioneirismo político devido a instalação da primeira Câmara de Vereadores do Rio Grande do Sul em 1751, momento histórico em que o povoado foi elevado a Vila, pois câmaras somente poderiam existir em localidades com estatuto de Vilas (TORRES, 2001), podendo ser considerado esse é o primeiro marco político institucionalizado local.

É necessário salientar que neste primeiro momento, da organização política, as câmaras municipais brasileiras eram responsáveis não apenas pelo poder legislativo, mas sim por todos os poderes (executivo, legislativo e judiciário), com o objetivo de organizar e controlar de forma centralizada as Vilas. Com isso, as câmaras são os primeiros núcleos de exercício político no Brasil, fato que só vai ser alterado em 1824 com a primeira constituição, após a independência nacional e a Lei de 1º de outubro de 1828, a qual estabelecia entre outras regras um caráter administrativo para as câmaras municipais similar ao atual (HOLANDA, 1962).

Outro marco da história para a política do Rio Grande ocorreu durante a ditadura civil militar, estabelecida no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, momento em que o município teve a administração política sob o controle militar, por ser designado como área de segurança nacional, ou seja, um ponto estratégico no território brasileiro. Neste período, o município era administrado por interventores indicado pelo comando político/militar nacional.

O município, desde a Constituição de 1946, era considerado área de segurança nacional, em razão do porto. Novamente sua importância geopolítica é levada em consideração, retomando o destaque que recebeu no período colonial, porém com os governos militares o escopo era outro: impedir que forças contrárias ao regime entrassem pela barra do Rio Grande. Conforme Taylor y Flint (2002, p. 357) “[...] *los Estados-nación soberanos pueden deshacerse fácilmente de las administraciones locales cuando sea necesario*” e, em virtude disto, os governantes (a partir de março de 1964) eram nomeados pelo governador do estado, até que a edição da Lei 6.978, de 19.01.1982 estabeleceu eleições para os governos estaduais, senadores, deputados federais e estaduais e prefeituras, contemplando o município do Rio Grande (Corrêa 2009, p. 62 e 63).

Anterior ao Regime Civil militar, em 1963, foram realizadas eleições municipais, momento em que o país vivia em uma atmosfera política de incertezas e insegurança advindas das tentativas de golpes contra Juscelino Kubitschek, a eleição e renúncia de Janio Quadros, o turbulento período parlamentarista, a campanha da legalidade de 1961 e a confirmação das Reformas de Bases propostas pelo presidente João Goulart. Neste ano foi eleito para prefeito do Rio Grande, com um terço dos votos válidos, Farydo Salomão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que assumiu em 1964 a prefeitura. O candidato eleito era visto como um novo rumo para a política local, tendo em vista que seu antecessor, Horácio Ubatuba de Faria do Partido Social Democrático (PSD), ter realizado um lamentável trabalho em sua gestão deixando o município praticamente abandonado além de um funcionalismo público em precárias condições. (ALVES, 1990).

Segundo Alves (1990) em três meses à frente do executivo municipal o prefeito Farydo Salomão conseguiu trazer melhorias para a população. Entre os seus atos destacam-se: uma reformulação administrativa com a criação e extinção de diretorias, a instalação da autarquia do Balneário Cassino e a implantação de iluminação pública em pontos mais afastados do centro da cidade. Entretanto o prefeito teve o seu mandato cassado em 1º de maio de 1964, sendo colocado em seu lugar o interventor Capitão Martiniano Francisco de Oliveira, dando início o período de nomeação de interventores municipais que só cessarão

com as eleições de 1982. Os administradores eram chamados de interventores, em uma clara alusão da interferência do poder central e desconsideração do poder local. Durante este período foram seis os interventores, em um total de dezessete anos, com destaque para Rubens Emil Corrêa, interventor entre 1978 e 1981, e que foi eleito prefeito eleito por votação direta em 1985, sendo o primeiro prefeito eleito pelo povo após o regime civil militar de 1964. No quadro 1 está a relação dos responsáveis pelo executivo municipal entre os anos de 1952 e 2012.

Quadro 1: Prefeitos e interventores do Rio Grande (RS) entre os anos de 1952 e 2012

Prefeito Municipal	Período
Frederico Ernesto Buchholz	1952 a 1955
Álvaro Ribeiro Pereira	1956 a 1959
Horácio Ubatuba de Faria	1960 a 1963
Farydo Salomão	1964
Cap. Martiniano Francisco de Oliveira	1964 a 1965
Gen. Armando Cattani	1966 a 1968
Cel. Cid Scarone Vieira	1969 a 1975
Rubens Emil Corrêa	1975 a 1978
Írio Figueira Sucena	1978
Rubens Emil Corrêa	1978 a 1981
Abel Abreu Dourado	1981 a 1986
Rubens Emil Corrêa	1986 a 1988
Paulo Fernando dos Santos Vidal	1989 a 1992
Alberto José Barutôt Meirelles Leite	1993 a 1996
Wilson Matos Branco	1997 a 2000
Fábio de Oliveira Branco	2001 a 2004
Janir Souza Branco	2005 a 2008
Fábio de Oliveira Branco	2009 a 2012

Fonte: Corrêa 2009 e TRE-RS (2012); Organizado pelo Autor.

O governo nacional de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979 – 1985) aprovou a lei que restabeleceu o pluripartidarismo no país. Assim, os partidos voltaram as suas funções dentro da normalidade, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) muda de nome e passa a ser Partido Democrático Social (PDS), enquanto o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) passa a ser o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Outros partidos são criados, como: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A eleição de 1981 marca a volta do pluripartidarismo as disputas eleitorais

Na eleição municipal após a Constituição Federal de 1988 foi eleito prefeito, em 1989, o promotor público Paulo Fernando Vidal pelo PT, mandato ocorrido entre 1989 a 1992. Como um político sem trajetória no partido e apenas 2 vereadores na base de apoio na Câmara Municipal entre 21 edis, há um rompimento do prefeito com seu partido e sua filiação com o PSDB (Partido Social Democrata do Brasil). Em seguiu o prefeito Paulo Vidal elegeu-se como seu sucessor Alberto José Barutôt Meirelles Leite ex-secretário e ex-professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com mandato de 1993 a 1996. Em 1995, Paulo Vidal foi eleito deputado estadual pelo PSDB para a legislatura 49ª legislatura (1996 – 1999) e desde então não exerce cargo eletivo.

Durante o período da ditadura civil militar, as eleições para os cargos do legislativo continuaram sendo realizadas, mas em todo o território nacional com disputas eleitorais apenas entre os partidos do MDB e ARENA. No município do Rio Grande, logo após o início do golpe, dois vereadores tem os seus cargos cassados, ambos do Partido Republicano (PR), Antônio Rodrigues e Athaydes Rodrigues. Em documentos da Câmara Municipal de 1964 é informado que os outros vereadores eleitos em 1963 exerceram seus cargos até o fim de seus mandatos em 1968. No Quadro 2 está apresentado a composição do legislativo municipal eleito em 1963.

Quadro 2: Legislativo municipal do Rio Grande eleito em 1963*

Partido	Vereador
Partido Trabalhista Brasileiro	Lindalvo Alberto Curupi Monteiro
	Walter Chaves Troina
	Gil dos Santos Perreira
	Alberto Martins da Silva
Ação Democrática Popular	Francisco Santana Ferreira
	Silvério Miranda Júnior
	Alvary Beck de Freitas
Partido Social Democrático	Nilo Corrêa da Fonsêca
	Paulo David Francisco
	Pedro Corrêa de Azevedo
Partido Republicano	Antônio Rodrigues
	Athaydes Rodrigues
Movimento Trabalhista Renovador	David Manoel Gautério

Fonte: Câmara de Vereadores do Rio Grande; Organizado pelo Autor.

*A Câmara Municipal de Vereadores do Rio Grande ou o TRE-RS não disponibilizam do número de votos de cada vereador eleito em 1963.

O Partido Republicano foi um dos mais perseguidos pelo regime, sendo os seus membros presos e tendo os seus direitos políticos cassados. Entre os dois vereadores que perderam os seus mandatos, Athaydes Rodrigues foi mantido preso por um determinado período de tempo, bem como outros integrantes de seu partido (RODRIGUES, 1980).

O Quadro 3 apresenta a relação de vereadores na Câmara Municipal do Rio Grande entre 1968 e 1976. E pretende mostrar como ocorreu a formação política dos cargos escolhidos pela população durante o conturbado período político vivido, e tendo por objetivo mostrar o comportamento do eleitorado local.

Quadro 3: Vereadores eleitos durante o Regime Militar de 1964 em Rio Grande

Eleições	Partidos	Nº de vereadores	Vereadores	Nº de Votos
1968	ARENA	6	Rubens Emil Corrêa	1.724
			Francisco Soares de Giacomo	1.701
			Arnaldo dos Santos Quessada	1.609
			Nilo Corrêa da Fonseca	1.030
			Silvério Miranda Junior	876
			Altamir de Lacerda Nascimento	857
	MDB	7	Walter Chaves Troina	1.899
			Valdomiro Rocha Lima	1.673
			Adélia Guidugli Lazzarini	1.510
			Athaydes Rodrigues	1.371
			João Paulo Araujo	1.273
			Alberto Martins da Silva	1.153
			Antônio Sostene Peres Barros	1.133
1972	ARENA	11	Antonio de Pinho Maçada	5.997
			Josino Almir Dutra	1.827
			Rubens Emil Correa	1.728
			Candido Cozza Sobrinho	938
			José Alberto Caceres	911
			Renato Tubino Lempeck	892
			Erico Martins	872
			Silvério Miranda Junior	861
			Edes Silva da Cunha	777
			Anselmo Dias Lopes	752
			Washington Ballester de Sá Freitas	620
	MDB	10	Walter Chaves Troina	4.642
			Adelia Lazzarini	2.223
			Valdomiro Rocha Lima	2.130
			Athaydes Rodrigues	1.325
			Luiz Alberto Modernell	1.051
			Antônio Sostenes Peres Barros	982
			João Paulo Araujo	875
			João Henrique Costa Romero	803
			Alfredo Cassary	787
João Morais Pomar	600			
1976	ARENA	9	Edes da Silva Cunha	1.327
			Cândido Cozza Sobrinho	1.327
			Juarez Monteiro Molinari	1.237
			Erico Martins	1.136
			Renato Espindola Albuquerque	1.121
			Luiz Arthur Correa Dornelles	1.080
			Renato Tubino Lempeck	1.070
			José Alberto Caceres	711
			Josino Almir Dutra	681
	MDB	12	Valdomiro Rocha Lima	3.513
			Julio Rodrigues	2.614
			Adélia Lazzarini Andrino	2.572
			Ciro Cardoso Lopes	1.183
			Luiz Alberto Modernel	1.172
			Athaydes Rodrigues	1.086
			Sergio Satt	867
			Antonio Sostenes Peres Barros	796
			Hugo da Silva Machado	738
			Ayrton Lopes da Silva	680
			Valmir Romeu Ricca	674
João Henrique da Costa Romero	664			

Fonte: Câmara de Vereadores do Rio Grande; Organizado pelo Autor.

Nas eleições nacionais de 1974 o MDB cresceu significativamente nas urnas em todo o país. O bloco golpista no executivo tentando diminuir o avanço do partido opositor criou algumas medidas como o controle das propagandas eleitorais, permitindo apenas a foto do candidato, além disso, houve uma manipulação da disputa para o senado nas eleições de 1978, momento em que foram colocados em disputa duas vagas por estado onde uma era escolhida por voto popular e outra pela assembleia legislativa estadual, que eram em sua maioria dominada pela ARENA.

Situação que se repetiu em Rio Grande, a qual é possível observar nos resultados dos processos eleitorais, para os cargos do legislativo local, ocorridos entre 1968-1979 (Quadro 3). Momento em que houve uma vantagem do MDB frente a ARENA, no número de vereadores eleitos em duas das três eleições, durante a vigência do sistema bipartidário. Mostrando assim, uma vontade popular contra o regime político que dominava o cenário nacional. Um ponto que contribui para destacar o apoio popular ao MDB é a eleição para vereador de Athaydes Rodrigues, o qual foi cassado e preso no primeiro ano do regime e eleito pelo voto popular em todos os pleitos ocorridos posteriormente dentro do período ditatorial.

A eleição de 1982 apresenta uma formação de disputa entre os “novos” partidos para o legislativo municipal e o executivo ainda encontrava-se sob intervenção. A casa legislativa de Rio Grande foi composta pelos seguintes vereadores após esse primeiro pleito em um modelo multipartidário depois de 1963 (Quadro 4):

Quadro 4: Vereadores de Rio Grande eleitos em 1982

Partidos	Vereador	Nº de Votos
PDS	Renato Espínola Albuquerque	2.547
	Juarez Monteiro Molinari	2.501
	Edes Silva da Cunha	1.439
	Alberto Amaral Alfaro	1.393
	Érico Martins	1.207
	Dilmo Perez	1.092
	Oscar Arejano Filho	1.067
	Sergio Alt Silva	2.526
	Antonio Edson Figueiredo dos Santos	920
	Vera Lucia Barbosa da Silva	879
PDT	Ayrtons Lopes da Silva	1.722
	Luiz Alberto Modernell	906
	José Orlando Pinho França	762
	Hugo da Silva Machado	499
PMDB	Sergio Sat	2.526
	Ciro Cardoso Lopes	1.794
	Julio Rodrigues	1.793
	Adélia Lazzarini Andrino	1.573
	João Henrique Costa Romero	1.488
	Pedro Rodrigues Machado	734
	Delamar Corrêa Mirapalheta	595

Fonte: Câmara de Vereadores do Rio Grande; organizado pelo autor.

Alguns candidatos eleitos entre 164 e 185 constituem parte até hoje da política local, como exemplo temos Renato Espindola Albuquerque vereador eleito em 2008 pelo PMDB e Delamar Corrêa Mirapalheta eleito nas duas eleições que serão avaliados no trabalho, entre outros. A função da retomada de partes da história política do município é para demonstrar a continuidade eleitoral e a atuação das instituições políticas ao longo do processo de formação e consolidação do Rio Grande.

O período mais recente é de estabilidade política, os moldes de eleições gerais, marcou o modelo político brasileiro e a política local. No entanto dois fatos podem ser destacados nos últimos anos no governo municipal: (1) o controle do executivo municipal por 16 anos (1996 a 2012) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) ao redor de uma família; (2) e uma bancada no legislativo municipal controlada por sua base, composta pela maioria dos vereadores de partidos coligados ao PMDB²⁵.

²⁵ Prefeitos do município do Rio Grande entre 1997 e 2012: Wilson Mattos Branco eleito em 1996, Fábio de Oliveira Branco prefeito eleito em duas oportunidades 2000e 2008 e Janir Souza Branco escolhido prefeito em 2004. A base aliada aos prefeitos citados contou em diversos momentos com os seguintes partidos coligados ao PMDB: PL, PSDB, PPS, PTB, PSB, PDT, PP, PRB, PR, PSC e PHS.

Em 1996 foi eleito o ex-deputado Federal Wilson Mattos Branco, com 35,23% dos votos, o mesmo possuía uma atuação política inicialmente como presidente da Colônia de Pescadores Z1 (Rio Grande), sendo vereador mais votado em 1992 com 2.041 votos e eleito deputado nas eleições de 1994. Obtendo a vitória para o executivo assumiu a função de prefeito entre 1997 e 2000, Wilson M. Branco, morreu em julho de 2000, ainda no cargo de prefeito, pouco antes das eleições de outubro. Devido à proximidade do pleito seria mais compreensível a candidatura a prefeito, no pleito de 2000, do então vice-prefeito, Delamar Corrêa Mirapalheta (PDT). Porém, o PMDB e os partidos coligados optam por apostar na imagem do prefeito recém-falecido e escolheram o seu sobrinho, Fábio DE Oliveira Branco, como candidato para as eleições do executivo. Sem experiência em cargos políticos eletivos, porém trabalhava como assessor do tio (Wilson Branco), muito diferente de Delamar Corrêa Mirapalheta o qual foi vereador por várias legislaturas assim acumulando uma longa experiência política. Fábio Branco foi eleito com 50,40% dos votos válidos e uma campanha eleitoral fortemente estruturada na imagem do prefeito falecido.

Nas eleições de 2004, foi eleito o filho de Wilson Matos Branco, Janir Souza Branco, devido à cassação dos direitos políticos de Fábio Branco pela Justiça Eleitoral, devido improbidade administrativa na Prefeitura Municipal do Rio Grande, três dias antes das eleições. Mais uma vez foi utilizada a figura do prefeito eleito em 1996, destacando novamente o poder da imagem da família Branco baseada na figura do falecido Wilson Branco. Janir Branco em 2004 obteve um percentual de 75,69% dos votos válidos, alcançando a maior votação entre os prefeitos eleitos da família Branco.

Em 2008, Fábio Branco retorna ao executivo municipal eleito em um pleito marcado por uma queda no percentual de eleitores do PMDB, com uma votação de 53,56% dos votos. Eleição essa em que o partido obteve a menor porcentagem dos votos válidos, desde o processo eleitoral em que saiu vencedor em 1996. O pleito é significativo pelo número de votos do segundo colocado, sendo o mais próximo de romper a hegemonia da família Branco desde sua consolidação com Wilson Mattos Branco. O candidato Dirceu Silva Lopes do Partido dos Trabalhadores (PT) obteve 40,99% dos votos. Simultaneamente ao baixo percentual da coligação encabeçada pelo PMDB nas últimas eleições ocorreu o crescimento da coligação partidária liderada pelo PT, impulsionado devido a hegemonia do partido no bloco que está no governo e no congresso federal a partir de 2003 na primeira administração

de Luiz Inácio Lula da Silva e pela implantação do setor naval no município do Rio Grande, o qual é um projeto do governo federal, que tem no comando nos últimos 11 anos um representante do mesmo partido.

Na disputa para o executivo municipal o PT obteve um aumento de 25,33% entre a primeira e a segunda eleição estudadas (2004 e 2008), alcançado a marca de 15,60% dos votos válidos na eleição de 2004 e no pleito de 2008 obteve 29.162 votos a mais. Outro exemplo do crescimento do PT no município é através da análise dos resultados para as eleições nacionais de 2010 em que os candidatos do partido para presidente e governador obtiveram a maioria dos votos do município, fato que não havia ocorrido nas eleições gerais de 2006.

Assim, a política municipal, atual foi marcada pela permanência entre 1997 e 2012 dos membros da família Branco no poder executivo. Durante o período a casa legislativa do município foi “controlada” por partidos e vereadores ligados aos prefeitos da família Branco permitindo uma melhor aceitação de suas propostas por parte do parlamento local. O processo tem marca de desestabilização nas eleições de 2008 quando há um maior equilíbrio entre vereadores da oposição e da situação.

Existem duas características marcantes entre os períodos de controle do executivo municipal pelos componentes da família Branco, uma é a estagnação econômica que encontrava-se Rio Grande durante os anos 90, período em que houve a eleição de Wilson Branco. Em contra partida o declínio do PMDB no município está inserido em um outro momento econômico, em que os investimentos no Polo Naval iniciam um novo ciclo econômico local, muito diferente da precária situação econômica encontrada em 1996.

4. APLICAÇÃO DO MODELO SISTÊMICO PARA GEOGRAFIA ELEITORAL DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

O estudo de caso demonstra os resultados obtidos a partir da aplicação da metodologia sistêmica para Geografia Eleitoral, tendo como objetivo perscrutar os procedimentos escolhidos e permitir ou não a compreensão das diferentes etapas envolvidas em um processo eleitoral. Antes de apresentar os resultados é destacado a configuração política do município do Rio Grande nas duas eleições estudadas (2004 e 2008), como forma de ressaltar mudanças e continuidades ocorridas na composição da casa legislativa e a reconfiguração das representações políticas do município durante o período analisado. As eleições fazem parte de um contexto local e as novas realidades ou necessidade que surgem a cada momento geram diferentes consequências nos resultados das urnas e nas ações políticas.

4.1. O legislativo municipal

Um ponto que mereça destaque dos processos eleitorais estudados, é a significativa quantidade de candidatos na disputa para o legislativo do Rio Grande. A tabela 3 apresenta o número de pleiteantes ao cargo de vereador que disputaram as eleições de 2004 e 2008 no município, em comparação a municípios do Rio Grande do Sul com maior número de eleitores.

Tabela 3: Número de Candidatos a vereador municípios do Rio Grande do Sul

Município	Ano	Nº de Candidatos	Nº de Eleitores	Média de Eleitores por Candidato	Nº de vereadores
Rio Grande	2004	180	133.507	742	13
	2008	159	139.514	877	
Pelotas	2004	215	233.128	1.084	15
	2008	194	243.216	1.254	
Porto Alegre	2004	440	1.005.998	2.286	36
	2008	504	1.038.855	2.061	

Fonte: TRE-RS (2013); Organizado pelo Autor.

Ao observar a tabela 3 é possível perceber um aumento no número de candidatos a vereador para o município do Rio Grande, formando um verdadeiro ‘cardápio variado’ para os eleitores rio-grandinos. Entretanto para conseguir ser eleito foi necessário de um percentual dos votos válidos mais elevados em Rio Grande do que nos outros municípios analisados,

pois os vereadores eleitos com menor votação alcançaram 1,05% em Rio Grande, 0,90% em Pelotas e 0,47% em Porto Alegre no processo eleitoral de 2004.

O elevado número de pleiteantes ao legislativo municipal pode suscitar em duas vertentes: uma que segue o pensamento de Raymundo Faoro (1998) em que no Brasil a atividade política é uma profissão, logo candidatar-se é buscar um emprego bem remunerado; e uma segunda linha de raciocínio é acreditar que os diferentes candidatos surgem como alternativa de resposta aos distintos grupos ou recorte espaciais do município.

Durante as campanhas eleitorais são poucos os candidatos que declaram ter uma política focada para algum recorte espacial do município, pois a maioria dos candidatos buscam debater assuntos de amplo interesse popular, como segurança, saúde e educação. É necessário lembrar que os vereadores têm como função: criar leis (legislar), solicitar ações ao executivo que venham a suprir as carências da sociedade (representar), além de fiscalizar a atuação e a administração financeira das verbas públicas do município (controlar). Todavia, ao assumir que deverá direcionar o seu mandato para um determinado recorte espacial o vereador busca atrair a população desse perímetro.

A primeira observação a ser feita sobre os resultados dos processos eleitorais do legislativo municipal é fruto de uma simples, porém importante, comparação dos vereadores eleitos em 2004 e 2008. Do segundo para o primeiro pleito houve uma alteração significativa da composição dos vereadores e da formação partidária, com a substituição de alguns legisladores municipais, podendo ser compreendida como uma busca, por parte da sociedade, de mudanças oriundas do parlamento local. No Quadro 5, apresenta-se os vereadores eleitos no município do Rio Grande nas eleições de 2004 e 2008.

Quadro 5: Vereadores eleitos em Rio Grande 2004/2008*

Vereadores eleitos em 2004	Vereadores eleitos em 2008
Sandro Figueiredo de Oliveira - PMDB	Alexandre Duarte Lindenmeyer - PT
Paulo Renato Gomes Mattos – PPS	Luciane Azevedo Compiani - PMDB
Júlio Cezar Jorge Martins – PC do B	Giovani Bastos Moralles - PTB
Jair Rizzo Ferreira – PL	Paulo Renato Mattos Gomes - PPS
Delamar Corrêa Mirapalheta - PDT	Renato Espínola Albuquerque - PMDB
Júlio Cesar Pereira da Silva - PMDB	Claudio Jose Cardoso Costa - PT
Claudio Castanheira Diaz - PSDB	Thiago Pires Gonçalves - PMDB
Wilson Batista Duarte da Silva - PMDB	Wilson Batista Duarte Silva - PMDB
Jurandir Pereira - PTB	Júlio Cezar Jorge Martins – PC do B
Claudio Jose Cardoso Costa - PT	Jose Antônio da Silva - PSDB
Jose Claudino Saraiva - PMDB	Luiz Francisco Spotorno - PT
Surama Ezedim Santos - PSDB	Delamar Corrêa Mirapalheta - PDT
Carlos Fialho Mattos - PPS	Carlos Fialho Mattos - PPS

Fonte: Dados do TRE/RS (2012); Organizado pelo Autor.

(*) os nomes estão ordenados pelo número de votos e a nomenclatura dos partidos estão disponíveis na lista de siglas.

É possível verificar a renovação ocorrida no último pleito estudado, onde sete das 13 cadeiras do legislativo do município do Rio Grande foram ocupadas por candidatos que não faziam parte da formação legislativa eleita em 2004, com uma substituição percentual de 53,84% vereadores. Torna-se mais interessante quando observado os nomes dos vereadores que não foram reeleitos. Apenas dois vereadores eleitos em 2004, Sandro Figueiredo Oliveira (PMDB) e Claudio Castanheira Diaz (PSDB) não concorreram nas eleições de 2008, ambos estavam exercendo mandatos no legislativo estadual e federal respectivamente. Os demais políticos que não obtiveram a reeleição não estavam em seu primeiro mandato, assim possuíam um histórico na Câmara de Vereadores, possibilitando entender esse resultado como uma desaprovação popular de seus atos e serviços ou a busca de novos representantes para suprir de necessidades específicas. Na tabela 4 estão apresentados a composição partidária da Câmara de vereadores do município do Rio Grande, nas eleições de 2004 e 2008.

Tabela 4: Composição partidária da Câmara de Vereadores do Rio Grande

2004		2008	
Partidos	Nº de candidatos	Partidos	Nº de candidatos
PMDB	4	PMDB	4
PSDB	2	PSDB	1
PPS	2	PPS	2
PL	1	-	-
PDT	1	PDT	1
PTB	1	PTB	1
PC do B	1	PC do B	1
PT	1	PT	3
Total	13	Total	13

Fonte: TRE-RS; Organizado pelo Autor.

Com a mudança, ocorreu uma alteração no quadro partidário da Câmara de Vereadores. No ano de 2008, houve o crescimento da oposição, compostas pelo PC do B e pelo PT, o partido que mais cresceu no legislativo municipal, pois além de aumentar a sua representatividade, passando de um para três vereadores eleitos, teve o vereador mais votado em toda a história das eleições do município Alexandre Duarte Lindenmeyer (PT), com 6.927 (6,14%) votos contra 4.562 (4,04%) da segunda colocada Luciane Azevedo Compiani (PMDB). O candidato do PT, que atua como advogado trabalhista, possuía um extenso histórico na política municipal disputando os cargos de prefeito e vice em eleições anteriores, pelo partido.

O PMDB, partido com maior representatividade dentro do legislativo municipal com quatro assentos, é uma legenda forte no município, principalmente por ter ficado no controle do executivo municipal entre 1997 e 2012. Entretanto perdeu força no número de votos nas diferentes esferas de governo (municipal e estadual), como demonstrado no caso do executivo. O partido não reduziu o seu número de vereadores diretamente, mas passou por uma renovação de seus representantes, pois três das quatro cadeiras conquistadas pelo partido nas eleições de 2004 tiveram os ocupantes alterados em 2008.

Outro ponto é que alguns partidos aliados ao executivo municipal perderam força ou tiveram os seus antigos vereadores substituídos. O PSDB teve reduzido a sua participação na Câmara de Vereadores de dois para um vereador e o candidato eleito faz parte da renovação do legislativo municipal. O PDT conseguiu manter a sua representatividade com uma cadeira, porém o vereador eleito em 2004 foi substituído. O PL perdeu o seu único vereador eleito em 2004 ficando sem representação na Câmara de Vereadores. Apenas dois partidos não sofreram

alterações, entre as eleições estudadas: o PPS com os mesmos dois vereadores eleitos e o PC do B que se manteve com uma cadeira no legislativo ocupada pelo mesmo representante que era vereador desde 1996.

A comparação da composição partidária entre as duas eleições municipais demonstra um processo de crescimento do PT dentro do legislativo local, podendo esta ser considerada uma resposta do cidadão enquanto eleitor aos atos da casa legislativa do município. A nova composição política pode ser percebida como uma reprovação à política municipal, pois o novo formato da Câmara diminuiu o poder dos partidos aliados ao executivo municipal de gestão do PMDB que foi sofrendo um desgaste de sua administração nos últimos anos.

A condição local das coligações impõe limites nos graus de disputas, pois o Michel Temer vice-presidente da República desde 2011 é do PMDB e no Rio Grande do Sul depois da administração de Germano Rigotto (2003-2006) o partido perdeu protagonismo no executivo estadual com a eleição de Yeda Crusius (2007-2011) do PSDB e Tarso Genro (2011-2015) do PT.

4.2. O Estudo de Caso

Parte dos trabalhos voltados para a Geografia Eleitoral busca avaliar os resultados finais das urnas e como ocorreram tais formações sem aprofundar as suas consequências. Um exemplo são os estudos que procuram relações entre a localização dos votos e características socioeconômicas ou o que leva os eleitores a decisão de seus candidatos, como Romero Jacob (2011), que adota procedimentos similares aos empregados por André Sigfried (1913).

Para alcançar o objetivo proposto na dissertação foram analisados os procedimentos de uma análise geográfica dos processos eleitorais e suas continuidades na vida política, buscando uma compreensão de todo o processo eleitoral e não apenas nos resultados finais. Para tanto o estudo das eleições locais do município do Rio Grande, ocorridas nos anos de 2004 e 2008, serão investigadas com a aplicação do modelo metodológico escolhido.

A apresentação das etapas do modelo sistêmico para a Geografia Eleitoral, no estudo de caso proposto será da seguinte forma: (1) serão apresentados os mapas da distribuição dos votos dos vereadores eleitos com possíveis explicações encontradas para justificar as escolhas dos eleitores. Essa parte representará as duas primeiras etapas do sistema bem como

demonstrar a representação geográfica após o pleito; (2) serão apresentadas as ações dos vereadores durante o seu mandato político, caracterizando-se como uma terceira etapa para o processo de análise propostos que é a consequência geográfica das eleições. Isso permite uma comparação entre a representação política e os resultados da escolha para os recortes espaciais, sendo a relação direta vista como uma resposta positiva aos seus eleitores.

No final (3) a sequência política das carreiras dos vereadores seja na escala municipal ou em outra escala de governo será apresentada como forma de retroalimentação do sistema político e eleitoral. Esta etapa final busca demonstrar que a reeleição ou o surgimento de novos políticos possuem relação com as etapas do processo político e não somente com um momento do período pré-eleitoral.

4.2.1. A formatação e as expectativas do estudo do legislativo do Rio Grande

Ao estudar a localização dos votos em dois pleitos e investigar a ação política durante a atividade parlamentar desenvolvida pelos vereadores em seu mandato é possível perceber a reeleição como a aprovação, por parte dos eleitores, do trabalho realizado dentro do legislativo municipal. O surgimento de novos vereadores em 2008 com uma dominação de recortes espaciais já ‘ocupados’, ou novas áreas as quais não tinham representatividade no legislativo, é compreendido como a busca de melhores condições socioespaciais dos cidadãos/eleitores, por meio da atuação do Estado e seu poder sobre o espaço. Além disso, é ratificada a compreensão dos eleitores da necessidade de ter um representante político como forma de atingir os seus anseios frente aos bens públicos. Cabe observar que muitos dos novos vereadores possuem certa experiência na vida política, como assessores parlamentares, candidatos derrotados em outras eleições que eventualmente assumiram a função como suplente por determinado período ou que possuem passagem junto a outros órgãos públicos.

Da mesma, forma uma expansão dos votos de um vereador pode ser compreendida como uma resposta à ampliação da atuação do parlamentar durante o mandato. Assim, independente do resultado de uma eleição, as ações ocorridas, ou não, durante o mandato político anterior são possíveis explicações para a formação parlamentar. Ou seja, mesmo um político eleito e que não fazia parte da bancada na legislação anterior tem em sua eleição um reflexo dos atos políticos dos anos anteriores.

Um fato em comum sobre os pronunciamentos dos vereadores estudados é a abordagem de assuntos de significativa relevância para o município, tornando difícil a sua espacialização. As proposições e defesas de temas referentes a determinados recortes espaciais estão nos requerimentos e indicações dos vereadores, identificando essas ferramentas como as melhores oportunidades de encontrar o direcionamento de suas ações em prol de algum recorte do município. Além disso, a grande notabilidade que possui o momento de discursar na Câmara de Vereadores, devido às transmissões dos meios de comunicação, obriga os legisladores atuarem de forma ampla e dinâmica, aumentando a possibilidade de demonstrar o seu trabalho para um maior número de eleitores/cidadãos.

É necessário destacar que o estudo não possui o objetivo de identificar o discurso político como a única forma de avaliar a atuação do vereador durante o seu mandato, mas sim demonstrar que essa é uma importante forma de demonstrar o seu trabalho, como representante no legislativo, para a população e para seus eleitores. Uma característica marcante encontrada no comportamento dos parlamentares da câmara de vereadores de Rio Grande é a defesa por parte dos partidos aliados aos projetos e ações do executivo local, exclusivamente com a utilização de seu tempo de pronunciamento no plenário para defender e exaltar as ações realizadas pelo executivo local. É necessário destacar também que as reivindicações ou solicitações realizadas pelos vereadores, da bancada de apoio, são prontamente atendidas enquanto as dos vereadores opositores demoram ou passam por um processo mais longo para aprovação. O procedimento pode ser percebido por meio dos depoimentos realizados pelos vereadores na casa legislativa.

O legislativo, também é fiscalizador, papel que não é realizado com total clareza e de forma significativa. Um exemplo foram as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's) sugeridas e que tratariam de assuntos importantes para o município como, por exemplo, o transporte público e a utilização de veículos para fins particulares, que foram arquivadas ou coordenadas pelos partidos coligados que acabaram sendo encerradas sem darem resultados ou respostas convincentes para todos os parlamentares e eleitorado.

Um ponto que necessita ser salientado é a baixa capacidade dos vereadores em propor projetos diretamente, situação que pode ser compreendida ao confrontarmos o poder local com legisladores estaduais ou federais, os quais possuem verba para seus projetos (emendas

parlamentares), que em sua maioria é direcionado para as áreas de concentração de seus eleitores. Nos municípios o executivo é o responsável pelos projetos e ações de maior significância para a sociedade e pela distribuição espacial de suas ações, podendo os vereadores apenas indicar e não direcionar verba como nas demais esferas políticas.

Durante as legislaturas 2005/2008 e 2009/2012 houve um repasse de verba do legislativo para o executivo, resultante da redução do número de vereadores e de ações internas para diminuição das despesas na casa legislativa do município. O dinheiro ao ser repassado para o executivo foi sugerido pela câmara que fosse investido em determinadas áreas, mas a decisão final ficou a cargo do executivo, mostrando a fragilidade dos vereadores em relação ao direcionamento dos recursos financeiros do município.

O desenlace referido acima evidencia a fragilidade do legislativo no que se refere a projetos, ficando clara a importância da casa parlamentar para solicitação e requerimento dos mais variados tipos para a realização de suas atividades e não no controle da execução dos projetos. Ames (2003) destaca que os legisladores, buscam aprovar projetos que beneficiem a sua clientela, seja ela a que auxilia em suas campanhas eleitorais ou direciona os seus votos para o político durante os pleitos, porém como visto tais atos são apenas sugestões e não garante a execução, sendo a fiscalização e a cobrança as grandes armas dos vereadores na busca de “agradar” os seus eleitores.

Um ponto de difícil realização no trabalho é a ligação do vereador com determinados recortes espaciais, pois em alguns pontos em que os vereadores obtêm significativa votação ou direcionam suas ações e que não possuem justificativa aparente, podem aparecer o grupo de apoio ao candidato/vereador, como há atuação de assessores que em alguns casos são líderes comunitários ou pessoas que possuem estreita relação com comunidades e assim, possuem a capacidade de angariar votos e o cobrar as ações de tais candidatos quando eleitos.

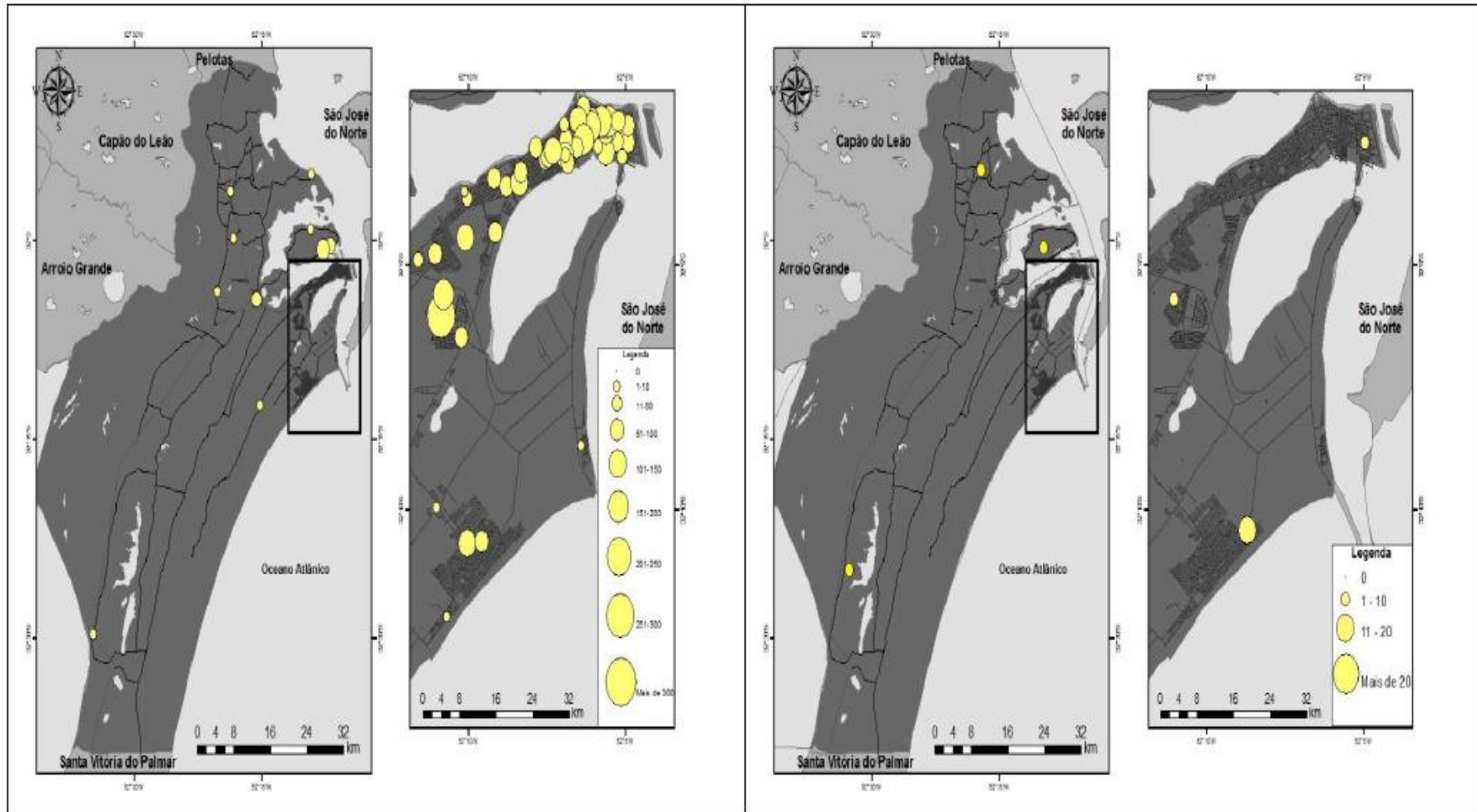
4.2.2. Distribuição espacial dos votos de 2004 e as Ações legislativas de 2005/2008²⁶

Na eleição de 2004 o vereador Sandro Figueiredo de Oliveira (Boka)²⁷, do PMDB, alcançou a maior votação entre os 180 candidatos que disputaram o pleito, obtendo um total de 4.086 votos equivalente a 3,70% dos votantes nas eleições municipais, (Figura 6-a). Em seu mapa eleitoral é possível perceber uma significativa concentração de seus eleitores em diferentes locais de votação, destacando-se os colégios eleitorais do bairro Parque Marinha, com 11,47% dos seus votos em apenas dois pontos de votação.

²⁶ As figuras apresentadas a seguir encontram-se em tamanho A4 no apêndice da dissertação para melhor visualização.

²⁷ Serão apresentados, entre parênteses, os apelidos utilizados por alguns vereadores para a sua identificação nas urnas eletrônicas e em suas campanhas eleitorais.

Figura 6: Mapas do vereador Sandro Oliveira (PMDB) 2004



(a) distribuição dos votos

(b) Ações localizadas do vereador

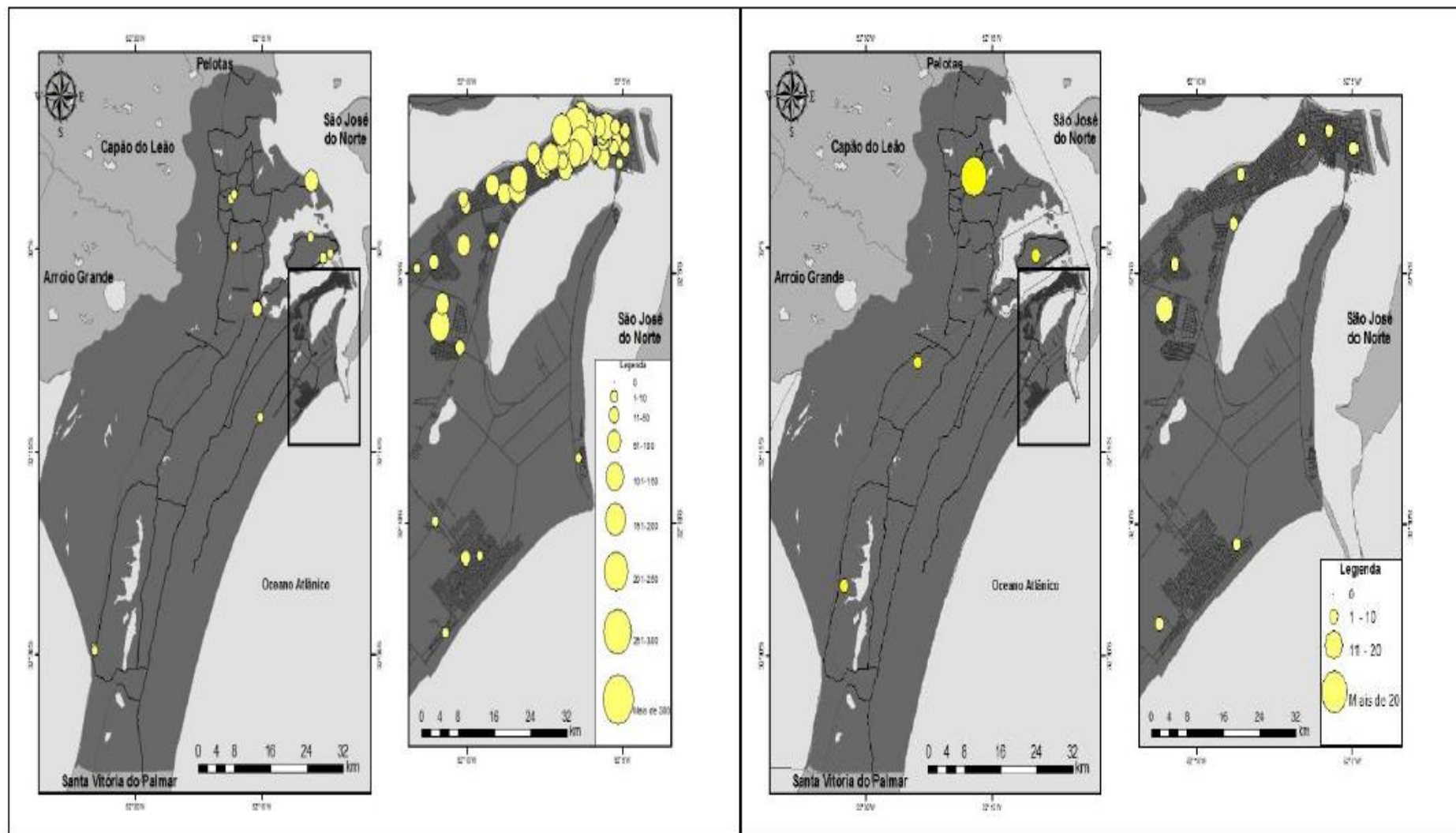
Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS e atas legislativas; Elaborado pelo Autor.

A atuação do vereador entre os anos de 2001 e 2004, como parte da bancada de apoio ao executivo municipal na câmara de vereadores pode ser uma das explicações de sua significativa votação, devido à visibilidade de suas ações como parlamentar. A condição pode ser explicada a partir do postulado por Lopez (2004) no sentido de que o atendimento das solicitações ou reivindicações dos vereadores está 80% pautado em critérios políticos e 20% por critérios técnicos, assim os parlamentares de maior aproximação com o executivo possuem maiores probabilidades de terem seus atos atendidos e assim uma maior visibilidade por parte dos eleitores de suas proposições. Outro ponto é o trabalho do candidato como radialista de uma conhecida rádio do município, a qual possui uma série de eventos voltados para todos os bairros do município, como a apresentações de bandas locais e mateadas com distribuição de brinde, permitindo uma maior aproximação da população com o candidato/vereador.

As ações do vereador Sandro Oliveira (PMDB), dentro do legislativo municipal no mandato 2005/2008, é marcada pela defesa do executivo e um direcionamento a temas de interesse da população em geral como o estímulo ao turismo para o município e a qualificação de mão de obra local para o Polo Naval. Em uma espacialização de seus atos pode-se observar uma pequena concentração de seus pronunciamentos voltados para o balneário Cassino, debatendo assuntos como: uma melhor condição de infraestrutura para o balneário e seus banhistas/turistas, além de uma maior divulgação do Cassino como ponto turístico do estado (Figura 6-b). Entretanto o parlamentar atuou de forma semelhante à distribuição de seus votos, sem beneficiar significativamente um determinado recorte espacial, buscando agir de forma a favorecer todo o município.

O vereador do PPS, Paulo Renato Mattos Gomes (Renatinho), foi o segundo mais votado em 2004, com um total de 3.380 representando 3,06% dos votos válidos. Em seu mapa eleitoral, (Figura 7-a), é possível perceber uma concentração dos seus votos nos locais de votação dos bairros Cidade Nova, Hidráulica e Junção, que totalizaram 50,76% do seu eleitorado. Outro ponto expressivo para a eleição do candidato é o Parque Marinha com 8,66%.

Figura 7: Mapas do vereador Paulo Renato Gomes (PPS) 2004



(a) distribuição dos votos

(b) Ações localizadas do vereador

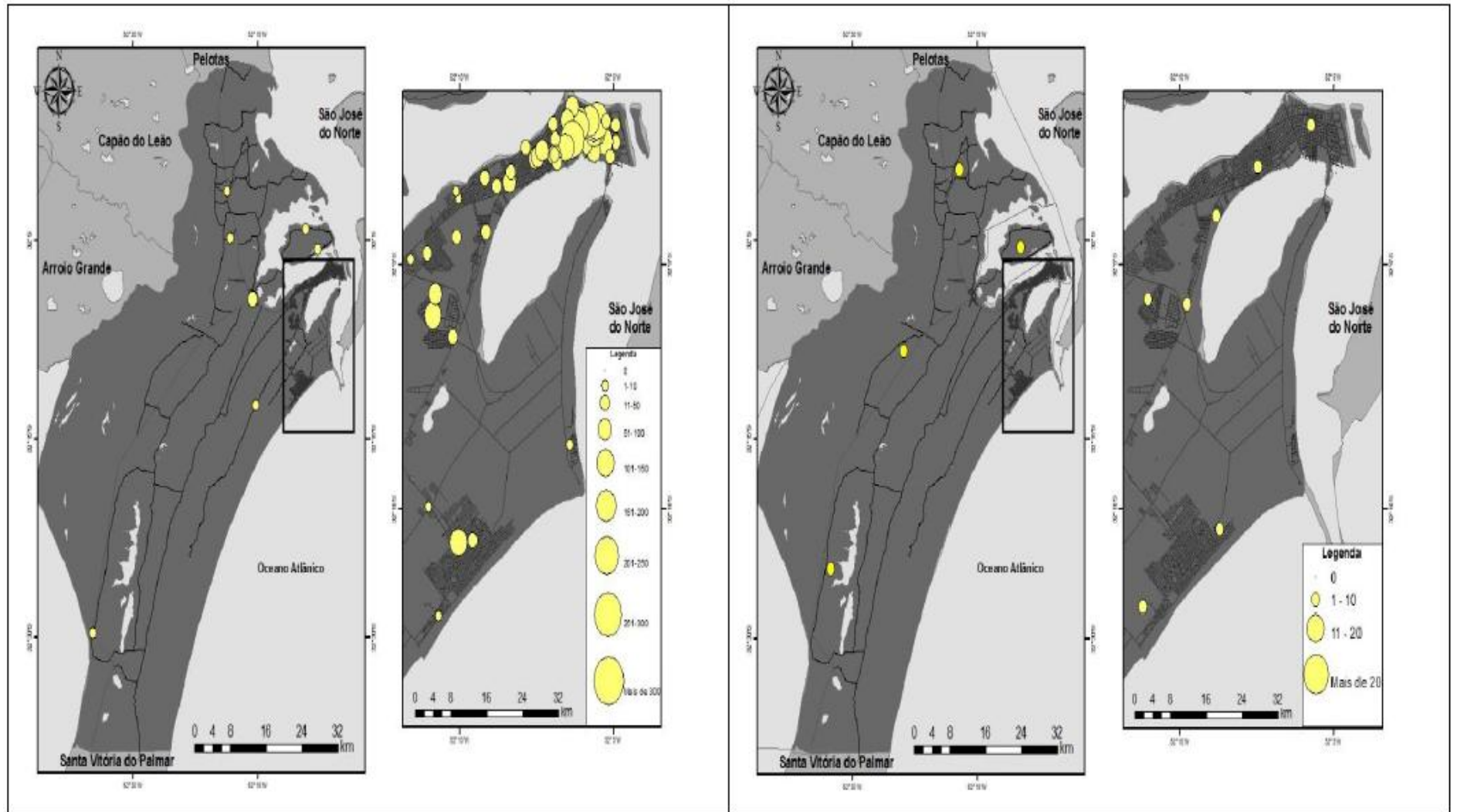
Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

Paulo Renato foi eleito em 2004 para o seu terceiro mandato consecutivo. Sua experiência dentro do legislativo municipal levou ao reconhecimento por parte de seus eleitores de seu trabalho na casa parlamentar. O político era da base de sustentação do executivo municipal, por seu partido fazer parte da coligação vencedora das eleições para a prefeitura desde 1996, com isso consegue uma melhor atenção em suas solicitações.

Em sua atuação como vereador, no mandato 2005/2008(Figura 7-b), o parlamentar teve uma atuação voltada para temas como infraestruturas do município, principalmente para o Bairro Parque Marinha, e localidades do interior, com destaque para Ilha da Torotama, na busca de melhores condições para os moradores destes locais. Assuntos como as melhorias na rede elétrica e na estrada de acesso as localidades rurais, são as maiores frentes de trabalho do vereador, e foram expostas sempre que possível durante os seus pronunciamentos no legislativo local. Assim, mesmo como uma maior concentração de seus eleitores no perímetro urbano do município suas ações foram mais direcionadas para a zona rural.

O vereador Júlio Cezar Jorge Martins (PC do B) somou 2.960 votos ou 2,68% dos votos validados em 2004, com uma composição espacial de seus votos (Figura 8-a), concentrada nos colégios eleitorais distribuídos pelo centro do município, totalizando nestes pontos 40,54% de seus votos. Foi eleito para o seu primeiro mandato no legislativo riograndino em 1992 foi eleito para quarto mandato seguido na câmara municipal do Rio Grande. Destacando-se em seu trabalho político por uma atuação legislativa de fiscalização e oposição ao executivo local, conseguindo com isso marcar sua história como vereador.

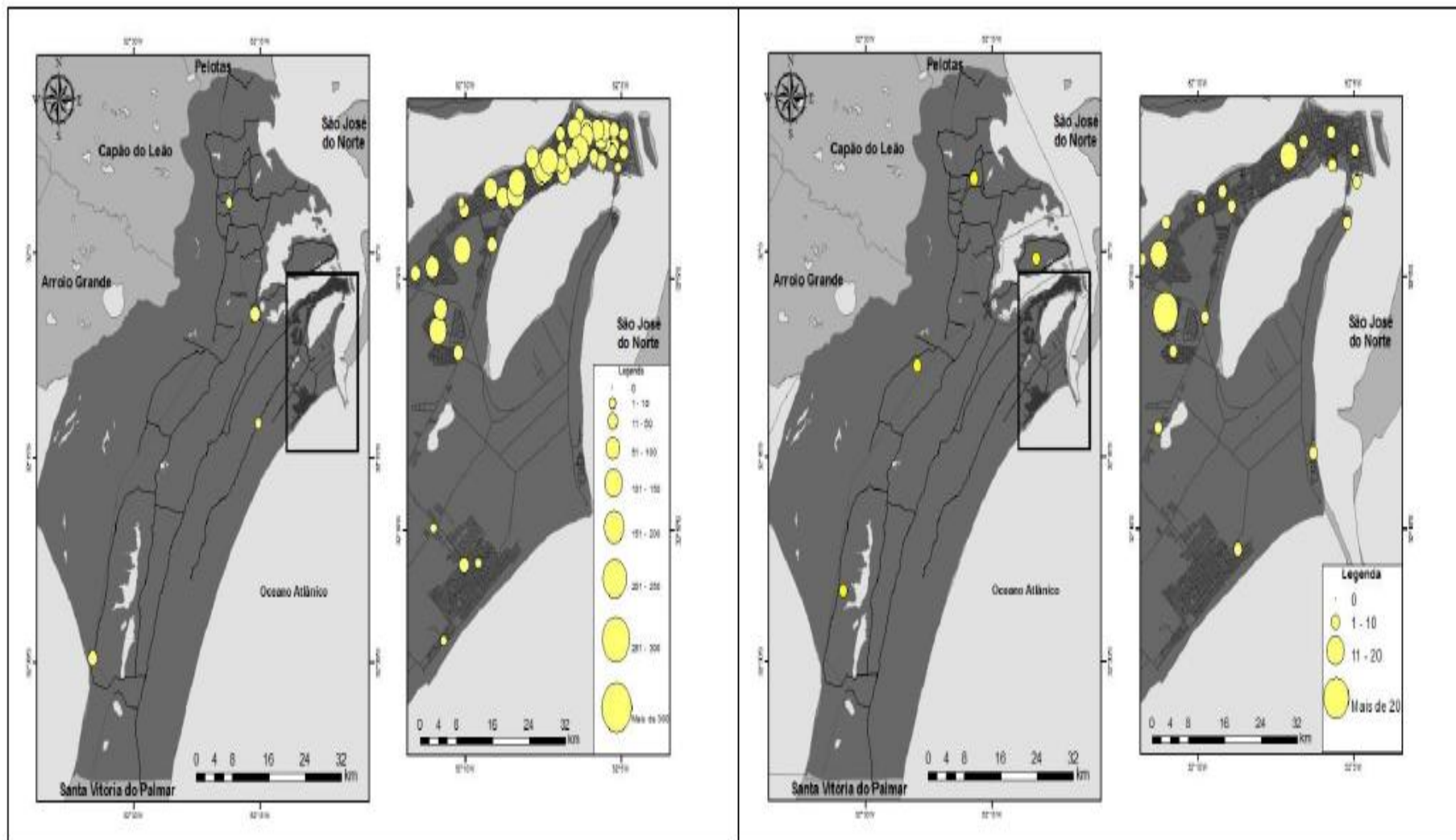
Figura 8: Mapas do vereador Júlio Martins (PC do B) 2004



Como parte da bancada de oposição, dentro do legislativo municipal, o vereador Júlio Cezar Martins possuiu uma ação direcionada para a fiscalização do executivo realizando, durante suas ações uma série de críticas, exigindo melhorias no município e solicitando a prestação de contas da administração pública local. Ao contrário de seus votos que possuem uma concentração nos pontos de votação do centro da cidade, as suas ações são dispersas pelo município (Figura 8-b), as quais em sua maioria são cobranças a prefeitura sobre as condições de infraestrutura de alguns bairros e localidades rurais e a solicitação de serviços como saneamento básico e de manutenção nas vias municipais.

O mapa de votação (Figura 9-a), do vereador Jair Rizzo Ferreira, que obteve um total de 2.634 votos (2,39%) no pleito de 2004, apresenta uma significativa concentração de seus votos em um perímetro do município formado pelos locais de votação situados nos bairros Hidráulica, Municipal e Cohab II. A soma da votação obtida nestes pontos representa 32,83% dos votos do vereador eleito. Além de morador do perímetro de maior concentração de seus eleitores, sua atuação dentro da Câmara de Vereadores, em mandatos anteriores com um trabalho voltado na pavimentação de muitas ruas dos bairros citados, pode explicar a formação espacial de seus votos. Também a sua ligação com o Sport Club São Paulo e no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Rio Grande, onde atuou como presidente e diretor de ambos, contribuem para sua votação nos demais pontos do município.

Figura 9: Mapas do vereador Jair Rizzo (PR) 2004



(a) distribuição dos votos

(b) Ações localizadas do vereador

Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

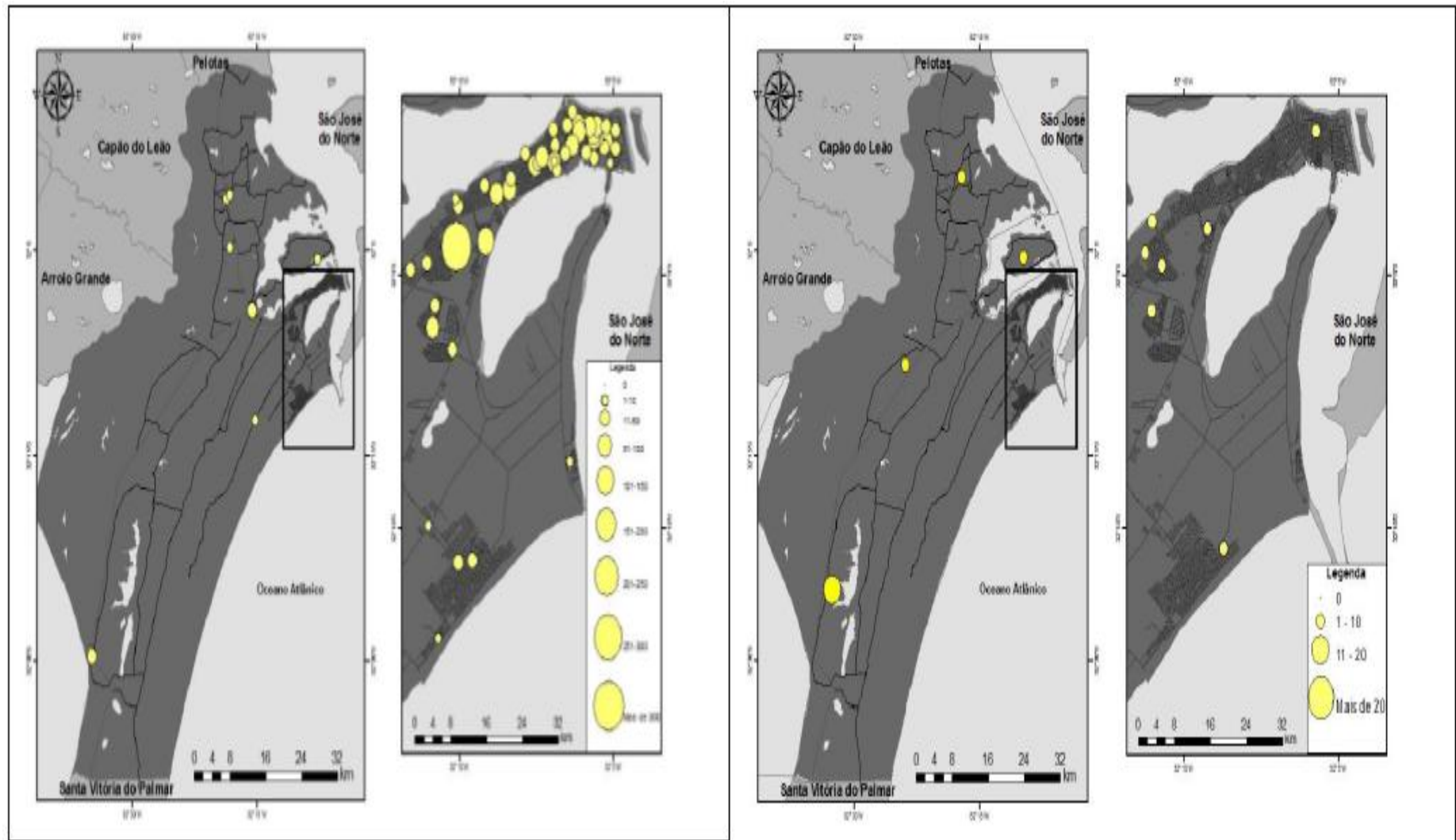
O vereador foi eleito em 2004 para o seu terceiro mandato, sempre fazendo parte da bancada de apoio ao executivo municipal. Uma marca deste político é a peregrinação entre os partidos, não fixando uma identidade partidária durante a sua vida política, disputando as eleições de 1996 e 2000 filiado ao PDT, 2004 no PL e 2008 pelo PSB. Em 2008 o senhor Jair Rizzo não foi eleito.

Jair Rizzo, entre 2005 e 2008, possui um comportamento parlamentar com ações distribuídas para diferente ponto de Rio Grande (Figura 9-b). Tratando de assuntos de amplo interesse para o município, os temas mais abordados pelo vereador foram: uma possível ligação a seco entre os municípios do Rio Grande e de São José do Norte e a duplicação da BR-392 (estrada entre os municípios de Rio Grande e Pelotas). Porém, o vereador possui uma atuação direcionada para os bairros em que teve as maiores concentrações de seus votos, além de localidades que fazem parte de antigos projetos habitacionais (COHAB²⁸), buscando melhorias para tais bairros e planos que possibilitem a quitação das dívidas dos moradores referente às suas residências dos conjuntos habitacionais.

O candidato Delamar Corrêa Mirapalheta do PDT foi eleito com 2.530 ou 2,29% dos votos válidos, nas eleições de 2004, com uma concentração de seus eleitores nos locais de votação do Bairro Vila Maria, com 22,96% dos seus votos, pontos esses que agregam os eleitores de alguns bairros da periferia do município (Figura 10-a). O candidato eleito possuía uma carreira política de longa duração no cenário municipal, seu primeiro mandato no legislativo local foi conquistado nas eleições de 1982. Além disso, ele participou do executivo municipal como vice-prefeito e assumindo o cargo de prefeito após o falecimento de Wilson Matos Branco em 2000.

²⁸ A Companhia de Habitação (COHAB) do Estado do Rio Grande do Sul fez parte da política habitacional implantada do período 1964-1985 que buscava atender a demanda por moradia no Brasil, destinada a camadas populares (MARICATO, 1985).

Figura 10: Mapas do vereador Delamar Corrêa Mirapalheta (PDT) 2004



(a) distribuição dos votos

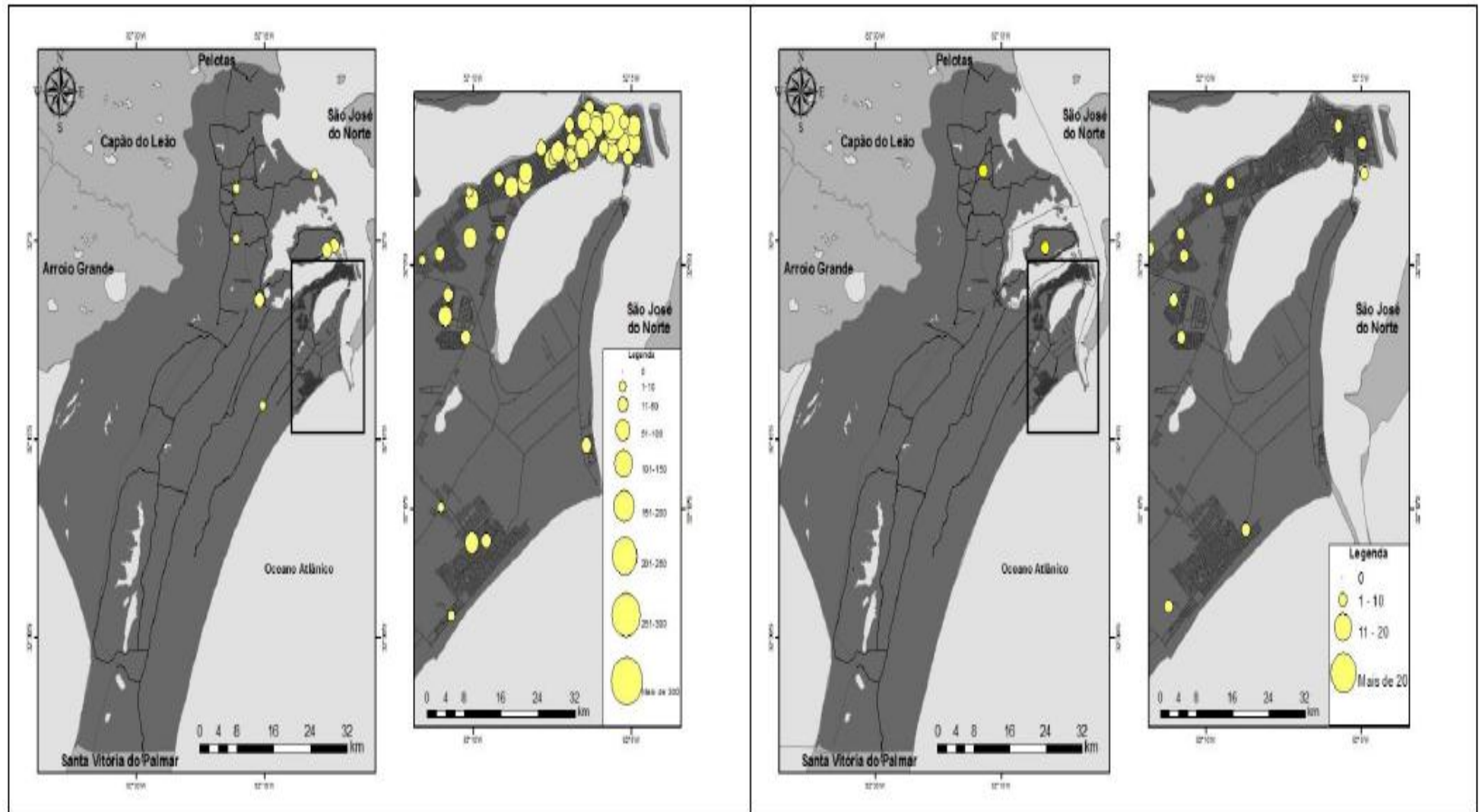
(b) Ações localizadas do vereador

Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

As ações do vereador do PDT são apresentadas espacialmente na Figura 10-b. Uma marca do vereador é que apesar de fazer parte da bancada de apoio ao executivo municipal teve uma atuação no mandato de 2005/2008 de forma ambígua no legislativo, ora atuando no apoio de projetos e propostas oriundas da prefeitura ora como opositor. O vereador direcionou algumas de suas ações e discursos para recortes espaciais em que obteve uma maior votação, como os bairros Vila Maria e Universitário. A localidade do Taim, em que ele obteve baixa quantidade de votos, se comparado ao principal ponto de votos, foi o ponto de maior investimento de suas ações políticas tendo como justificativa a relação do edil com o local. Em seus pronunciamentos Delamar Mirapalheta buscava melhores condições para tais recortes espaciais, destacando-se sua atuação para saúde, educação e segurança de tais delimitações do município.

O vereador Júlio César Pereira da Silva (PMDB) obteve 2,11% dos votos válidos em 2004, equivalente a 2.333 votos, tendo a concentração de seus votos, 29,01%, nos pontos de votação distribuídos pelo centro do município (Figura 11-a). Como explicação dessa concentração pode estar no fato do vereador morador na referida localidade e atuar diretamente na associação de moradores do Bairro Centro, também possuía atividade na Cruz Vermelha e dentro da igreja Católica, assim como alguns outros vereadores eleitos possui uma ligação com o ponto de maior incidência de seus votos.

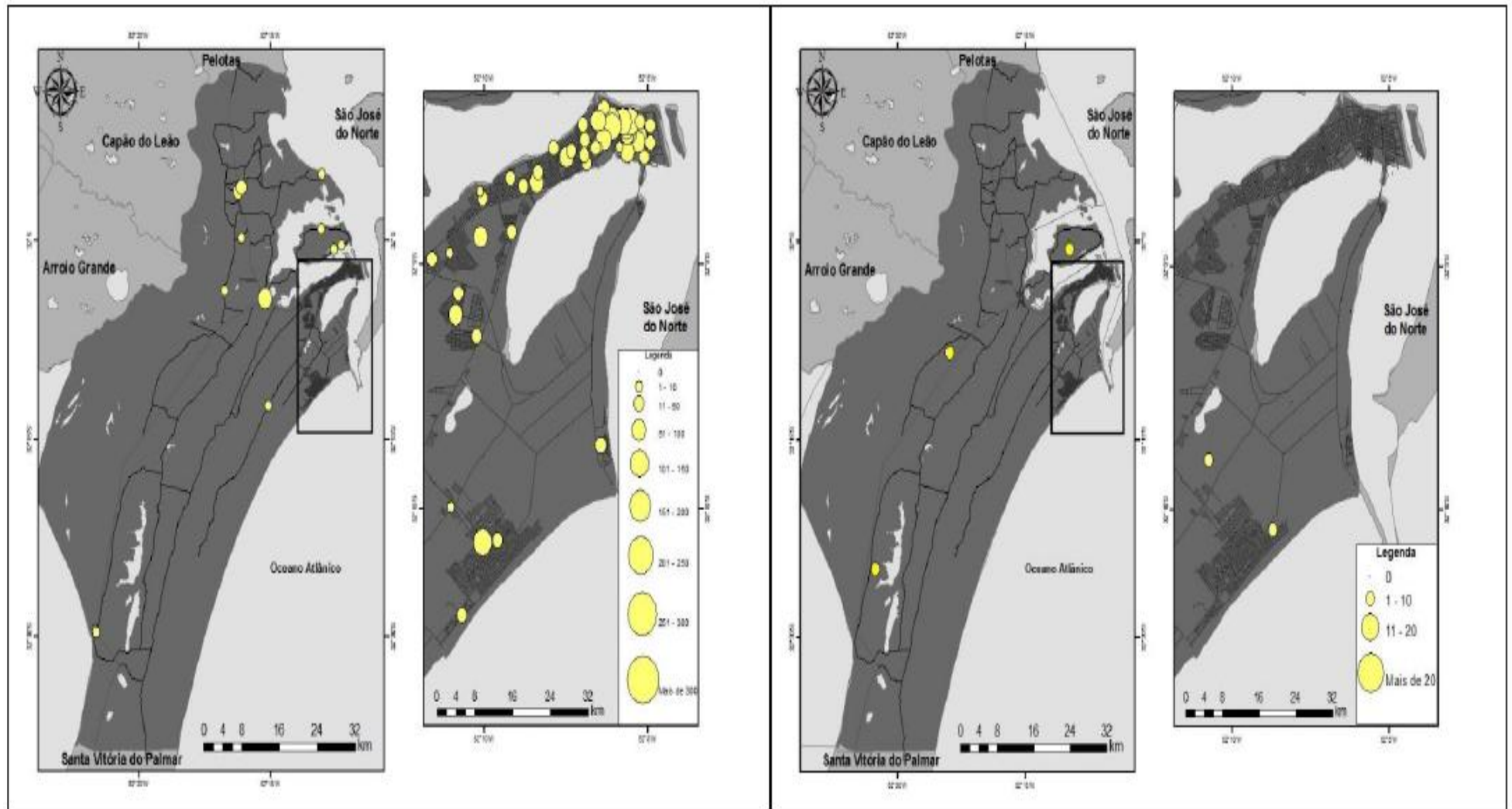
Figura 11: Mapas do vereador Júlio Cesar da Silva (PMDB) 2004



Em sua atuação na casa legislativa o vereador fez manifestações em relação aos diferentes bairros do Rio Grande (Figura 11-b), buscando ou ressaltando as necessidades das localidades do município, mas sem concentrar em seus objetivos em determinado recorte espacial. Uma marca do vereador é a divulgação de festas religiosas ocorridas nos bairros e na zona rural, mostrando a sua atuação junto a igreja católica do município que permite uma maior aproximação e visibilidade entre o parlamentar e os moradores das referidas localidades.

Na eleição do vereador Claudio Castanheira Diaz (PSDB) não foi possível destacar um local de maior concentração de seus eleitores (Figura 12-a), pois mesmo tendo uma maior votação nos colégios eleitorais do centro ocorre um padrão em relação ao número de eleitores e o de votos para o candidato, onde o maior número dos seus votos ocorreu nos maiores locais de votação, que no caso do município do Rio Grande encontram-se no centro da cidade. O vereador somou um total de 2.269 votos o que equivale 2,05% dos votos validados na eleição de 2004, e manteve uma proporcionalidade em todos os locais de votação do município.

Figura 12: Mapas do vereador Claudio Diaz (PSDB) 2004



(a) distribuição dos votos

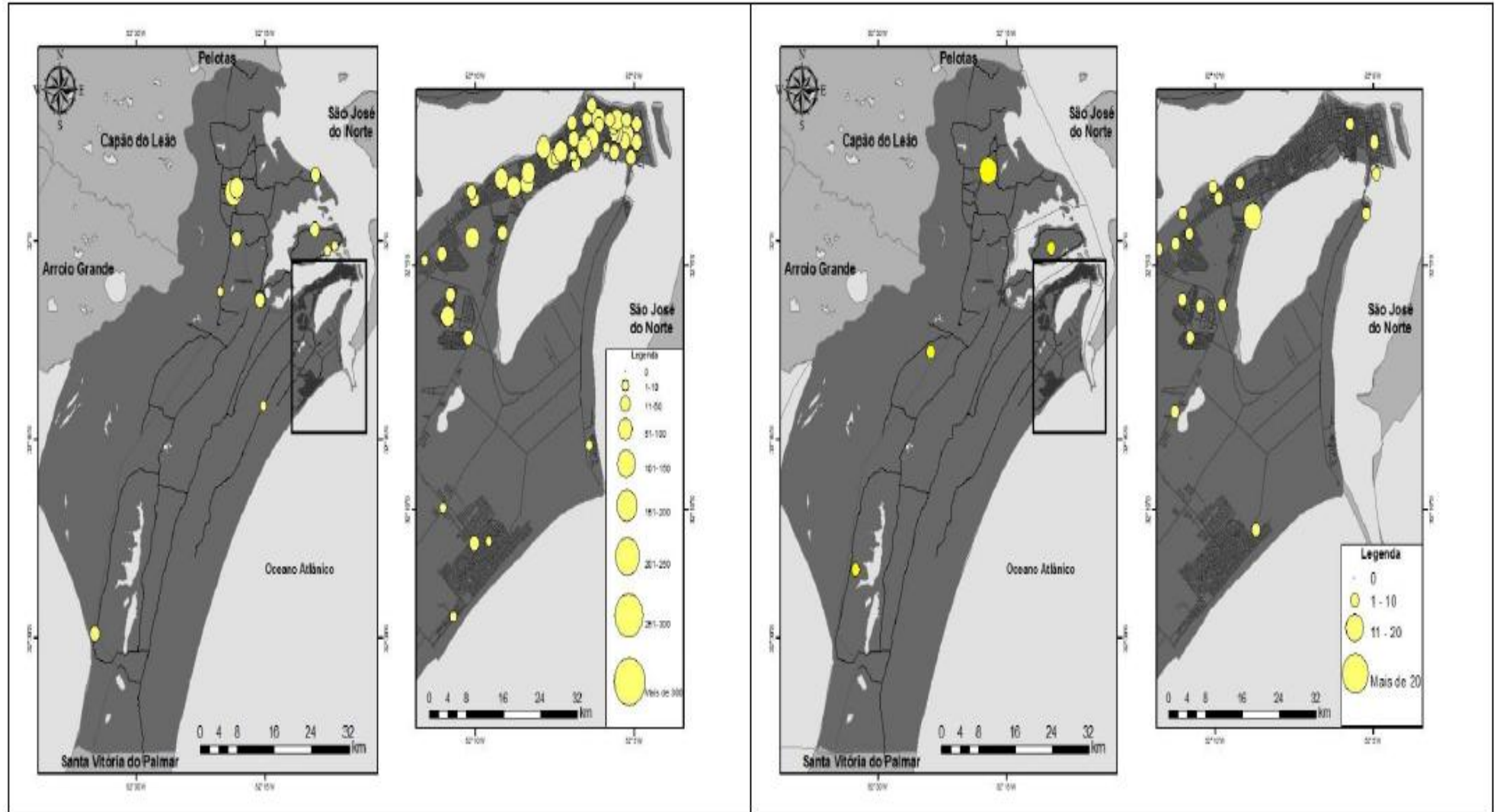
(b) Ações localizadas do vereador

Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

Na Figura 12-b é possível verificar uma atuação do vereador de baixo direcionamento de suas ações, mas em seus pronunciamentos o parlamentar orienta uma maior atenção para as áreas do interior/rurais do município. O vereador cumpriu somente dois anos de seu mandato, tendo ficado como suplente para deputado federal nas eleições de 2006, e assumindo a cadeira no legislativo federal em 2007.

O vereador Wilson Batista Duarte da Silva (Kanelão) do PMDB obteve 2.215 votos ou 2,01% dos votos válidos para o pleito de 2004 (Figura 13-a). Os locais de votação situados nos bairros Miguel de Castro Moreira, Hidráulica e arredores somam aproximadamente 24% dos seus eleitores e as localidades do Povo Novo e Ilha da Torotama com 11,6% dos seus votos. As possíveis explicações para tal formação é a aproximação do candidato com os moradores destes recortes, como morador de tais pontos. A longa atuação do vereador no legislativo municipal, tendo sido eleito em 2004 para o sexto mandato consecutivo, e o direcionamento de suas ações, nos mandatos anteriores, para esses bairros e localidades permite compreender a distribuição dos votos.

Figura 13: Mapas do vereador Wilson Batista da Silva (PMDB) 2004



(a) distribuição dos votos

(b) Ações localizadas do vereador

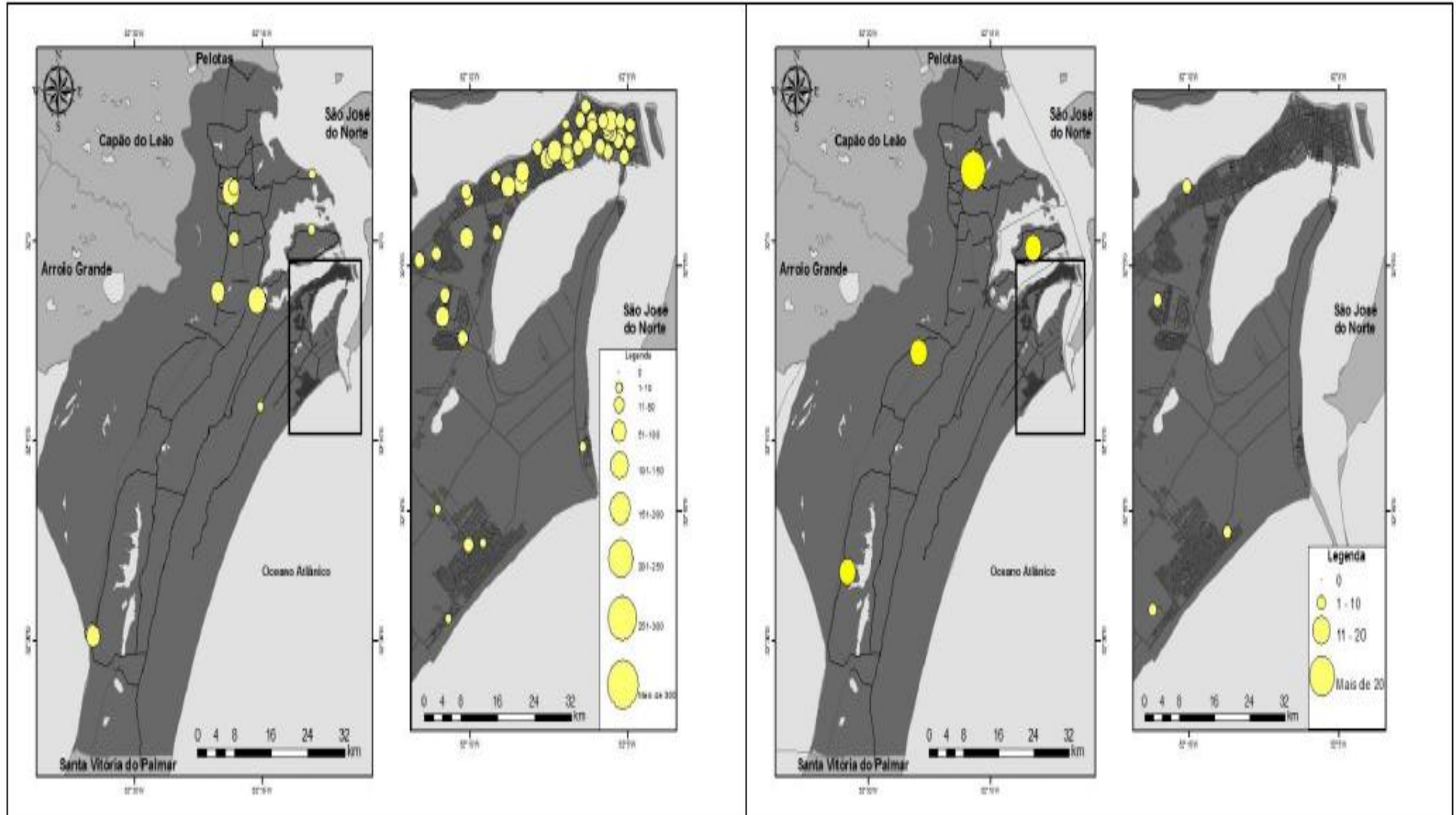
Fonte: IBGE (2012) dados TSE-RS; Elaborado pelo Autor.

Em seus discursos no parlamento municipal, o vereador busca beneficiar diferentes pontos do município, entretanto, dirigiu sua atenção para as localidades da zona rural em que obteve parte de seus votos, como a Ilha da Torotama e o Povo Novo. Situação que não ocorre com os bairros localizados no perímetro urbano, onde pontos de baixa significação para sua eleição são favorecidos em sua atuação política. A Figura 13-b permite uma visualização da distribuição espacial do direcionamento dos discursos/ações do vereador do PMDB entre os anos de 2005 e 2008.

O vereador do PTB Jurandir Pereira foi eleito com 2.101 dos votos válidos na eleição de 2004 (1,90% dos eleitores), elegendo-se para seu segundo mandato consecutivo. Durante a sua primeira passagem pela casa legislativa o vereador atuou com propostas voltadas para as zonas rurais do município local onde passou sua juventude, além disso, o parlamentar mantinha um programa de rádio voltado para o público dessas localidades, com informativos de festa no interior do município e utilidades públicas.

Na Figura 14-a é possível perceber uma maior concentração de seu eleitorado nas zonas rurais do município com 28,74% dos seus votos, já nos locais de votação situados nos Bairros Miguel de Castro Moreira, Hidráulica e Junção, próximos a sua residência onde foram contabilizados 21,79% de seus eleitores. Os dois recortes espaciais totalizaram mais de 50% de seus votos no pleito de 2004.

Figura 14: Mapas do vereador Jurandir Pereira (PTB) 2004



(a) distribuição dos votos

(b) Ações localizadas do vereador

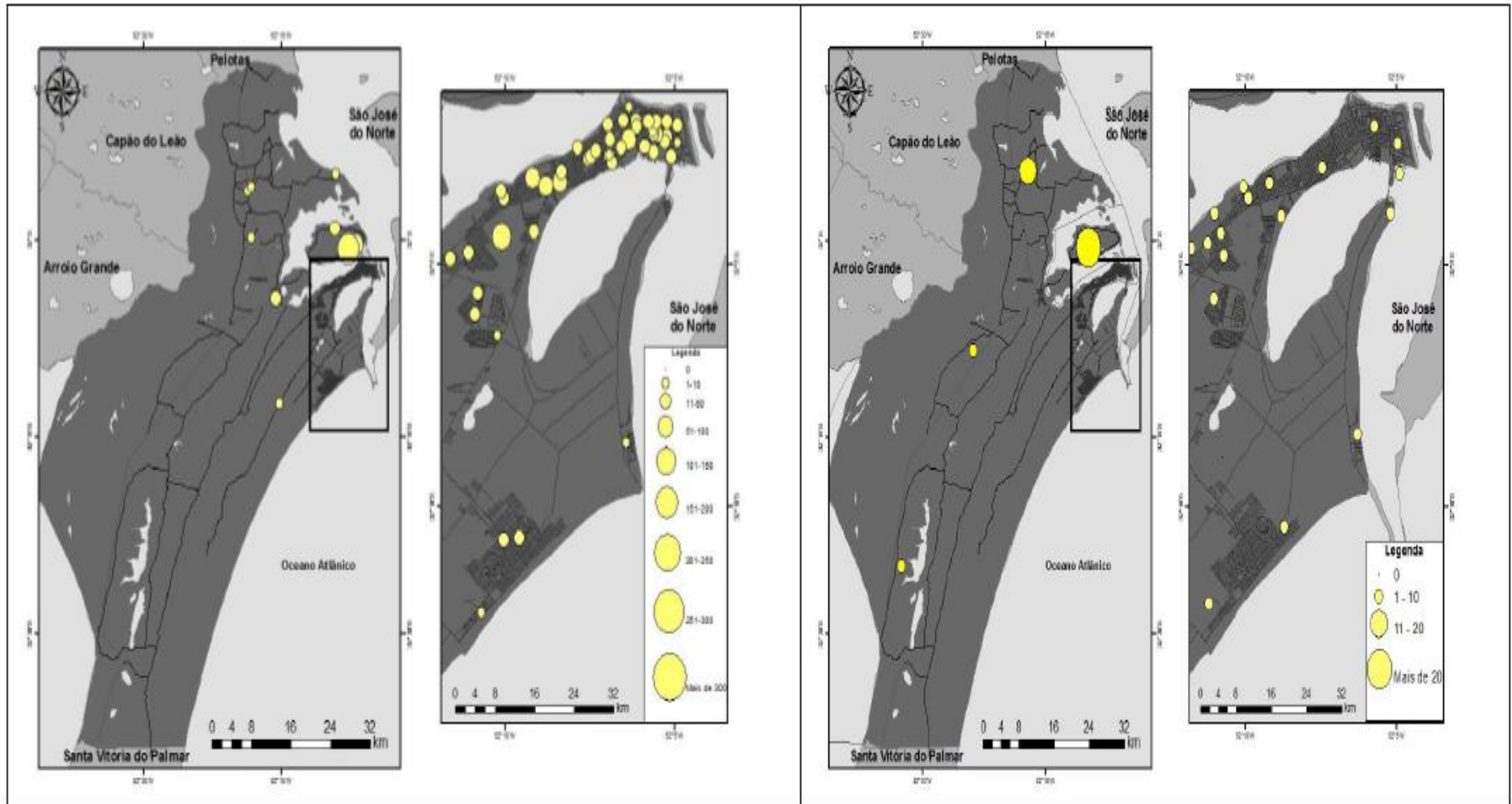
Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

A atuação do vereador durante o mandato 2005/2008 foi direcionada para as localidades do interior do município (Figura 14-b), justificando a fidelidade do vereador com parte de seus eleitores. Em seus discursos o vereador buscou claramente privilegiar os recortes espaciais em que encontram a maioria de seus eleitores, reivindicações como melhorias nas estradas vicinais do município e maiores estruturas no posto de saúde da zona rural, abordando pouco os problemas da área urbana de Rio Grande mesmo com significativa votação em tal perímetro.

Na Figura 15-a encontra-se a distribuição espacial dos 1.708 votos recebidos pelo vereador Cláudio José Cardoso da Costa (PT), correspondente a 1,55% da votação válida em 2004. Os seus eleitores estão concentrados em locais de votação situados em áreas da periferia e na zona rural do município, como a Ilha dos Marinheiros com 17,15% dos seus votos em apenas três pontos de votação.

A configuração dos votos pode ser explicada pela atuação do vereador junto aos bairros carentes do município, bem como seu apoio dado do legislativo municipal, aos pescadores e aos pequenos agricultores, durante o seu mandato anterior, entre os anos de 2001 e 2004. Atuando como parte da bancada de oposição e levando ao debate no parlamento municipal assuntos de interesse da sociedade rural, de pescadores e de bairros carentes, além de discutir sobre “possíveis” irregularidades do executivo municipal.

Figura 15: Mapas do vereador Claudio Costa (PT) 2004

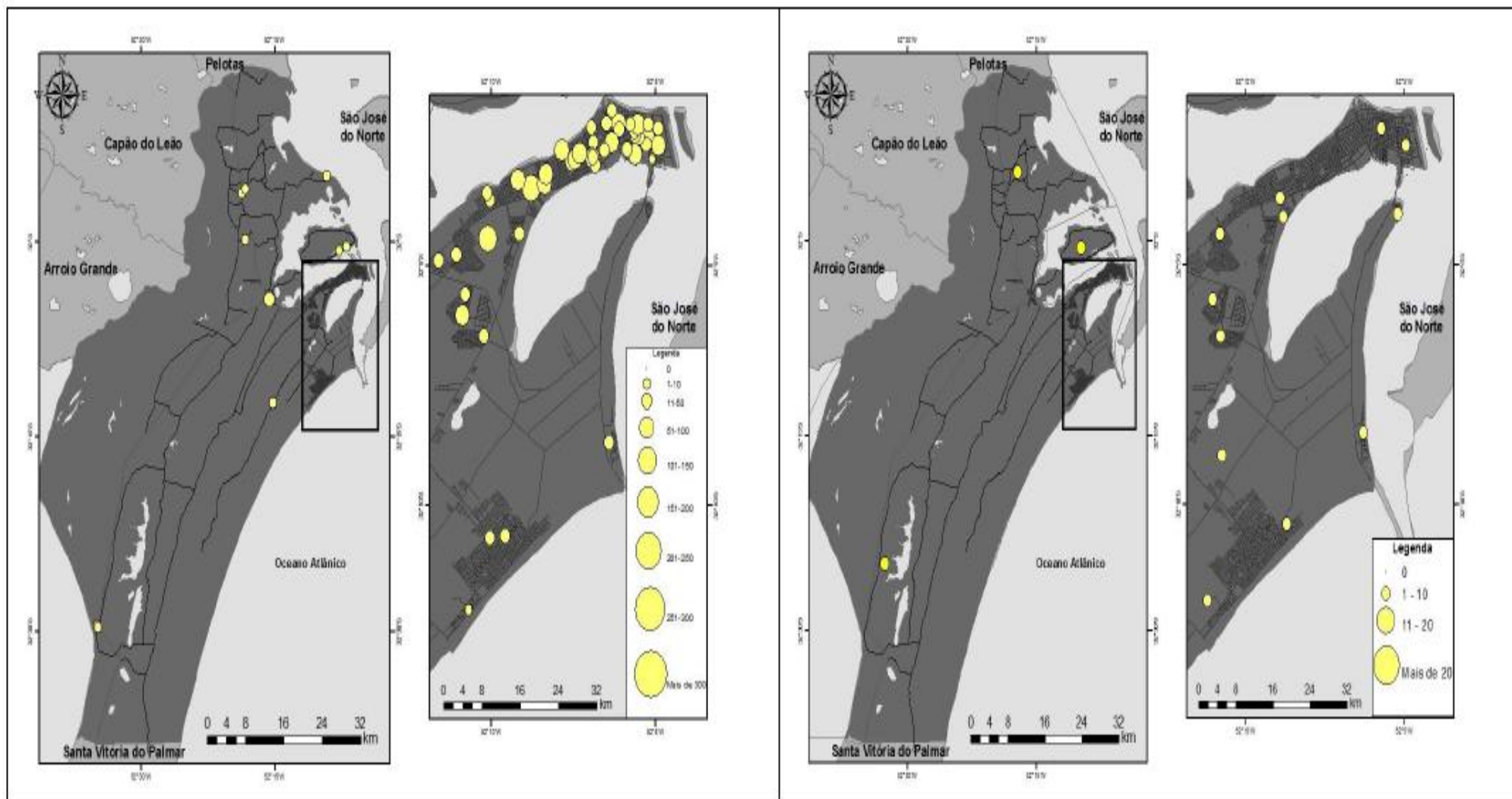


Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

As ações do vereador durante a 14ª legislatura, ocorrida entre 2005 e 2008, (Figura 15-b), demonstram que Claudio Costa (PT) manteve uma direção de seus atos para os locais de concentração seus eleitores. Tratando, durante os seus pronunciamentos, de temas como: as necessidades dos agricultores familiares e pescadores artesanais, a falta de atendimento médico na periferia e nas localidades rurais do município. O vereador atuou como forte oposição ao executivo e tal ação acabou refletindo no debate de assuntos de interesse para todo o município, como transporte e obras públicas, ou seja, apesar de sua identificação com os recortes espaciais citados o seu trabalho não foi exclusivo ao benefício dos mesmos.

O vereador José Claudino Alves Saraiva (Charles Saraiva) do PMDB obteve 2.186 votos o que equivale a 1,98% dos votos válidos nas eleições de 2004, reelegendo-se para o segundo mandato como vereador. Charles Saraiva marcou sua passagem no legislativo municipal entre 2001 e 2004 como parte da banca de apoio ao executivo, paralelamente manteve sua carreira profissional de radialista, atuando em programas informativos e que busca dar assistência para diversas pessoas com graus de vulnerabilidade fornecendo: alimentos, roupas, utensílios e passagens intermunicipais, possibilitando o reconhecimento de seus atos por parte dos cidadãos/eleitores do município.

Figura 16: Mapas do vereador Jose Claudino Saraiva (PMDB) 2004



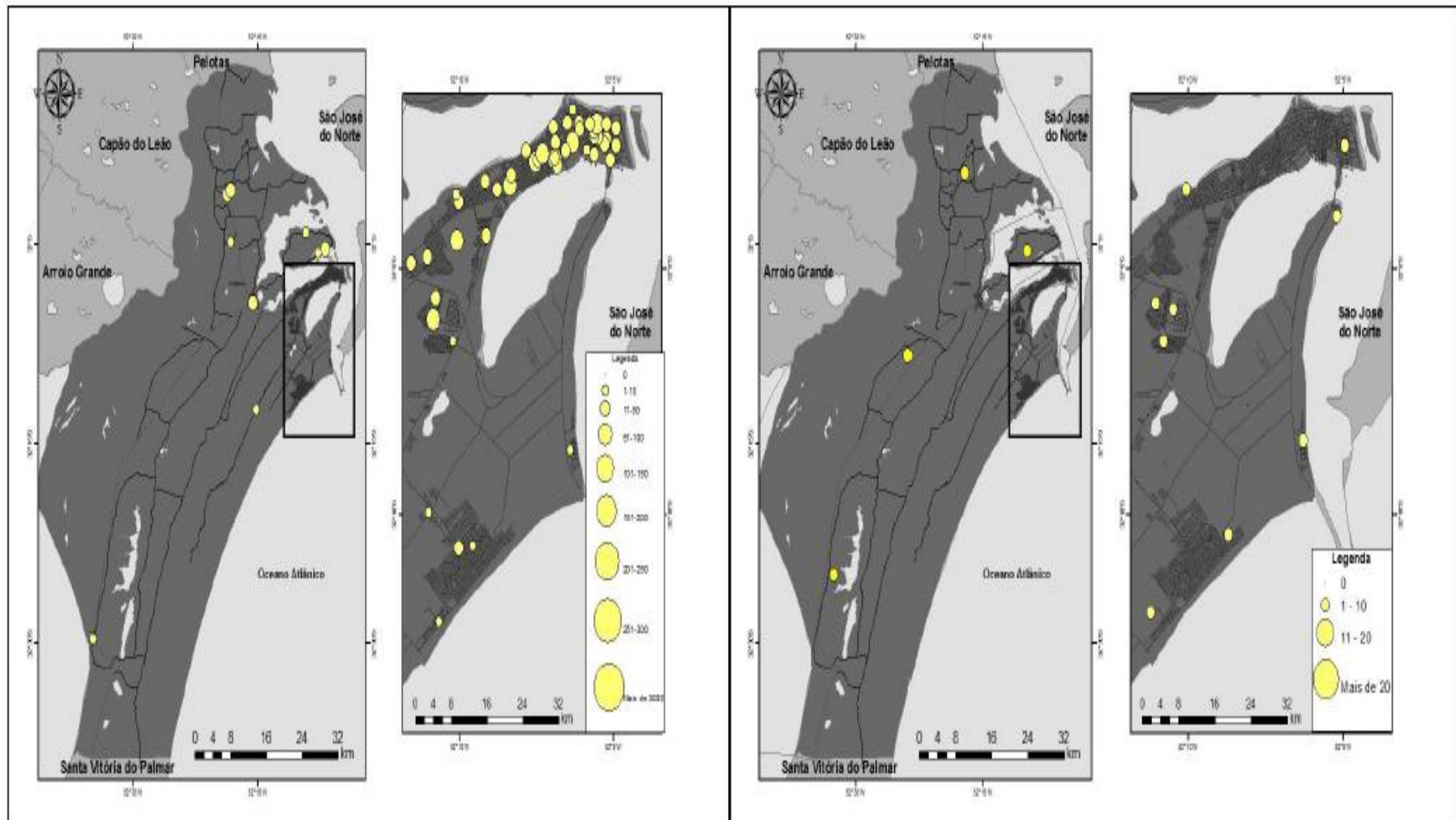
Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

A distribuição espacial dos votos do vereador, Charles Saraiva, pode ser observada na Figura 16-a, onde é possível perceber uma ‘dissolução’ de seus eleitores nos diferentes locais de votação do município, podendo ser classificada como uma formação dispersa. A Figura 16-b demonstra a ação do vereador no mandato 2005/2008 e uma série de ação voltada para diferentes pontos do município, similar aos seus votos, ficando como marca principal de seu mandato o, apoio ao executivo municipal, sem destacar um direcionamento para determinado recorte espacial do município ou assunto específico.

A vereadora Surama Ezedim Machado (Surama Santos) (PSDB) foi eleita com 1.689 votos ou 1,53% dos votos válidos em 2004. Elegendo-se para o terceiro mandato consecutivo como parlamentar municipal. Durante os seus mandatos anteriores, a vereadora teve um trabalho voltado para os diferentes bairros do município. Em sua atuação como radialista em uma rádio local voltava-se para atender as reivindicações de seus ouvintes e debater temas de interesse social, como segurança e mobilidade urbana. Uma marca dos radialistas que tornaram-se vereadores é discutir assuntos de interesse momentâneos que permitem um reconhecimento de seu trabalho como preocupados com a realidade local e seus diferentes eventos negativos.

Os votos da candidata do PSDB encontram-se distribuídos por diferentes pontos do município como pode ser observado na Figura 17(a), não permitindo destacar pontos de maior concentração de seus eleitores. A falta de um recorte espacial específico ou de concentração de seus eleitores demonstra a aceitação de diferentes grupos ao trabalho da vereadora, sem fixar uma base de votos.

Figura 17: Mapas da vereadora Surama Santos (PSDB) 2004



(a) distribuição dos votos

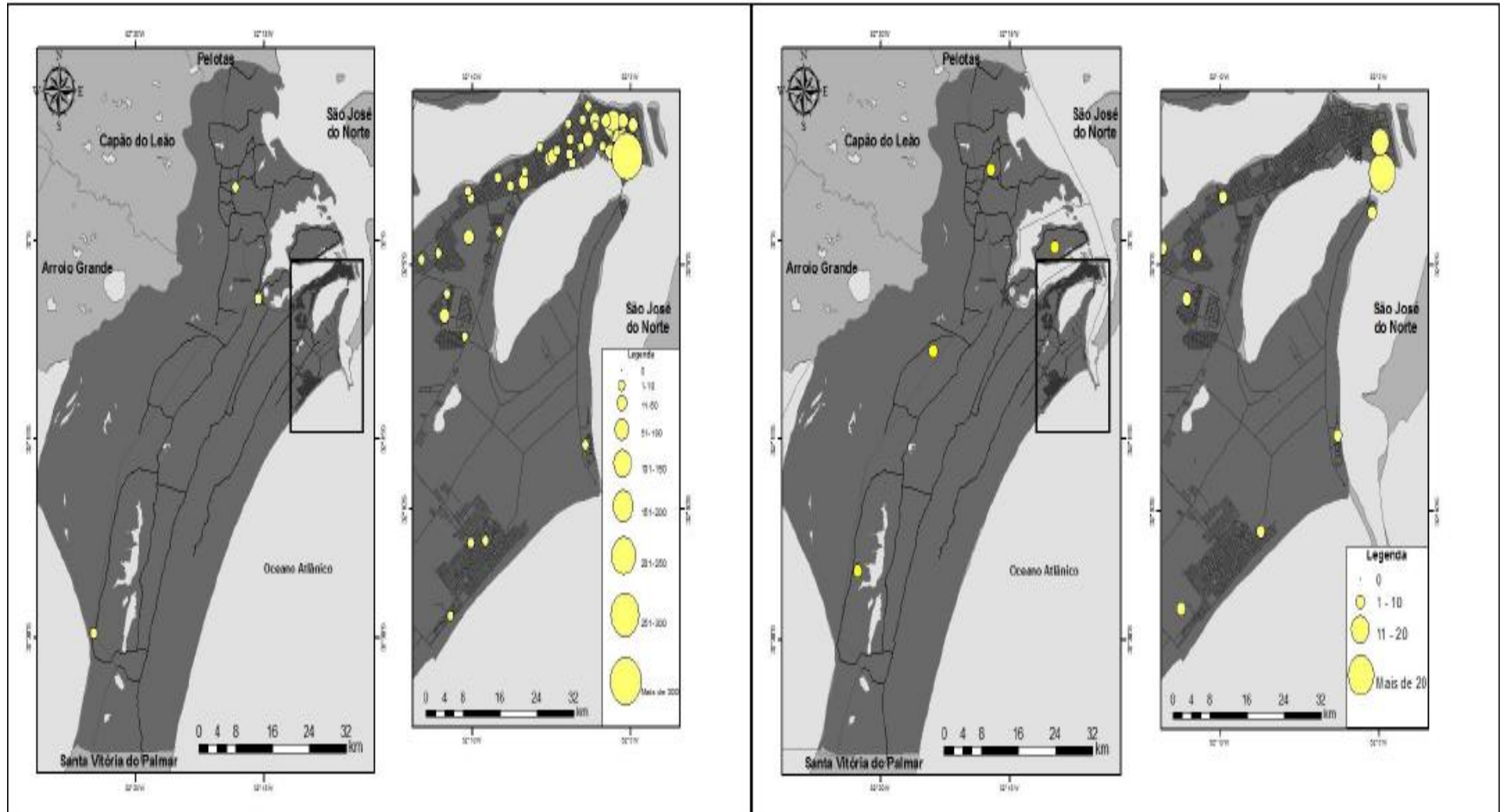
(b) Ações localizadas do vereador

Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

Assim como seus votos as ações da vereadora no mandato 2005/2008 (Figura 17-b) encontram-se dispersas pelo município, buscando debater sobre possíveis melhorias aos diferentes bairros e localidades de Rio Grande e conseqüentemente a toda a população. Uma marca do trabalho da vereadora é que em seus discursos ela ressalta suas ações junto a um grupo beneficente formado por mulheres, denominado “Clube da Luluzinha”, que visitam os bairros prestando serviços de orientação os moradores sobre os mais diferentes assuntos como saúde, direitos civis e sociais, além disso atuam ouvindo reivindicações da população dos pontos atendidos. Após as visitas os assuntos relatados pelos moradores dos bairros são levados para a casa legislativa, pela vereadora, para discussão e possíveis soluções por parte dos órgãos competentes.

O mapa eleitoral do vereador Carlos Fialho Mattos (Patola) do PPS, apresenta um típico comportamento eleitoral de vizinhança. O vereador obteve com 1.162 votos, ou seja, 1,05% dos votos válidos da eleição, elegendo-se com o menor número de votos em 2004 (Figura 18-a). Porém a principal marca de sua eleição é a concentração de 48,92% dos seus votos no Bairro Santa Tereza.

Figura 18: Mapas do vereador Carlos Fialho (PPS) 2004



Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

A distribuição dos votos do vereador Patola é justificada pela atuação do até então candidato como morador e líder comunitário do Bairro Santa Tereza, que abriga os serviços públicos de saúde e educação que atingem também o Bairro Mangueira. Ambos bairros possuem problemas de regularização fundiária, por ocuparem áreas que pertencem aos diferentes níveis de governo e possuem projetos para a expansão do porto, que obrigariam a retirada de muitas moradias. O recorte municipal possui um grande contingente de trabalhadores portuários, sendo o candidato percebido pelos moradores e trabalhadores como um elo dos bairros com o poder político municipal. Por serem áreas de interesse para a expansão portuária, a candidatura de um vereador apresentou-se como uma possibilidade de maiores e melhores ações políticas para os locais e seus moradores.

As ações do vereador foram distribuídas conforme a figura 18-b, a exemplo de seus votos, também estão concentradas no Bairro Santa Tereza e arredores, tratando de temas como as necessidades de saúde e transporte para os moradores dos bairros em que se encontram prioritariamente seus eleitores. Também há intervenções para melhorar as condições de trabalho e treinamento para os trabalhadores portuários. Apresentando-se assim, uma forma de atuação direcionada para os eleitores e um consequente favorecendo os espaços de suas moradias ou que fazem parte do seu cotidiano.

Durante o seu primeiro ano de mandato, o vereador do PPS, foi criticado no plenário da Câmara de Vereadores por seus colegas de legislativo por sua atuação parlamentar totalmente direcionada para temas e áreas em que venham beneficiar seus eleitores, e seus recortes espaciais. Os demais vereadores destacam que com a diminuição do número de vereadores em relação às eleições anteriores fica comprometida a atuação do parlamento municipal quando um de seus integrantes busca sanar o interesse de determinado recorte espacial deixando com isso áreas esquecidas nos debates e ações da casa legislativa.

4.2.3. As consequências da legislatura 2005/2008: *Feedback*

Os resultados das eleições de 2008, no estudo são entendidos como respostas dos eleitores, as políticas e aos políticos municipais que atuaram na legislatura 2005/2008. A reeleição de um candidato é interpretada como a aprovação de sua atuação política, durante o seu mandato, por sua vez a não reeleição apresenta-se como uma manifestação contrária de

suas ações dentro do legislativo, entretanto a não renovação de um político pode ser explicada também pelo surgimento de um novo candidato que melhor represente um determinado grupo de eleitores.

Na proposta, um novo processo político é uma forma de manutenção do sistema eleitoral. A retroalimentação (*feedback*) é a compreensão dos eleitores sobre a política a qual está submetido, assim é o momento de analisar qual a possível influência dos atos parlamentares para o pleito seguinte. Todavia em nenhum momento o trabalho delimita que os eleitores observam somente as ações políticas anteriores para escolherem o destino de seus votos, mas sim busca-se demonstrar que essa prática representa um dos pontos importantes a serem observados sobre as eleições e que a Geografia pode auxiliar na compreensão.

É necessário destacar que não se tem como objetivo colocar que as ações políticas são os únicos fatores que influenciam no processo eleitoral, mas que as mesmas possuem certa significância. Além disso, a falta de boas ações ou de representantes políticos direcionados para determinados recortes políticos podem permitir a entrada de novos atores na vida política do município. Estudos recentes direcionados a Geografia Eleitoral buscam fatores externos a política que podem influenciar na escolha do voto. No Brasil destaca-se os trabalhos de Braga (2013) e Ventura e Juwer (2013) que buscam compreender a importância da Igreja Universal e dos grupos criminosos, respectivamente, para o resultado das urnas no Rio de Janeiro. Em âmbito internacional o livro organizado por Warf e Leib (2011) reúne uma série de estudos que trazem uma revitalização para o campo geográfico, buscando encontrar novos fatores que podem influenciar no processo eleitoral como identidade, cultura e etnia.

Entre os 13 vereadores eleitos em 2004 encontraram-se consequências distintas na sequência de suas vidas/carreiras políticas. Como exemplo temos os vereadores, Sandro de Oliveira (PMDB) e Claudio Diaz (PSDB), que obtiveram votações dispersas no município em 2004, similar as suas atuações políticas durante o seu mandato. Os mesmos não disputaram o pleito local de 2008, pois foram eleitos suplentes respectivamente para os cargos de deputado estadual e federal, nas eleições de 2006, e posteriormente assumiram as cadeiras parlamentares, como já mencionado. O fato pode ser compreendido como uma resposta positiva as suas ações política para o município durante os seus mandatos parlamentares.

Sandro Oliveira foi o candidato ao legislativo estadual mais votado no município em 2006, enfatizando a importância dos seus mandatos como vereador para a ascensão de sua carreira política. O político do PMDB atingiu um total de 31.340 votos, em todo o Estado do Rio Grande do Sul, dos quais obteve 27.911 votos em Rio Grande (cerca de 90% dos seus votos). O candidato Cláudio Diaz PSDB totalizou 50,131 votos, em 2006 na disputa da Câmara Federal, (56,19% no município) sendo o seu principal ponto de votação.

A expressiva votação dos candidatos no município, na disputa para cargos políticos de esferas ‘superiores’ pode ser percebido com um fator de percepção dos eleitores em possíveis benefícios locais oriundos de investimentos de tais escalas administrativas. Este desdobramento pode ser analisado nos parâmetros empregados por Trigal e Pozo (1999) para explicar como espaço pode influenciar na decisão do voto, como a proteção de candidatos locais e ligação com determinados espaços, e a compreensão de possíveis benefícios influenciam diretamente na escolha nas urnas.

O grupo de vereadores que não foram reeleitos em 2008 é formado por: Jair Rizzo (PL), Júlio César Pereira (PMDB), Jurandir Pereira (PTB), José Claudino Saraiva (PMDB) e Surama Machado (PSDB). Um ponto em comum entre os edis é que todos faziam parte da base de sustentação do executivo municipal durante a 14ª legislatura e que perdeu força no pleito de 2008, com uma redução de votos e de apoiadores na câmara de vereadores de Rio Grande, apesar da diminuição no percentual de votos o PMDB e os partidos coligados mantiveram o controle do executivo municipal.

Entre os vereadores não reeleitos é possível distinguir duas situações na formação de suas votações: os que não possuíam uma expressiva base de votos, e conseqüentemente apresentaram similaridade em suas ações políticas, Surama Machado (PSDB) e Júlio Cesar (PMDB), e acabaram não demonstrando assim nenhuma das possíveis justificativa, no entendimento dos eleitores, sobre possíveis benefícios para o seu entorno, como destacado por Sanguin (1981). Os demais vereadores não reeleitos, apesar de possuírem certa identificação da distribuição de seus eleitores e em alguns casos retribuírem aos mesmos com suas ações no parlamento voltados para tais recortes, foram substituídos por candidatos com maior concentração de seus votos. O movimento ressalta o “*efecto vecindário*” das eleições, em que

a aproximação entre eleitor e candidato é levada em consideração no momento da escolha do candidato.

Um ponto a ser destacado nas eleições legislativas de 2008 é o quociente eleitoral, que é o cálculo que estabelece o número de cadeiras, em eleições proporcionais, que cada partido ocupara. Parâmetro o qual permitiu que candidatos com maior número de votos acabassem perdendo para outros com menor votação, pois um candidato com significativa votação garante vagas para o seu partido, evidenciando um problema para a política eleitoral brasileira de que nem sempre os mais votados poderão ser eleitos. Em Rio Grande candidatos nas eleições de 2008 três vereadores eleitos em 2004 não obtiveram sua reeleição porém somaram mais votos que cinco candidatos eleitos no pleito.

Entre os vereadores que conseguiram sua reeleição também ocorreram à formação de dois grupos, com particularidades em comum, entre os edis que compõem cada um deles, que é a concentração de seus votos em um recorte espacial do município. Contudo, existem distintas situações nos que se refere ao direcionamento de suas ações políticas para os pontos de maior localização de seus eleitores, como os vereadores Carlos Fialho (PPS) e Claudio Costa (PT) que atuam diretamente nos recortes espaciais de maior importância para a sua eleição. Já outros vereadores como Júlio Martins do PC do B e Delamar Corrêa Mirapalheta do PDT, utilizaram o plenário sem beneficiar um ponto específico do município, destacaram-se por lutar por temas de interesse para a população de todo o município.

Assim, os vereadores do PPS e do PT, citados anteriormente, podem ter sua situação analisada a partir dos pressupostos da Geografia Eleitoral para a escolha de um eleitor, utilizados por Sendra (1981), o qual identifica que semelhantes interesses levariam a um grupo a escolher um mesmo representante ou mesmo a possibilidade de uma proteção a determinado recorte espacial, que neste caso seria o beneficiamento político a partir da eleição de um determinado candidato. Os outros vereadores, que não direcionam suas ações também podem ser percebidos com protetores de interesses locais, não protegendo apenas um determinado espaço, mas o interesse da população do município do Rio Grande de forma geral.

Um ponto importante que deve ser observado no subcapítulo seguinte é que a maioria dos novos vereadores eleitos, ao contrário dos que perderam os seus cargos (não reeleitos),

possuem uma aglomeração maior de seus eleitores em algum ponto do município. E que assim, encontram-se carregados de fatores espaciais em sua eleição como os destacados na literatura que sustentou a pesquisa.

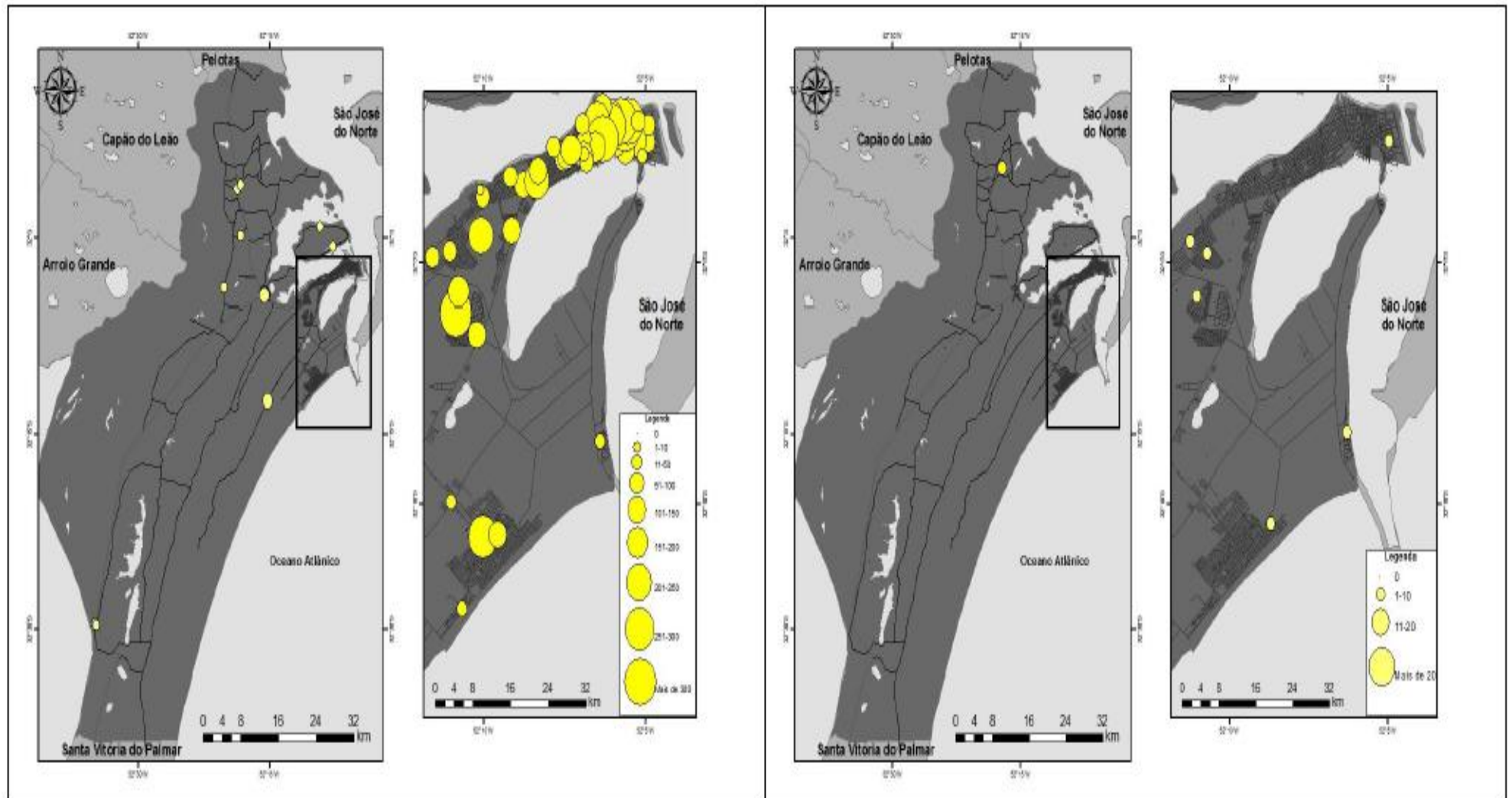
4.2.4. Distribuição espacial e justificativa dos votos de 2008 e Ações legislativas de 2009/2012

A eleição de 2008 foi marcada por uma mudança da maioria dos vereadores do município do Rio Grande, pois foram substituídos sete dos 13 vereadores eleitos em 2004. Um dos ‘novos’ vereadores é Alexandre Duarte Lindenmeyer do PT, que obteve a maior votação de um candidato ao cargo legislativo do município do Rio Grande em todas as eleições disputadas, alcançando a marca de 6.927 votos que correspondem a 5,78% dos votos válidos na eleição de 2008²⁹. Apesar de ser a sua primeira eleição ao cargo de vereador, o candidato possui uma carreira política direcionada para a disputa ao executivo do município, concorrendo em 2000 para o cargo de prefeito, assim como uma atuação pelo Partido dos Trabalhadores. Além disso, atua como advogado na área do direito do trabalho, exercendo sua profissão junto a sindicatos e outras categorias, possuindo, com isso, uma grande visibilidade de seus atos junto a política local.

Na figura 19-a encontra-se a distribuição dos votos do vereador Alexandro Lindenmeyer do PT, os quais foram espalhados por todos os pontos de votação do município, sendo que apenas nos pontos localizados na zona rural o mesmo não obteve uma significativa votação. Destacando-se assim, a grande aceitação do candidato, no perímetro urbano, devido ao seu expressivo número de votos distribuídos pelos diferentes pontos do município.

²⁹ É necessário destacar que o vereador do PT foi o que obteve o maior número de votos, entretanto em relação a proporcionalidade outros vereadores na história do município já obtiveram melhores marcas. Como exemplo Antônio de Pinho Maçada, que somou 5.997 que correspondia no período a 13,35% dos votos validos da eleição de 1972.

Figura 19: Mapas do vereador Alexandre Lindenmeyer (PT) 2008



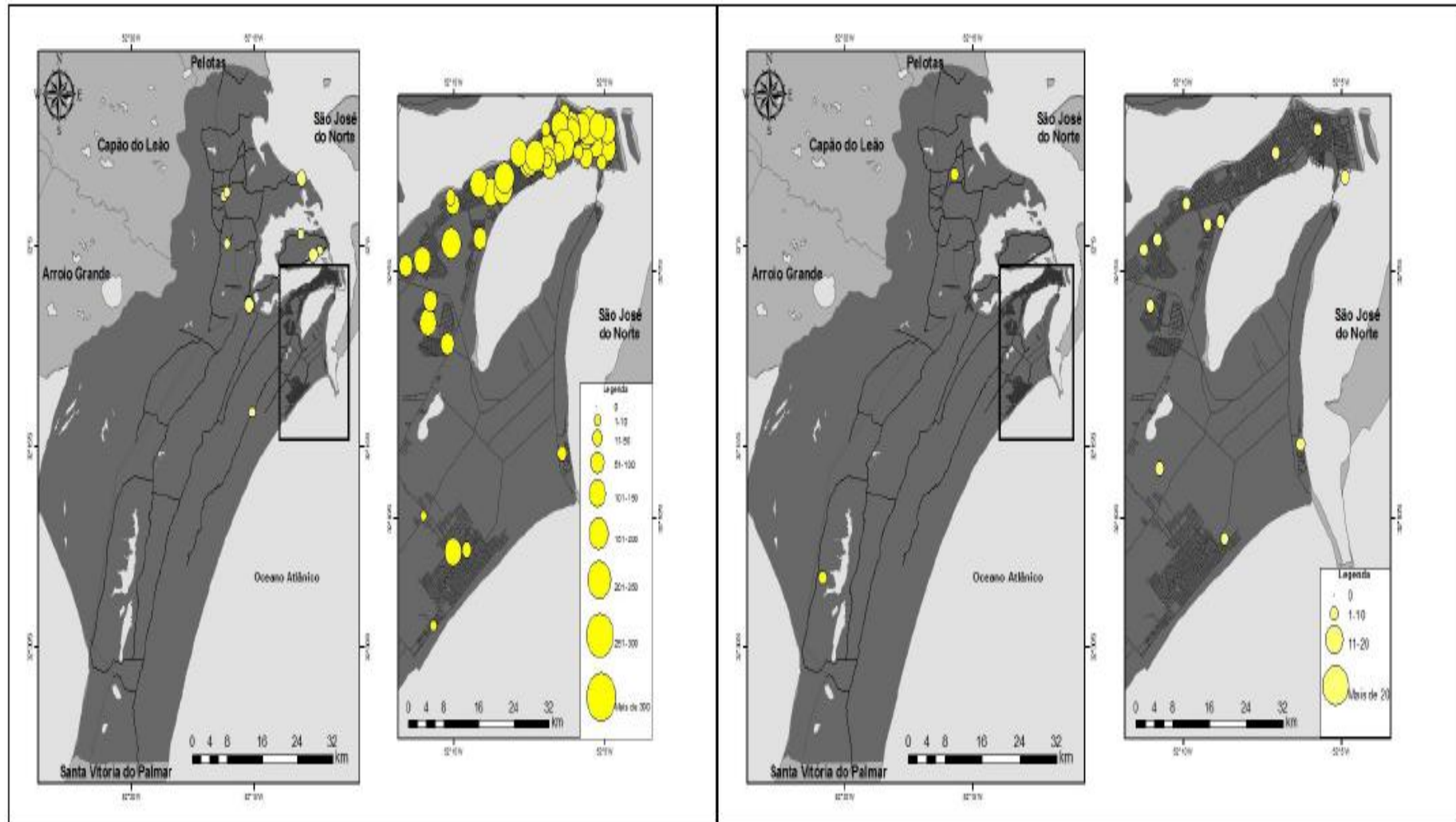
Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

Em relação à atuação do vereador na casa legislativa ela foi marcada por uma atuação voltada diretamente para a oposição ao executivo municipal, discutindo ações e decisões dessa esfera de governo. Na Figura 19-b apresentam-se as poucas atuações do vereador direcionadas para algum recorte espacial do município, as quais tratavam de assuntos ligados a temas pontuais, como o estado precário das ruas ou a falta de ação do executivo local para alguns bairros. O vereador em 2010 foi eleito para deputado estadual deixando assim o legislativo sem cumprir o seu mandato político no parlamento local o qual havia sido eleito em 2008, o Deputado eleito obteve 84,78% dos seus votos para as eleições estaduais no município.

A vereadora Luciane Azevedo Compiani do PMDB também foi uma nova parlamentar eleita em 2008, somando a expressiva marca de 4.562 votos ou 3,81% da votação validada, alcançando um número maior de votos que o vereador mais votado em 2004 e sendo segunda mais votada entre os vereadores eleitos na história do Rio Grande. A então candidata não possuía uma atuante carreira política, mas era casada com o prefeito eleito em 2004 e reeleito em 2008, vindo assim a exercer o cargo de primeira dama do município, que tem como função exercer atividades voltadas a assistência à população carente local.

Os seus votos foram distribuídos pelos diferentes locais de votação do município de forma homogênea (Figura 20-a), sem demonstrar um ponto específico de concentração de seus eleitores. Uma marca similar ao vereador Alexandre Lindenmeyer do PT e da vereadora Luciane é a grande aceitação de eleitores de diferentes recortes espaciais, demonstrando a aceitação ou crença de que novos políticos, mas já conhecidos pelos seus trabalhos em outras frentes, podem realizar melhores serviços para os diferentes pontos do município (TRIGAL e POZO, 1999).

Figura 20: Mapas da votação da vereadora Luciane Compiani (PMDB) 2008



(a) distribuição dos votos

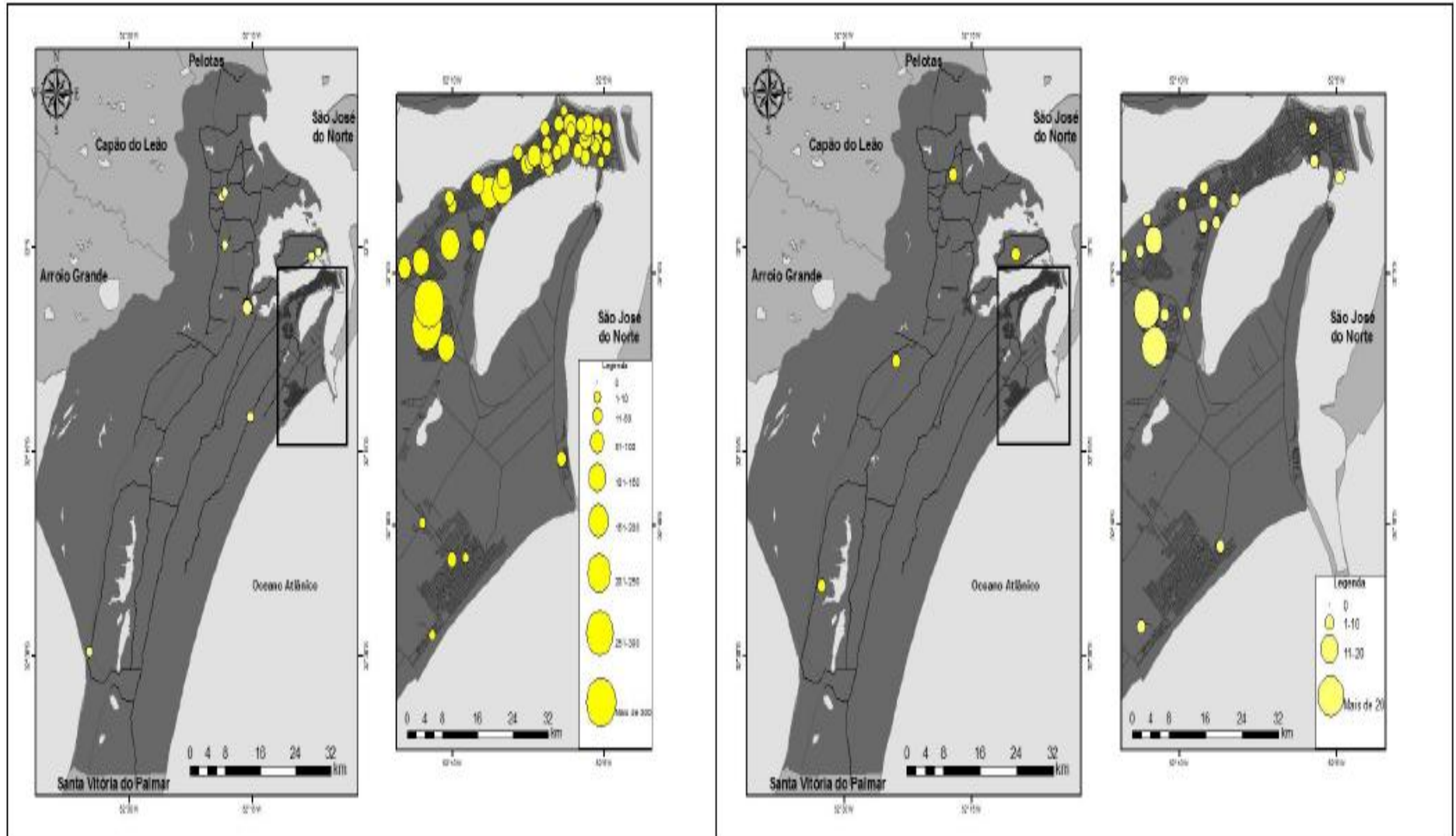
(b) Ações localizadas do vereador

Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

Assim como os seus votos às ações da vereadora, no mandato 2009/2012, não possuem um ponto de concentração, (Figura 20-b) elas estão dispersas por todo o município. A parlamentar fez parte da bancada de apoio ao executivo e busca sempre que possível um acesso direto com os secretários municipais na busca de soluções de diferentes problemas encontrados no município. Contudo, não deixa de utilizar o plenário para ressaltar suas realizações, atuando de forma similar à quando exercia a função de primeira dama do município, voltada para a assistência a comunidades carentes.

O terceiro vereador mais votado em 2008 foi Giovane Bastos Moralles, o qual foi eleito para o seu primeiro mandato. Porém havia assumido uma vaga no legislativo por ter ficado como suplente, de seu partido o PTB, nas eleições de 2004. No processo eleitoral de 2008, o edil foi escolhido por 3.494 eleitores, o que equivale a 2,92% dos votos válidos. Em seu mapa de distribuição de votos (Figura 21-a), é notória a concentração de seus eleitores nos pontos de votação dos Bairros Parque Marinha e Parque São Pedro, com 40,26% dos seus votos oriundos dos referidos bairros.

Figura 21: Mapas do vereador Giovane Moralles (PTB) 2008



(a) distribuição dos votos

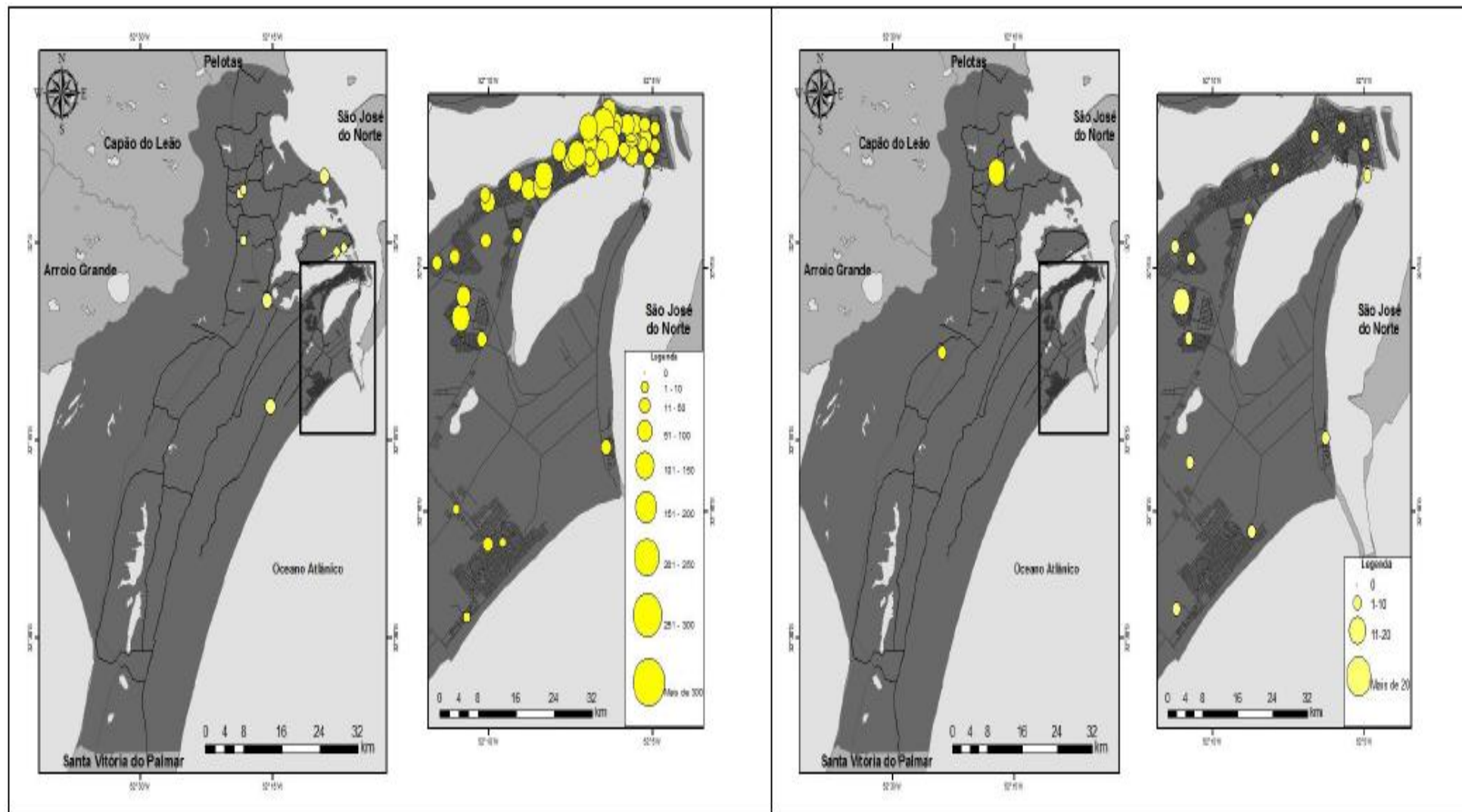
(b) Ações localizadas do vereador

Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor

O mapa das ações do vereador Giovane do PDT, (Figura 21-b), é marcado pela concentração de suas ações/discursos para o benefício dos bairros onde obteve a maioria de seus votos. Em seus posicionamentos frente ao plenário da casa legislativa o vereador buscou soluções para problemas e melhorias para os Bairros Parque Marinha, Parque São Pedro e arredores. Uma marca de seu trabalho é a manutenção de um escritório, em sua residência, no bairro Parque Marinha para o atendimento dos eleitores/cidadãos. Assim, é possível identificar um comportamento de proteção de seu eleitorado e de resposta direta aos eleitores interessados em sua eleição.

Diferente dos vereadores eleitos em 2008, já citados, Paulo Renato Mattos Gomes (Renatinho) do PPS foi reeleito, mantendo-se no cargo de vereador desde 1996, quando foi eleito pela primeira vez para o cargo municipal. Assim como em 2004, a distribuição dos 2.846 votos do vereador manteve um mesmo padrão (Figura 22-a), com uma maior concentração de seus votos nas urnas eleitorais localizadas no bairro Cidade Novas, totalizando 25,43% dos seus eleitores.

Figura 22: Mapas do vereador Paulo Renato Gomes (PPS) 2008



(a) distribuição dos votos

(b) Ações localizadas do vereador

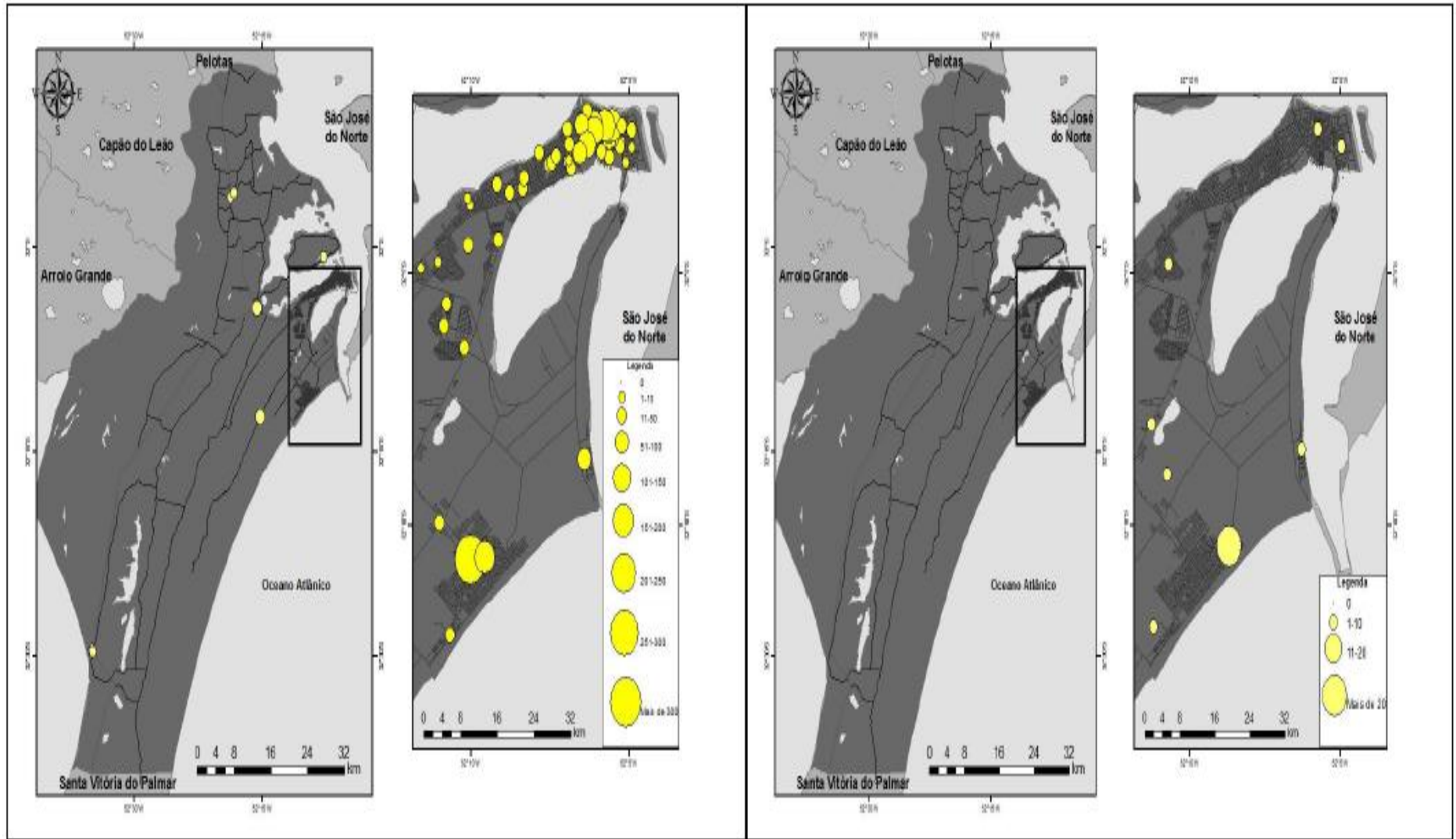
Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

O mapa da distribuição das ações do vereador do PPS na legislatura 2009/2012 (Figura 22-b), também obteve uma formação similar à encontrada durante o mandato 2005/2008. Tendo como principais destinos de suas atuações a localidade da Ilha da Torotama e o Bairro Parque Marinha, os quais não foram os principais pontos de sua votação, mas receberam maior atenção por parte do vereador.

É necessária uma ressalva sobre o bairro Parque Marinha, localizado nas margens da Br-392 estrada entre Rio Grande e Pelotas, o mesmo possui um total de 10.087 eleitores, fazendo com que o mesmo fosse defendido por variados vereadores nos dois períodos políticos estudados. O bairro enfrentava um problema em relação a uma unidade de tratamento de esgoto localizada próximo ao bairro. Podendo ser colocada às ações dos vereadores, em relação a esse tema, como um exemplo do debate sobre temas de interesse momentâneo e de significativa repercussão para população local.

Um dos ‘novos’ candidatos eleitos pelo PMDB em 2008 foi Renato Espindola Albuquerque, que possui um longo histórico na política local. O mesmo foi eleito, pela primeira vez para vereador em 1976 ainda pelo extinto partido ARENA. Posteriormente exerceu diferentes cargos na administração municipal, como na gestão 2004/2008. Os seus 2.628 votos tiveram como principal ponto de concentração o Cassino (27,62%), (Figura 23-a). A situação que pode ser explicado pela atuação do então candidato como secretário municipal da Secretaria Especial do Cassino (SEC), responsável pela administração do balneário, nos anos anteriores à eleição. A condição de morador e administrado da SEC colabora para explicar a sua votação significativa no referido local, compreendendo pelos eleitores como a busca de melhores condições para o balneário, mediante um representante político no legislativo.

Figura 23: Mapas do vereador Renato Albuquerque (PMDB) 2008

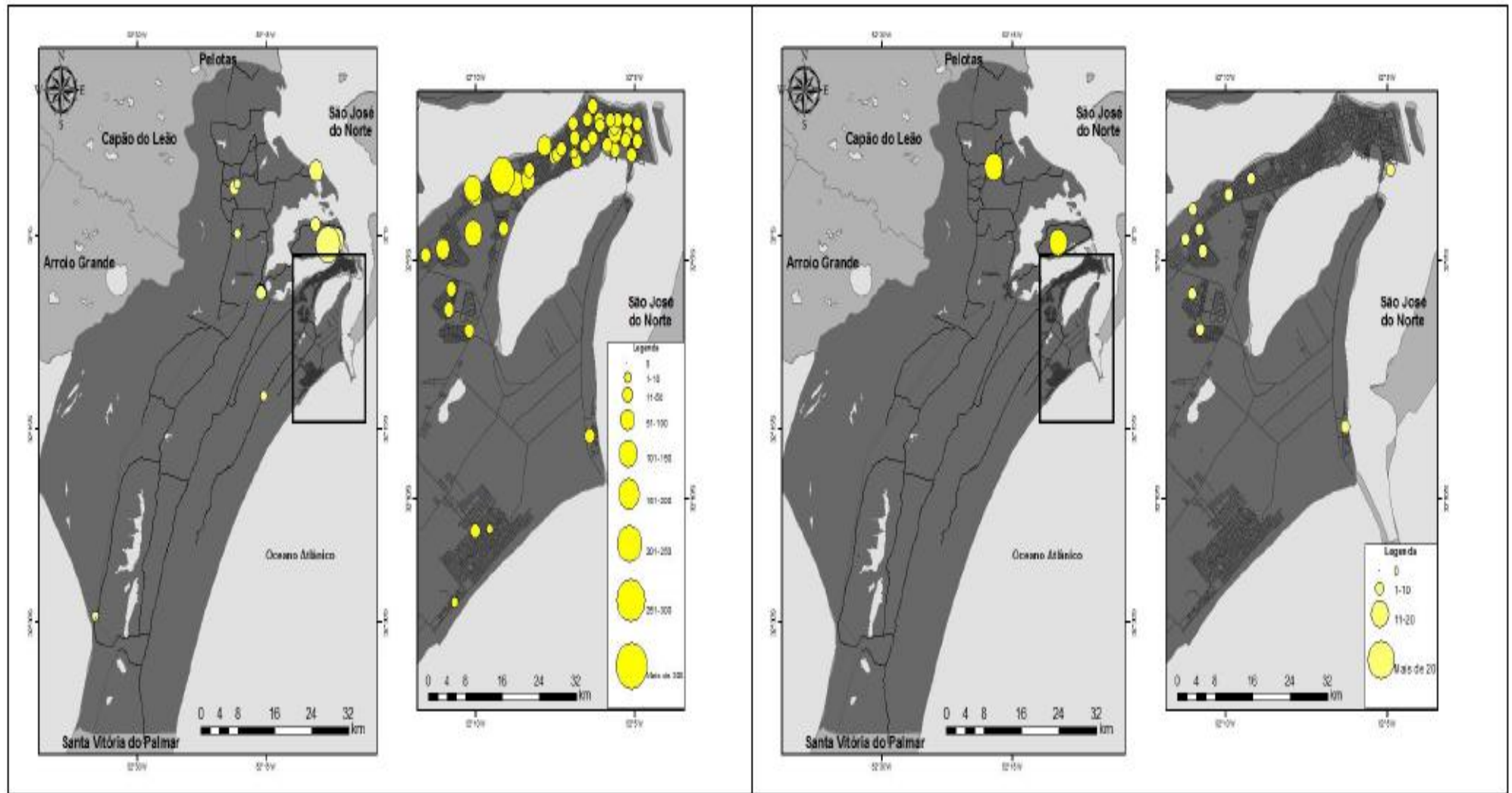


Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

As ações do vereador no mandato 2009/2012, foram em sua maioria direcionados para o balneário Cassino (Figura 23-b). Demonstrando uma resposta positiva a seus eleitores na busca por melhorias estruturais a localidade. O vereador como integrante do PMDB atuou diretamente como defensor dos trabalhos realizados pela prefeitura do Rio Grande, seja na defesa das ações ou nas votações favoráveis as propostas do executivo local.

Outro vereador reeleito em 2008 foi Claudio José Cardoso da Costa do PT. O partido foi o que mais cresceu no número de vereadores no legislativo do Rio Grande entre os dois processos eleitorais estudados. O vereador possui um trabalho conhecido dentro do parlamento local, exercendo o seu terceiro mandato consecutivo no parlamento local. O vereador obteve nas eleições de 2008 um total de 2.275 votos ou 1,90% da votação válida, que tiveram como característica a concentração na periferia do município e nas zonas rurais, (Figura 24-a), situação semelhante às eleições anteriores ocorridas em 2004.

Figura 24: Mapas do vereador Claudio Costa (PT) 2008



(a) distribuição dos votos

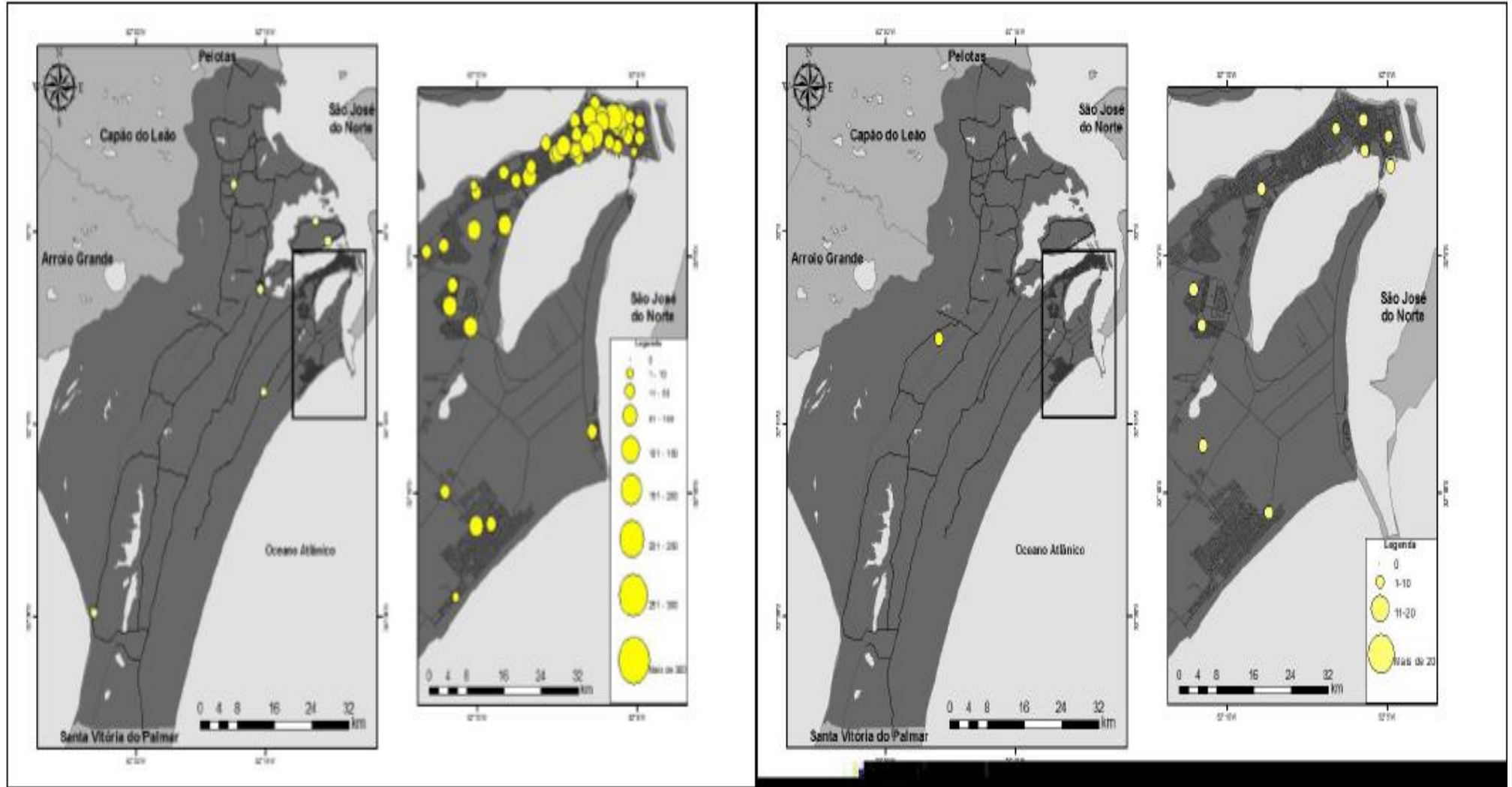
(b) Ações localizadas do vereador

Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

Uma das explicações da distribuição de seus votos, é sua atuação na busca de melhores condições para os bairros mais carentes do município e para os moradores e trabalhadores das áreas rurais que realizam atividades voltadas para a pesca e agricultura artesanais, comportamento que é repetido desde sua primeira eleição em 2000 (Figura 24-b). O vereador possui uma direta relação com os grupos pertencentes aos recortes espaciais de suas ações e votação, participando do sindicato de pescadores e de grupos que lutam pelo acesso universal a moradia para famílias de baixa renda.

O vereador Thiago Pires Gonçalves (Thiaguinho) do PMDB, foi eleito para o seu primeiro mandato político, com um total de 2.180 votos distribuídos de forma homogênea entre os locais de votação do município, (Figura 25-a). O candidato não possui um passado significativo na política do município, porém trabalhou como radialista tornando-se conhecido por parte dos eleitores do Rio Grande, Thiaguinho possui trajetória profissional e partidária similar à de Sandro de Oliveira, ao ponto de adotar o mesmo número eleitoral do ex-vereador e deputado durante o processo eleitoral de 2008, o qual deu apoio significativo em toda a campanha política do vereador eleito.

Figura 25: Mapas do vereador Thiago Gonçalves (PMDB) 2008



(a) distribuição dos votos

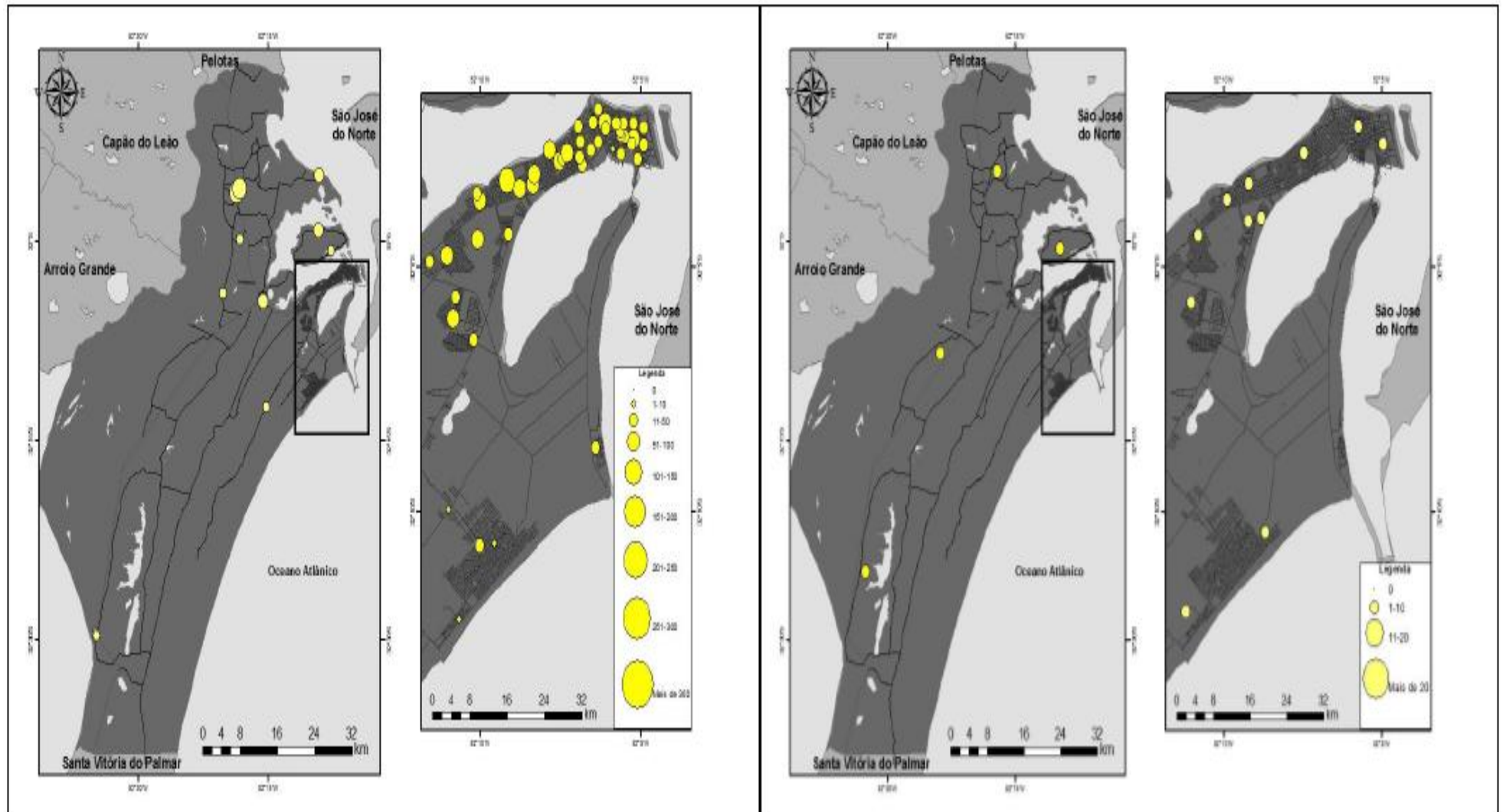
(b) Ações localizadas do vereador

Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

Em sua atuação dentro do plenário local o vereador não direcionou as suas ações para um ponto específico do município (Figura 25-b). Ficando evidente a dispersão de seu comportamento no do legislativo, tratando de diferentes assuntos para os mais variados bairros e localidades do município. O vereador também fez parte da bancada de apoio ao executivo local, dando uma proteção aos projetos do poder político municipal, similar ao seu grande incentivador eleitoral.

O vereador Wilson Batista Duarte Silva (Kanelão) do PMDB foi eleito para o seu sexto mandato consecutivo em 2008, podendo ser considerado um parlamentar com significativa experiência política. Como consequência o vereador do PMDB, foi o único de seu partido, eleito em 2004 que conseguiu a reeleição no processo seguinte. Em 2008 o político obteve um total de 2.156 votos ou 1,80% dos votos válidos, a Figura 26-a possível perceber uma maior concentração de seus eleitores nos locais de votação dos bairros periféricos e nas localidades do Povo Novo e Ilha da Torotama.

Figura 26: Mapas do vereador Wilson Duarte Silva (PMDB) 2008



(a) distribuição dos votos

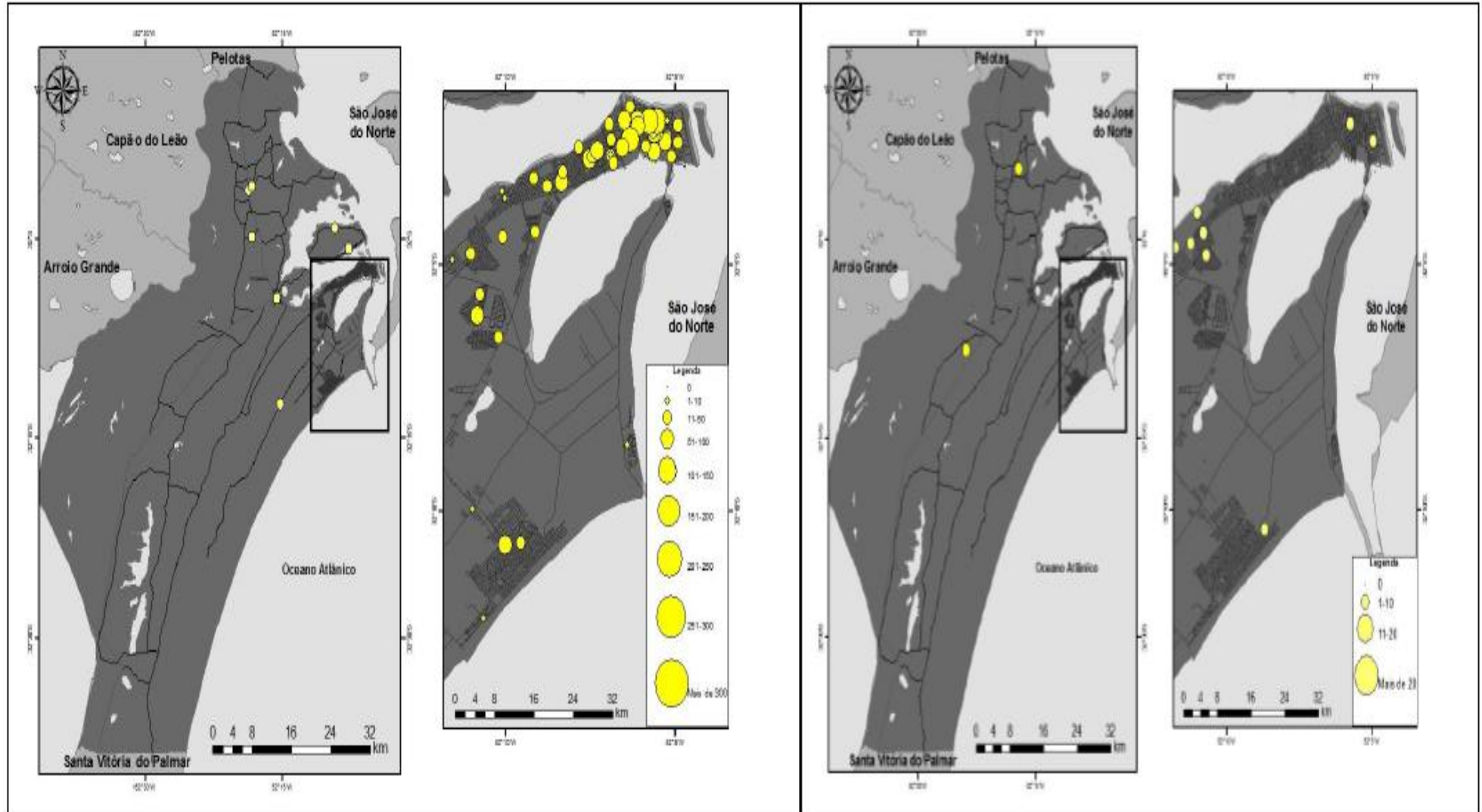
(b) Ações localizadas do vereador

Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

Diferentemente do mandato 2005/2008 em que suas ações foram mais direcionadas aos locais de maior localização de seus votos, na legislatura entre 2009/2012 o vereador não concentrou as suas ações para nenhum recorte espacial, mas sim ampliou suas atuações distribuindo para todo o município (Figura 26-b). Outro ponto importante é que com o crescimento da oposição e a redução do bloco de sustentação do executivo dentro da câmara de vereadores, o parlamentar, que é um dos líderes do PMDB na casa legislativa, teve uma maior atuação na defesa do executivo local, exercendo durante um ano a presidência da casa legislativa do município.

Outro vereador que possui um longo histórico dentro da Câmara de Vereadores de Rio Grande é Júlio Cezar Jorge Martins do PC do B, eleito pela primeira vez em 1992 e reelegendo-se consecutivamente nas eleições locais seguintes. Em 2008 somou 1.900 votos que corresponde a 1,59% dos válidos votos. Uma marca da distribuição espacial dos eleitores do vereador é a concentração nos pontos de votação situados no centro do município (Figura 27-a), nesta eleição 32,26% dos seus votos foram oriundos dos locais de votação localizados no referido perímetro.

Figura 27: Mapas do vereador Júlio Martins (PC do B) 2008



(a) distribuição dos votos

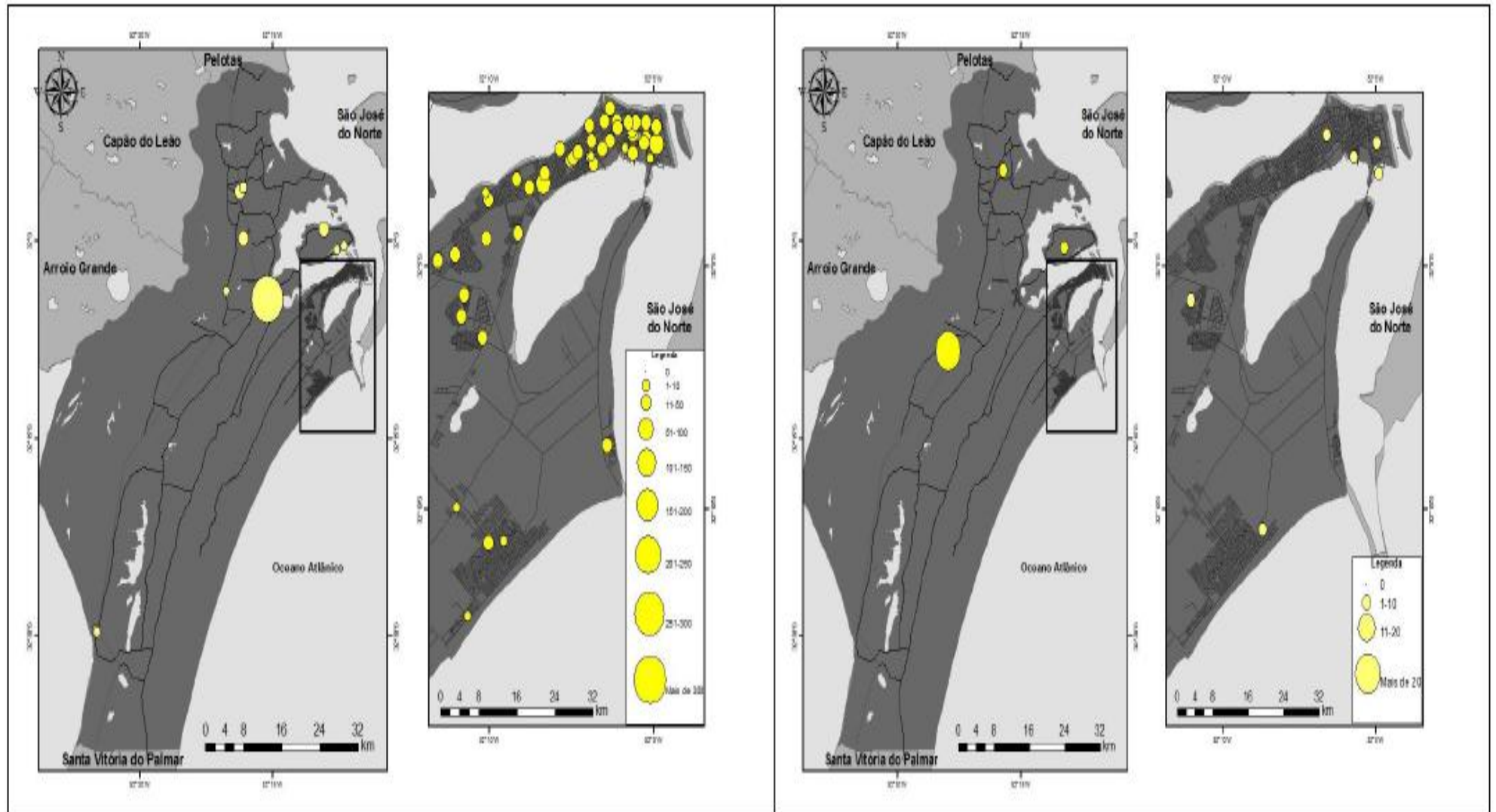
(b) Ações localizadas do vereador

Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor

Como mencionado na análise do mandato 2005/2008 o vereador não possui uma localização direcionada de suas ações, apesar de na legislatura 2009/2012 suas ações serem mais direcionadas a alguns bairros periféricos do município diferente de seus votos (Figura 27-b). Assim como nos outros mandatos exercidos pelo vereador a sua característica política é a forte atuação na oposição ao executivo local, papel a qual foi reforçada após o pleito de 2008 com um número maior de vereadores pertencentes aos partidos de oposição, sua atuação ganhou assim maior força dentro do parlamento local.

Um vereador eleito em 2008 que surge como um novo legislador do município é José Antônio da Silva (Repolhinho) do PSDB, o qual alcançou uma votação de 1.771 equivalentes a 1,48% dos votos válidos. A sua votação foi marcada pela grande concentração nos pontos de votação da Vila da Quinta e arredores 38,79% (Figura 28-a). Uma das possíveis justificativa da soma de votos nesses pontos é a atuação do candidato buscando melhores condições para a Vila da Quinta junto a políticos de seu partido, além de também ser morador da localidade. Outro ponto de significativa relevância para a sua eleição é o apoio do deputado Estadual Adilson Troca do PSDB, que tem em Rio Grande sua base política e na Vila da Quinta um forte reduto eleitoral.

Figura 28: Mapas do vereador Jose Antônio da Silva (PSDB) 2008



(a) distribuição dos votos

(b) Ações localizadas do vereador

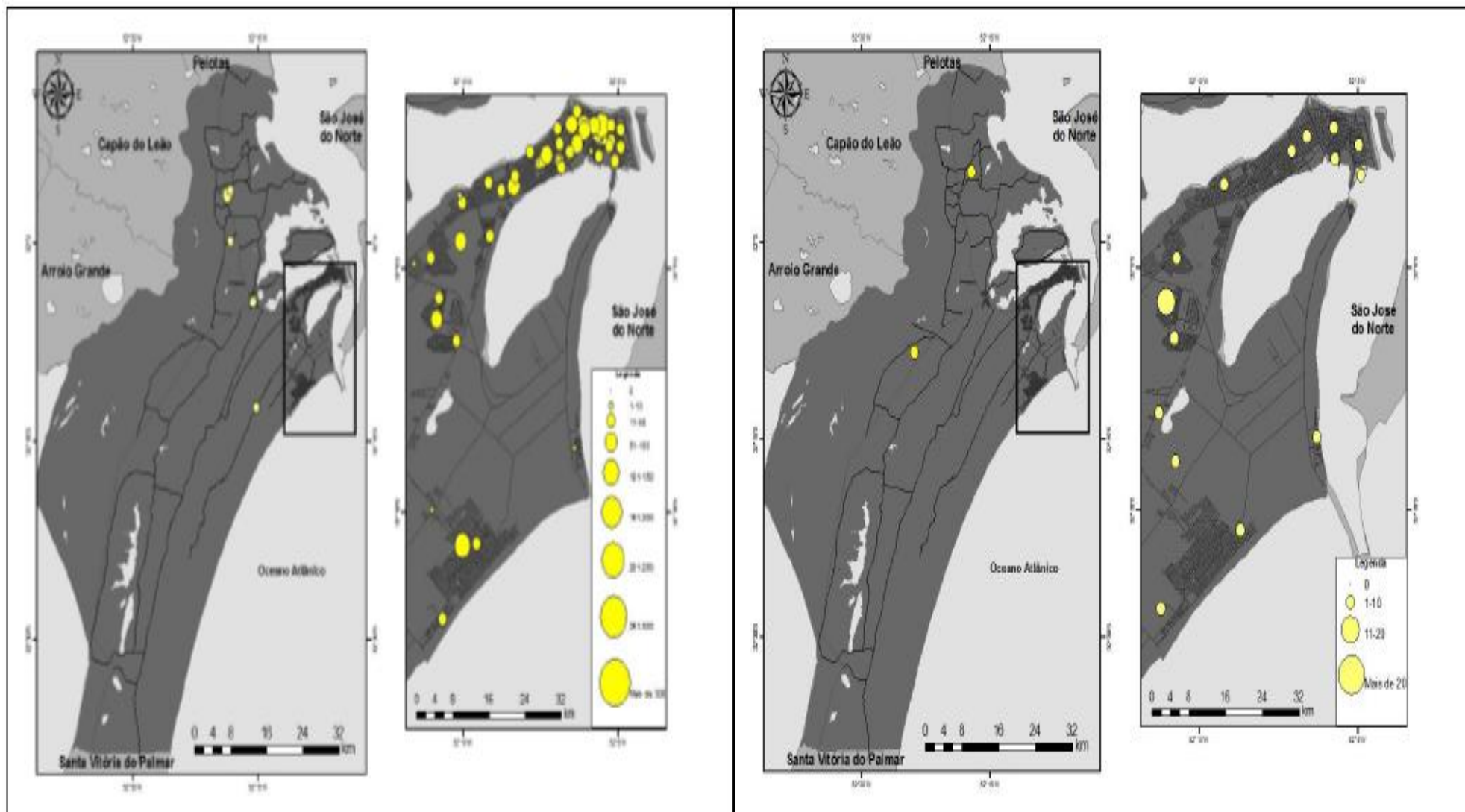
Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

Em sua ação na câmara de vereadores, Repolhinho teve uma atuação voltada para as localidades de maior acumulação de seus votos buscando na casa legislativa suprir as necessidades dos recortes espaciais de maior concentração de seus eleitores (Figura 28-b). É necessário salientar que o vereador também tratou de assuntos referentes a outros pontos do município, fazendo questão de explicitar em seus pronunciamentos, que trabalhava prioritariamente para a Vila da Quinta e vizinhança, por acreditar que a referida localidade mereceria maior atenção da esfera política local.

É necessário destacar o papel de outra família na política do Rio Grande, o “clã” Troca, ligado ao PSDB e com forte ligação com a zona rural do município. Adilson Troca é o principal nome político da família eleito vereador em 1988, foi Vice-prefeito e secretário de Obras da Prefeitura de Rio Grande, entre 1993 e 1996. Atualmente está em seu 4º mandato consecutivo na Assembleia Legislativa. Já Adinelson Troca foi eleito vereador em 1992, ano em que o irmão Adilson foi eleito vice-prefeito, Adinelson foi reeleito vereador em 1996 e 2000 e atuou como vice-prefeito entre os anos de 2009 e 2012. O apoio da família Troca foi de significativa relevância para a eleições de Repolhinho ao legislativo municipal, além disso nos últimos oito a família Troca presta um forte apoio ao executivo comandado pela família Branco.

Luiz Francisco Spotorno do PT foi eleito para o seu primeiro mandato na Câmara de Vereadores com 1.703 votos equivalente a 1,42% dos votos válidos (Figura 29-a), Spotorno era um político conhecido no município devido a sua atuação junto ao Partido dos Trabalhadores, pelo qual foi candidato ao executivo em 2004, ficando em segundo lugar no pleito. E também pela sua atuação profissional como advogado trabalhista com ações junto a grupos classistas, como sindicatos. Nas eleições de 2008 foi beneficiado pela média de votos de seu partido o que permitiu ser eleito com menos votos que outros candidatos.

Figura 29: Mapas do vereador Luiz Francisco Spotorno (PT) 2008



(a) distribuição dos votos

(b) Ações localizadas do vereador

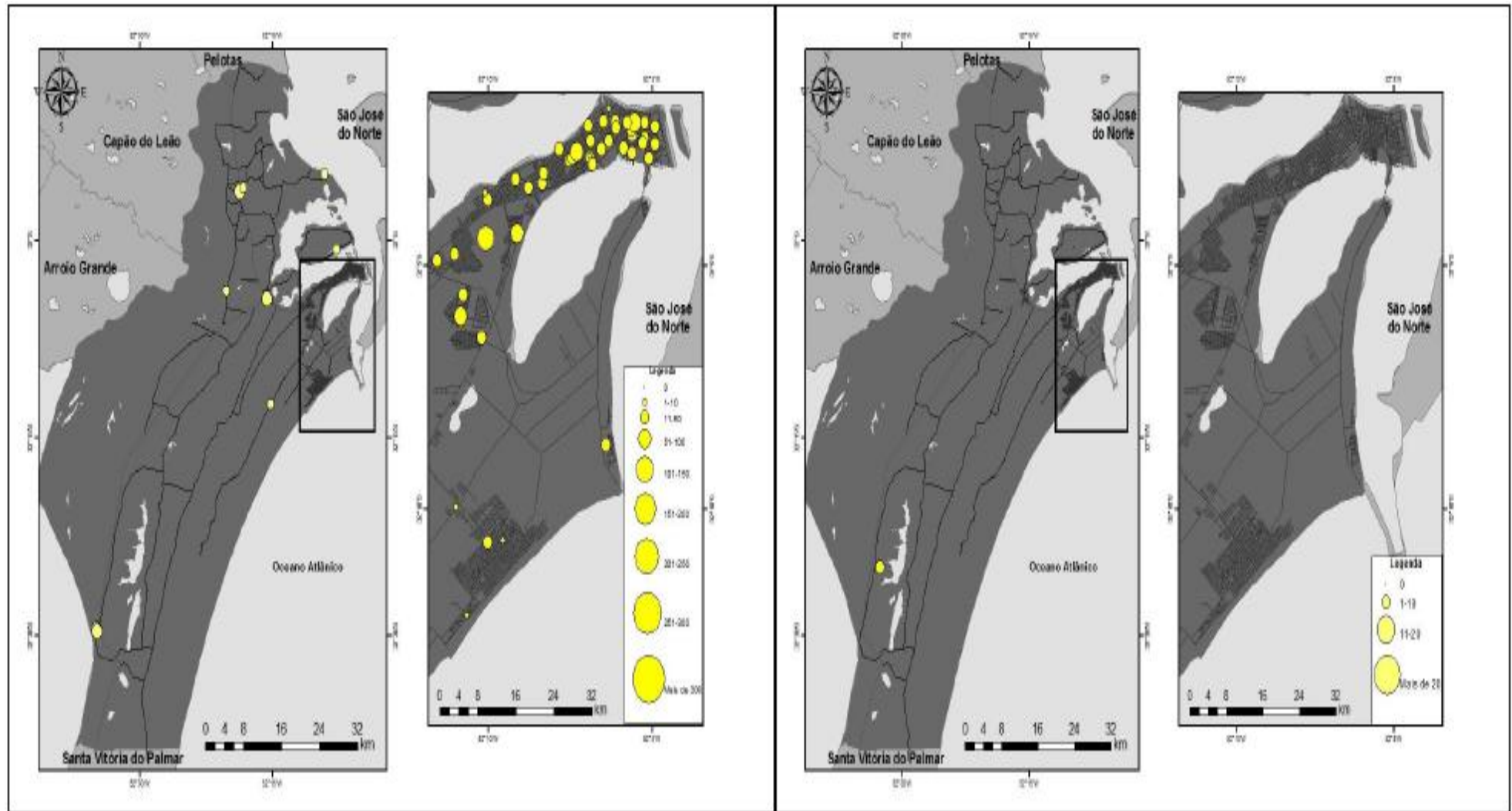
Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

O vereador Spotorno tratou de diferentes assuntos no legislativo. Os quais buscavam melhores condições para distintos pontos do município, com uma maior dedicação ao Parque Marinha e os problemas referentes a estação de tratamento de esgoto situado próximo ao bairro, ressaltando novamente que esse foi um tema abordado por praticamente todos os vereadores durante o mandato 2008/2012 (Figura 29-b). Outro ponto tratado com importância pelo vereador foi em relação à linha de ônibus que atende o referido bairro. Além disso, o transporte coletivo foi responsável por grandes debates entre a oposição, a qual o vereador Spotorno fazia parte, e a bancada de situação/apoio ao executivo durante a 15ª legislatura do parlamento riograndino.

Um ponto marcante que envolve a legislatura 2009/2012 é a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para tratar sobre a licitação do transporte coletivo do município e possíveis irregularidades neste setor de interesse público. Como a maioria dos vereadores eram componentes da base de apoio ao executivo, que estava sendo julgado dentro do processo, o julgamento foi positivo a concessão e avaliado como legal, fato que gerou um grande mal estar dentro do legislativo local, pois os vereadores responsáveis pela elaboração do processo faziam parte da bancada aliada a prefeitura.

Outro político que se manteve no cargo, em relação às eleições de 2004, foi Delamar Corrêa Mirapalheta do PDT. Em 2008 o vereador obteve 1.320 votos equivalentes a 1,10% dos votos válidos do pleito. A distribuição espacial dos seus votos foi similar à formação ocorrida no pleito de 2004, tendo como principais pontos de votação o Bairro Vila Maria e arredores (Figura 30-a), concentrando 13,87% de seus eleitores, porcentagem menor do que na eleição anterior.

Figura 30: Mapas do vereador Delamar Corrêa Mirapalheta (PDT) 2008

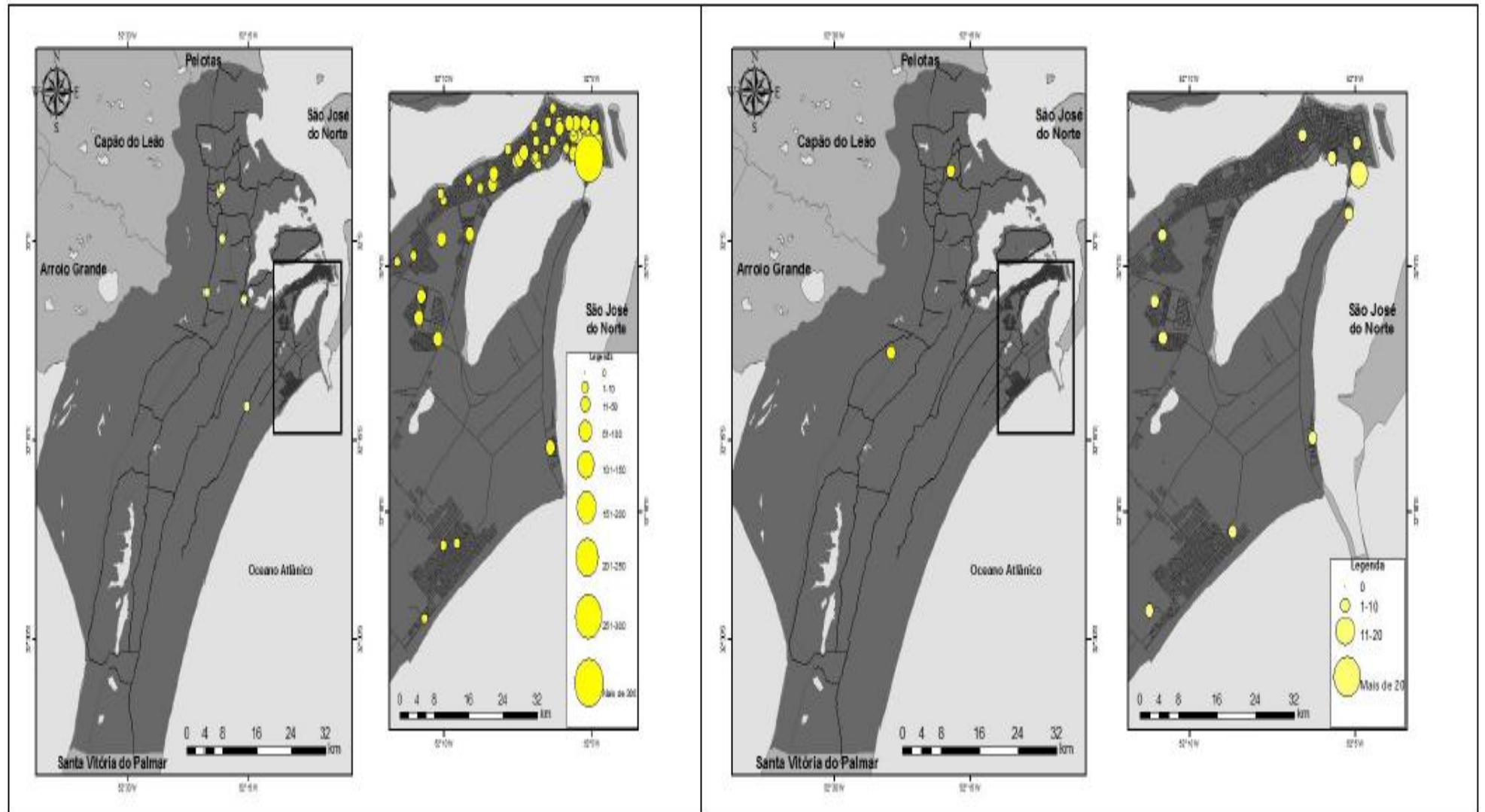


Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

Em sua atuação no mandato 2009/2012 o vereador possuiu, um leve direcionamento para a localidade do Taim, a qual possui relação como já citado (Figura 30-b). Delamar ainda teve uma atuação de oposição, mesmo que seu partido fosse da base de apoio ao executivo, tratando de temas como transporte públicos, iluminação pública e orçamento das obras realizadas pela prefeitura municipal. Entretanto o vereador teve o mandato cassado em 2011, pela justiça eleitoral por problema oriundo de sua profissão como advogado e serviços prestados a políticos em São José do Norte, os quais foram pagos com verba pública. O fato foi considerado crime político e que levou a perda dos seus direitos políticos durante oito anos.

Assim como ocorreu em 2004, o vereador do PPS Carlos Fialho Mattos (Patola), foi eleito com o menor número de votos 1.196 (1,00% dos votos válidos) em 2008. Outra marca que se repetiu foi a concentração de seus eleitores nos pontos de votação do Bairro Santa Tereza, com 34,53% dos seus votos (Figura 31-a). Porém, nesta eleição além de um maior número de votos em relação ao pleito anterior, o candidato obteve uma maior votação em um bairro vizinho ao Santa Tereza. No bairro Getúlio Vargas, Patola recebeu 18,06% dos votos, percebendo-se assim um reflexo do seu trabalho como vereador durante a legislatura 2005/2008.

Figura 31: Mapas do vereador Carlos Fialho (PPS) 2008



(a) distribuição dos votos

(b) Ações localizadas do vereador

Fonte: IBGE (2012) dados TRE-RS; Elaborado pelo Autor.

Em sua atuação no mandato 2009/2012 o vereador Patola teve um direcionamento para os pontos de maior localização de seus votos (Figura 31-b), os Bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza que juntos somaram 52,6% de seus votos. Porém, diferentemente da legislatura anterior, em que o vereador estava em seu primeiro mandato como legislador e foi criticado por sua atuação direcionada, entre os anos de 2009 e 2012 ele ampliou o seu raio de suas ações para diferentes assuntos e distintos recortes espaciais do município. Um ponto que é necessário salientar sobre o segundo mandato do vereador é o seu comportamento fora do legislativo, envolvendo-se em ocorrências policiais que refletiram de forma negativa para a sua imagem política, inclusive sendo necessária uma votação na Câmara de Vereadores sobre a cassação de seu cargo de vereador, em que foi absolvido, no entanto marcou sua vida política³⁰.

4.2.5. As consequências eleitorais da legislatura 2008/2012: *Feedback*

Neste ponto da dissertação é necessário realizar uma ponderação sobre o contexto político do município mais recente, o qual é marcado pelo enfraquecimento gradual do partido que comandava o executivo municipal desde 1996 o PMDB, culminado com a derrota em 2012 para o PT. A situação que havia ocorrido dentro o legislativo no pleito de 2008, com o enfraquecimento dos partidos coligado de apoio ao executivo, liderado pelo PMDB e uma consequente ascensão dos partidos coligados ao PT no do legislativo foi consolidada no pleito seguinte. O declínio do PMDB foi estabelecido na eleição do candidato do PT para prefeito em 2012, Alexandre Lindenmeyer, o qual havia sido eleito, em 2008, vereador obtendo a maior votação entre os candidatos eleitos para o legislativo local em toda a história da Câmara Municipal. Entretanto em relação ao legislativo municipal a maioria dos vereadores eleitos em 2012 ainda pertencia à coligação encabeçada pelo PMDB.

O aumento de 13 para 21 vagas no legislativo municipal, durante as eleições locais de 2012, proporcionou diferentes situações em relação aos nomes que assumiram uma vaga na Câmara de Vereadores do Rio Grande, como: 1º) o retorno de alguns vereadores que não haviam obtido a reeleição em 2008, 2º) o surgimento de novos vereadores e 3º) a manutenção

³⁰ Informação sobre o processo interno sofrido pelo vereador Carlos Fialho: <http://wp.clicrbs.com.br/riogrande/2011/07/19/comissao-processual-recomenda-cassacao-de-atola/?topo=77,1,1>, e que foi cancelado pela base do executivo, a qual o vereador fazia parte, como forma de não manchar a coligação.

de grande parte dos eleitos no pleito anterior. A retomada das cadeiras do parlamento local, fato que foi amplamente desaprovado por parte da sociedade local inclusive sendo lançado projetos nas Câmara de Vereadores para manter o número de cadeiras, os quais foram derrotados por falta de votos dos parlamentares, influenciam na continuidade da análise eleitoral por meio de uma abordagem sistêmica

Entre os vereadores eleitos em 2008, com exceção dos vereadores Alexandre Lindenmeyer do PT, Delamar Mirapalheta do PSDB e Júlio Martins do PC do B que não disputaram o pleito de 2012, apenas os vereadores Renato Albuquerque do PMDB e Carlos Fialho do PPS não obtiveram a reeleição no último processo eleitoral local. Uma marca dos dois vereadores que não obtiveram a reeleição em 2012 foi a votação concentrada, tanto o político do PMDB quanto do PPS, tiveram como característica a localização pontual de seus eleitores. Em relação a suas ações políticas é possível observar um mesmo comportamento de ambos, o de uma dispersão de seus atos, sem responder diretamente aos seus eleitores.

Entre os vereadores mantidos nos cargos após as eleições de 2012, pode-se constatar que as ações políticas durante o mandato m2009-2012 foram espacialmente direcionadas de forma similar à distribuição dos seus votos em 2008, representando com isso uma resposta positiva entre eleitos e eleitores. Parte dos vereadores possuem características de dispersão dos seus votos similar aos atos políticos praticados, enquanto outros são significativamente destacados pela concentração das suas votações bem como de suas ações como parlamentar. Entretanto o aumento do número de vereadores em 2012 em relação ao pleito de 2008 dificulta a percepção da legislatura anterior como fator de significativa influência para a continuação da vida política, devido ao fato de possibilitar que novos recortes espaciais sejam representados com um número menor de eleitores direcionando seus votos para um mesmo candidato.

Em relação aos objetivos estipulados para o estudo de caso é necessário salientar que o mesmo conseguiu demonstrar a distribuição dos votos dos candidatos eleitos e seus eventuais pontos de concentração destacando o comportamento espacial dos votos nos pleitos estudados. A metodologia utilizada permitiu comparar a localização das votações com as ações políticas dos vereadores, sendo essas direcionadas ou não para os bairros de maior concentração de seus votos. A influência do trabalho político dos vereadores surgiu como

uma variável significativa para a reeleição, pois repetiram-se os casos de parlamentares que não atuaram de acordo com os seus votos e conseqüentemente não obtiveram êxito na continuidade de suas carreiras políticas. Da mesma forma os vereadores que ‘agradaram’ seus recortes espaciais de concentração de eleitores conseguiram uma continuidade de seu mandato.

Porém, é pertinente destacar, novamente, que não apenas as eleições anteriores possuem relevância no pleito seguinte, mas novas conjunturas e novos agentes novos influenciar nos resultados do processo eleitoral. A atuação profissional, a aproximação com a realidade de determinado grupo social, acontecimentos políticos ou apoio de figuras importante também podem atuar de forma significativa para as escolhas nas urnas. Assim, destaca-se que o estudo conseguiu alcançar os objetivos coma utilização da metodologia sistêmica para a interpretação das eleições municipais do legislativo do Rio Grande e abre possibilidade para novos recortes temporais e espaciais para análise das eleições a partir de uma análise geográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eleição apesar de ser um processo político de maior aproximação entre sociedade e Estado e com uma significativa bagagem temporal de sua existência, possui inúmeros pontos de interesse das mais diferentes ciências que ainda não foram totalmente esclarecidos. Compreender a sua formação, delimitação, distribuição e seus resultados são alguns pontos de análise dos pleitos, que não estão completamente compreendidos e surgem como temas de interesses para diferentes áreas do conhecimento.

A partir disso, o estudo buscou colocar a Geografia como uma ciência que pode aprofundar o conhecimento dos processos eleitorais e suas consequências políticas, inserindo um olhar geográfico nas distintas consequências espaciais das eleições. Visando o realce do papel desse campo científico para a compreensão do sistema político democrático, tendo como ponto de partida que ambos (democracia e Geografia) possuem no espaço e na sociedade o significado de suas existências, posto que a democracia tem o papel de organizar as relações sociais espacializadas e por sua vez a Geografia busca compreender os efeitos de tais formações.

Dentro desta perspectiva buscou-se na Geografia Eleitoral uma forma de apresentar uma possibilidade para cumprir a tarefa de colocar a eleição como parte do processo político. Entretanto, para que possa suprir essa demanda foi necessário buscar um procedimento metodológico que permita responder, de forma satisfatória, qual é o papel da eleição nas consequências espaciais dos recortes envolvidos nos pleitos. A escolha metodologia teve como função encontrar uma abordagem das eleições que permita ir além da contabilização dos votos, fugindo das técnicas e práticas convencionais utilizadas na Geografia. A formação dos distritos eleitorais, a relação entre o comportamento dos eleitores (votações) e suas condições socioeconômicas, são as principais formas de abordagem da Geografia. Porém, acabam tendo como final o resultado eleitoral, que gera uma aceitação de que a política somente está presente na vida das pessoas em períodos eleitorais, ou que as eleições são um processo pontual e imediato.

É importante salientar que não se teve por princípio acabar com os demais procedimentos utilizados para a Geografia Eleitoral e suas diferentes abordagens, mas sim inserir um renovado olhar sobre o papel das eleições, utilizando para tanto uma articulação

entre as metodologias já existente para esse ramo. O caminho possibilitou a percepção das pessoas nesse processo políticos, sem que se caia no mesmo abismo econômico das relações humanas, as quais participem da política, mas que antes dessas existem pessoas com distintos interesses sobre as instituições públicas.

A necessidade de um procedimento metodológico que possibilite a fixação de uma análise eleitoral integrada à política é uma ferramenta fundamental para uma melhor compreensão do verdadeiro papel de uma eleição. Ao interpretar a eleição como um momento isolado deixa-se de lado a intencionalidade existente nas ações dos diferentes agentes envolvidos, de forma similar aos atores de uma peça de teatro e não fazendo parte da vida real.

Os procedimentos adotados não conseguem compreender completamente o papel da política, mas sim parte da atuação das pessoas envolvidas no processo, principalmente em períodos eleitorais e suas influências e consequências nos recortes espaciais envolvidos nos pleitos. Os eleitores e os políticos antes de seus papéis políticos possuem interesses e atitudes, localizadas pontualmente no espaço, que buscam ser alcançados dentro ou por meio das instituições públicas.

Um ponto a ser enfatizado é a dificuldade em realizar um estudo com o modelo metodológico proposto, principalmente no que refere-se a delimitação dos diferentes dados necessários. A percepção das consequências políticas, espacializadas, são sem dúvida a principal barreira, a necessidade de delimitar quais são as possíveis formas de perceber os atos políticos, que na dissertação foram os discursos dos vereadores em que foram destacados recortes espaciais a serem beneficiados, certamente evidencia e justifica o ‘esquecimento’ do modelo sistêmico para a Geografia Eleitoral.

Com isso, uma das conclusões da dissertação, possíveis a partir da adoção do modelo sistêmico aplicado no estudo de caso sobre o município do Rio Grande, é que as pessoas percebem na política não uma forma de construir uma sociedade, mas sim desenvolver um ‘mundo’ em sua volta melhor, deixando a sua vontade sobreposta a dificuldade dos outros. O caráter passivo imposto em alguns trabalhos sobre as eleições, não são percebidos a partir da análise empregada, o sistema de ação - reação formado no método empregado permite evidenciar a direta compreensão e resposta dos eleitores às práticas políticas dos vereadores.

A aplicação do estudo de caso evidenciou a relevância de uma compreensão, do jogo político, que perpassa a votação e possui diretas consequências espaciais e sociais. O movimento possibilitou perceber que as ações políticas estão impregnadas de interesses por todos os agentes políticos, dentro de um modelo democrático, os quais podem ser percebidos nas ações dos vereadores e dos eleitores. Apesar de não definir apenas os fatores existentes dentro do modelo sistêmico como os únicos a influenciar nas escolhas eleitorais, o estudo sobre o legislativo municipal do Rio Grande permitiu observar um comportamento nas urnas e no parlamento que demonstram uma relação entre as diferentes etapas analisadas. Ao analisar duas eleições e encontrar situações semelhantes com diferentes agentes e distintos recortes espaciais, permitiu avaliar como positivo e enriquecedor os procedimentos adotados, os quais permitiram constatar a relação direta dos atos políticos com as escolhas nas urnas.

No que tange ao estudo de caso cabe algumas ponderações finais. Nos dois pleitos analisados o comportamento de eleitores e candidatos/vereadores foi similar, demonstrando que ambos buscam responder as suas necessidades. Tanto a resposta dos eleitores como as ações dos políticos possuem características semelhantes. Os comportamentos dispersos dos políticos eleitos vereadores foram bem aceitos quando seus votos obtiveram um mesmo parâmetro de distribuição (dispersos) com o mesmo tipo de ação. Os vereadores em distribuem suas ações e não agem de forma a beneficiar uma vizinhança que direcionou seus votos não conseguiram seguir na carreira em cargos políticos eletivos. Assim, foi possível observar uma direta relação entre a distribuição dos votos e dos atos políticos e as consequências no pleito seguinte, como resposta dos eleitores para legisladores locais.

Em relação ao objetivo geral ficou demonstrado que a análise sistêmica oportunizou um olhar mais amplo sobre as eleições em comparação aos demais procedimentos metodológicos adotados nos estudos geográficos das eleições. Conseguiu-se inserir o momento de maior aproximação entre governo e o povo (o voto) como parte do sistema político e não somente como algo que ocorre em intervalos de tempo pré-estabelecidos. Outra observação possível e necessária é que as ciências geográficas não podem concentra-se apenas nas formações dos distritos eleitorais ou na distribuição dos votos, mas sim devem compreender as consequências das escolhas nas urnas para o recorte espacial envolvido e conseqüentemente para a sua sociedade. As críticas sofridas pela Geografia Eleitoral, por não tratar de temas como poder e Estado e pelo seu caráter quantitativo, realizadas em parte de

suas abordagens, foram dentro do possível superadas com a aplicação da metodologia empregada, ao ultrapassar a investigação das eleições solitariamente e passar a observá-las como parte de um sistema político.

A percepção do recorte espacial envolvido é de fundamental importância, devido a influência nos resultados eleitorais e consequências políticas sofridas pelo mesmo, a partir de suas particularidades. Além disso, o período em que estão ocorrendo os processos eleitorais estudados pode influenciar no resultado dos resultados. Ou seja, para a realização de uma abordagem sobre as eleições, tanto o recorte temporal quanto o espacial devem ser considerados, uma vez que assim como as demais relações sociais os pleitos estão envolvidos e influenciados por estas variáveis que possuem um significativo peso para este processo.

Como destacado não há metodologia capaz de resolver todas as perguntas elaboradas sobre determinado tema, mas dentro das propostas elaboradas foi possível chegar próximo dos objetivos propostos. Destacando que a análise eleitoral deve ser percebida no contexto em que está e não de forma isolada no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi - 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AFONSO, J. R. et.al. **Tributação Brasileira e o Novo Ambiente Econômico: A Reforma Tributária Inevitável e Urgente**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 137-170, jun. 2000.

AFONSO, J. R. e ARAÚJO, E. **A capacidade de gastos dos municípios brasileiros. Arrecadação própria e receita disponível**. Cadernos Adenauer, n. 4. Os municípios e as eleições de 2000. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, junho 2001.

ALMEIDA, A. C. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro, Record, 2007.

ALVES, F. N. Governo do Prefeito Farydo Salomão. **Revista Biblos**, Rio Grande, nº3, p. 19-48, 1990.

ARENDT, H. **O que é Política?** Tradução de Reinaldo Guarany - 3º ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo - 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

AZEREDO, B. e LOBO, T. **O sistema municipal e o combate à pobreza no Brasil**. Serie medio ambiente y desarrollo; División de Desarrollo Sostenible y Asentamientos Humanos – Naciones Unidas; Santiago de Chile, 2005.

BARROS, O. N. F. et al. **Análise cartográfica do confronto presidencial PSDB – PT no Paraná: período 1998 – 2010**. Revista Geosul, Florianópolis, v. 28, n. 56, p 131-146, jul./dez. 2013

BORBA, J. **Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro**, Revista Opinião Pública, Campinas, Vol. XI, nº 1, Março, 2005, p. 147-168

BRAGA, D. F. Geografia Eleitoral e as estratégias territoriais da igreja Universal do Reino de Deus. In: CASTRO et. al. (Orgs.) **Espaços da democracia: para a agenda da Geografia Política contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, Faperj, 2013 Pg. 147 – 182.

BRUM, A. J. **Democracia e partidos políticos no Brasil**. Ijuí: UNIJUÍ, 1988.

BUSSI, M. Géographie, démocratie, participation: explication d'une distance, arguments pour un rapprochement. In: **Géocarrefour**. Vol 76 nº3, 2001. Les territoires de la participation, p. 265-272.

CAPEL, H. **Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español**. *Revista de Geografía*, Barcelona, ene/dic.1974, vol. VIII, n.1/2, p.19-56.

CAPEL, H. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea: una introducción a la Geografía**. 2ª ed. Barcelona: Serbal, 2012.

CARREIRÃO, Y. S. **A decisão do voto nas eleições presidenciais no Brasil (1989 a 1998): a importância do voto por avaliação de desempenho**. Tese de doutorado em Ciência Política, USP, São Paulo, 2000.

CASTRO, I. E. **Estado e Região: Considerações sobre o regionalismo**. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, 1986, p.27-47.

CASTRO, I. E. **O Mito da Necessidade: Discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992a.

CASTRO, I. E. **Análise geográfica e o problema epistemológico da escala**. *Anu. Inst. Geocienc.* [online]. 1992b, vol.15, pp. 21-25.

CASTRO, I. E. **Solidariedade Territorial e Representação. Novas Questões para o pacto Federativo Nacional**. Revista TERRITÓRIO, n.2, v.1, p.33-42, jan./jul. 1997.

CASTRO, I. E. **O problema da escala**. In: CASTRO, I. E. de et al. (Org.) *Geografia: conceitos e temas*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a. p.117-40.

CASTRO, I. E. **Geografia e Política: Território, escalas de ações e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.

CASTRO, I. E. **Décentralisation, démocratie et représentation législative locale au Brésil**. *Espace Politique*, v.3, 2007a. p.60-73.

CASTRO, I. E. Do espaço político ao capital social. O problema da sobre representação legislativa nos municípios pequenos. In: **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p.56-72, mai./ago., 2007b.

CASTRO, I. E. O problema da espacialidade da democracia e a ampliação da agenda da geografia brasileira. In: **Revista da ANPEGE [Online]**, v.7. nº1, número especial, p.291-305, outubro de 2011. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08>

CHAIA, V. **A Longa Conquista do Voto na História Política Brasileira. 2010**. Disponível em: www.pucsp.br/fundasp/textos/downloads/O_voto_no_Brasil.pdf. Acesso em: 12 dez. 2013.

COX, K. R. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. In: **Political Geography**, v.17, 1998, p. 1-23.

CORRÊA, M. T. F. **Políticas públicas de desenvolvimento regional: Análise territorial em Rio Grande-rs (1987-1994)**. 2009 Dissertação Mestrado – Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande; Rio Grande, 2009.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciencias sociais**. – 3ªed.rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995

EASTON, D. **A systems analysis of political life**. New York, NY: Wiley, 1965.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 13ªed. São Paulo: Globo, 1998.

FERREIRA, M. R. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. Brasília : Senado Federal: Conselho Editorial, 2005.

FERRARO, A. R. KREIDLOW, D.. **Analfabetismo Brasil: Configuração gênese das desigualdades regional**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.29,nº2, p.179-200,jul/dez, 2004.

GREGORY, D. et al. **The Dictionary of Human Geography**. 5ª Ed. London: Blackwell Publishing, 2009.

GRUPPI, L. **Tudo Começou com Maquiavel**. Porto Alegre: L & PM Editores, 1988.

HAYATI, D. et al. **Combining qualitative and quantitative methods in the measurement of rural poverty**. Social Indicators Research, v.75, p.361-394, Springer, 2006.

HOLANDA, S. B. **A herança colonial – sua desagregação**. In:_____. (org). História geral da civilização brasileira t. II v.1: o processo de emancipação. São Paulo: Difel, 1962, p. 9-39.

HOUAISS, A. VILLAR, M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

JACOB, C. R. et al. **As eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura militar: continuidade e mudança na geografia eleitoral**. ALCEU, Rio de Janeiro 1, 2000.

JACOB, C. R., et. al. A eleição presidencial de 2010 no Brasil: continuidade política e estabilidade na geografia eleitoral. ALCEU, Rio de Janeiro, v.12, n.23, 19: 189-229-jul/dez.2011.

JOHNSTON, R. J. et al. (eds) **Dicionário Akal de Geografia Humana**. Barcelona: Akal, 2000.

LEBRUN, G. **O que é Poder**. São Paulo, Abril Cultura: Brasiliense, 1984.

LOPEZ, F. G. **A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: O caso do município de Araruama**. Revista Sociologia Política, jun.2004, Curitiba, p. 153 – 177.

MARCHAL, O. et al. **La géographie électorale du Brésil après l' élection présidentielle de 1989**. Cah. Sci. Hum, Paris, 28, 3: 535-554. 1992.

MARÉS, C. F. Soberania do povo, poder do Estado In: Novaes, ADAUTO, N. (Orgs). **A Crise no Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 229 - 256.

MARICATO, E. **Política Habitacional no Regime Militar**. Rio de Janeiro. Vozes. 1987.

MARTINS, S. F. **A produção do espaço em uma cidade portuária através dos períodos de industrialização: o caso do município do Rio Grande – RS**. Tese de Doutorado da Universidade Federal de Florianópolis do programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2006.

MATTHEWES, J. A. e HERBERT, D. T. **Geography: A Very Short Introduction**. London: Oxford, 2008.

MEDUS, N. B. **La Geografía Electoral en la historia de la ciencia geográfica**. Anuario Nº 7 – Facultad. De Ciencias. Humanas – UNLPam, 2005 p.15 – 32. Disponível em: http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/anuario_fch/n07a02medus.pdf

MEDUS, N. B. **Los Estudios Electorales en la Geografía**. Huellas, Santa Rosa. La Pampa Argentina, nº1, out. 1997, p. 9-25 Disponível em: <http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/huellas/v01a02medus.pdf>

MORAES, R. **Análise de Conteúdo**. Revista Educação. Porto Alegre. Nº 37. Março de 1999.

MONZÓN, N. B. **Conceptos referidos al estudio electoral desde la ciencia geográfica**. Revista Geográfica Digital. IGUNNE. Facultad de Humanidades. UNNE. Ano 6 nº 12. 2009. Disponível em: <http://hum.unne.edu.ar/revistas/geoweb/default.htm>

MUIR, R. **Geografía Política Moderna**. Madrid, Colección Ediciones Ejercito, Madrid, 1982.

NEVES, G. H, **O Município no Brasil – Marco de referência e principais desafios; Cadernos Adenuer; Os municípios e as eleições de 2000 – São Paulo: Fundação Konrad Adenuer, 2000.**

PESSANHA, C. Poder Local e Democracia no Brasil, **Revista Tempo e presença - Poder Local: Espaço para Cidadania**, publicação de KOINANIA, nº 287, Maio/Junho de 1996.

PINTO, P. S. M. **O perfil da cultura política da cidade do Rio Grande 2008**, Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas no, Pelotas 2009.

RADMANN, E. R. H. **O eleitor brasileiro uma análise do comportamento eleitoral**, 2011. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul no, Porto Alegre, 2011.

RODRIGUES, A. **Agora eu...: a revolução de 1964, em Rio Grande**. Porto Alegre: Pallotti, 1980.

SADER, E. A refundação do Estado In: Novaes, Adauto. **A Crise no Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 307 – 322.

SÁNCHEZ, J. E. **Geografía Política**, Madrid: Editorial Síntesis. S.A., 1992.

SANGUIN, A. L. **Geografía Política**. Barcelona: Ed. Oikos-Tau, 1981.

SANTIN, J. R. e FLORES, D. H. **A evolução histórica do município no federalismo brasileiro, o poder local e o estatuto da cidade**. Justiça do Direito. Passo Fundo, v. 20, n. 1, 2006, p. 56-57.

SANTOS, W. G. **O horizonte do desejo. Instabilidade, fracasso coletivo e inércia social**. FGV, Rio de Janeiro 2006.

SANTOS, W. G. **O paradoxo de Rousseau. Uma interpretação democrática da vontade geral**. Rocco, Rio de Janeiro, 2007.

SENDRA, J. B. **Geografía electoral, Geografía política y Elecciones en España** –Anales de Geografía de la Univ. Complutense, N° 2. Ed. Univ. Complutense, 1982, p.263-274. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2140278>

SENDRA, J. B. **Geografía Electoral y elecciones en España**, Anales de Geografía de la Universidad Complutense, n°1, 1981. P.285-293. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/AGUC/article/view/AGUC8181110285A>

SILVA, M. **Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil**. Revista Sociedade e Natureza, Uberlândia, Dez. 2008, p. 69 – 78.

SMALL, J. e WITHERICK, M.. **Dicionário de Geografia** – Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992. (Tradução de J. Pinto Ferreira Revisão Científica de Ana Maria Novais)

SOARES, G. A. D. e TERRON, S. L., **Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)**. Opin. Pública, Campinas, 14,2: 269-301. 2008.

TAYLOR, P. e FLINT, C. **Geografía Política – Economía Mundo, Estado Nación y Localidad**. 2° Ed. Madrid: Trama Editorial, 2002.

TEREZO, C. F. **Novo Dicionário de Geografia – Termos e Conceitos**. São Paulo: LivroPronto, 2007.

TERRON, S. **Geografia Eleitoral em Foco**. Revista em Debate Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política Ano IV, Número II, Maio de 2012. p. 8 -18.

TRIGAL, L. L. e. POZO, P. B. **Geografía Política**. Madrid: Cátedra, 1999.

TORRES, L. H. **Câmara Municipal do Rio Grande: berço do Parlamento gaúcho**. Rio Grande (RS): Salisgraf, 2001.

VALCARCEL, J. O. **Los Horizontes de la Geografía - Teoría de la Geografía**. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

VENTURA, V. e JUWER, S. A Geografia Eleitoral dos Grupos criminosos na cidade do Rio de Janeiro. In: CASTRO et. al. (Orgs.) **Espaços da democracia: para a agenda da Geografia Política contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, Faperj, 2013.

VESENTINI, J. W. **Repensando a Geografia Política. Um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual**. Revista do Departamento de Geografia, nº20, 2010 p.127-142.

WANIEZ, P. **Comunicação cartográfica: o mapeamento dos resultados eleitorais no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2002.

WARF, B. e LEIB, J (Orgs). **Revitalizing Electoral Geography**. Burling: Ashgate Publishing Company, 2013.

WOLF, F. A invenção da Política. In: Novaes, ADAUTO, N. (Org). **A Crise no Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 23 – 54.

YOUNG, I. M. **Representação Política, Identidade e Minorias**. Lua Nova: São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.